



PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS BACABAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
E INTERNACIONALIZAÇÃO – AGEUFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS DE BACABAL - PPGLB

ANAILDO PEREIRA DA SILVA

**O DISCURSO POLÍTICO DE PARLAMENTARES MARANHENSES NO TWITTER:
UMA ANÁLISE DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS**

BACABAL
2021

ANAILDO PEREIRA DA SILVA

**O DISCURSO POLÍTICO DE PARLAMENTARES MARANHENSES NO TWITTER:
UMA ANÁLISE DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão-UFMA – Centro de Ciências, Educação e Linguagens – CCEL, Bacabal, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa 01: Texto e Discurso.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Vieira

BACABAL
2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pereira da Silva, Anaildo.

O DISCURSO POLÍTICO DE PARLAMENTARES MARANHENSES NO
TWITTER : UMA ANÁLISE DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS / Anaildo
Pereira da Silva. - 2021.

144 f.

Orientador(a): José Antônio Vieira.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão,
Bacabal, 2021.

1. Discurso do Político Maranhense. 2. Formação
Discursiva. 3. Twitter. I. Vieira, José Antônio. II.
Título.

ANAILDO PEREIRA DA SILVA

**O DISCURSO POLÍTICO DE PARLAMENTARES MARANHENSES NO TWITTER:
UMA ANÁLISE DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão-UFMA – Centro de Ciências, Educação e Linguagens – CCEL, Bacabal, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Vieira

Aprovada em _____ de _____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA.

Prof. Dr. José Antônio Vieira – PPGLB/UEMA
ORIENTADOR

Prof.^a. Dr.^a. Glória da Ressureição Abreu França - UFMA
MEMBRO INTERNO

Prof.^a. Dr.^a. Marinalva Vieira Barbosa – UFTM
MEMBRO EXTERNO

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Raimundo Nonato da Silva e Maria Helena Pereira da Silva, que acreditam em mim, mesmo quando até eu já não acredito.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela oportunidade de ingressar em um mestrado que muito contribuiu na minha formação acadêmica e realização pessoal. Agradeço imensamente pelos livramentos durante minhas idas e vindas à Bacabal nas quais estava exposto e sem proteção física.

Agradeço aos meus pais que sempre me incentivam à vida acadêmica por acreditarem que a educação formal traz oportunidades únicas. Guardo sempre comigo a seguinte frase motivacional utilizada por eles em nossas conversas: “Aproveite a oportunidade que não tivemos, vá aonde não podemos ir”.

Sou muito grato pelo incentivo das minhas ex-professoras, Prof^a. Dr^a. Maricelia Lemos Cruz (UEMA) e Prof^a. Me. Girlane Cardoso da Silva, que me deram total apoio e encorajaram a pleitear uma vaga no PGLB.

Aos amigos que fiz na turma, Leonildes, Deymika, Mariana, Carmosina, Rannielly, Edson. E de modo especial, Maria Elizete, pelo incondicional apoio nos diversos momentos da nossa trajetória no mestrado.

De modo especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. José Antônio Vieira, que maestramente me orientou e deu seu melhor para chegarmos a este momento ímpar em nossa vida acadêmica. Obrigado por ser paciente e sempre incentivar a leitura, a produção científica, e a pesquisa.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa Discurso, Escrita e Formação, liderado pelo Prof. José Antônio, por proporcionar momentos de estudo e dedicação ao estudo do texto e da produção científica.

Não poderia deixar de agradecer, a todos os meus amigos e ex-professores, diretores das Centros de Ensino que trabalhei durante o período de estadia no mestrado. Agradeço a Renilda Carvalho Vilar, Lina Sousa Silva, Regineide Vieira, Prof. Davi Eduardo Felice, por permitirem a flexibilização dos meus horários de trabalho. Estendo meus agradecimentos aos meus ex-colegas e os colegas de trabalho, que na sua maioria foram meus professores na Educação Básica: Lidiana Mendes Silva, Davi Eduardo Felice, Emílio Meireles, Samuel Abreu, Andréia Arruda, Jesiel Vilar, que se constituem pessoas que muito agregaram na minha vida acadêmica.

Por último, mas não menos importante, agradeço a Universidade Federal do Maranhão – UFMA/Campus Bacabal pela oportunidade de fazer um mestrado perto de casa.

EPÍGRAFE



Anaildo Pereira

@AnaildoP

"Se você não gosta do seu destino, não o aceite. Em vez disso, tenha a coragem de mudá-lo do jeito que você quer que ele seja".

(NARUTO UZUMAKI)

10:34 · 20 ago 21 · Twitter for Android

ili Ver atividade do Tweet



RESUMO

No presente trabalho, investigamos o discurso de políticos maranhenses no *Twitter*. Consideramos que as mídias sociais são espaços de produção e disseminação do discurso. Assim, surge a inquietação em saber como o discurso político maranhense se constitui nas mídias sociais digitais. Dessa maneira, considerando o engajamento desses agentes nas mídias sociais digitais, questionamo-nos: como os marcadores linguísticos presentes em publicações na rede social digital *Twitter* refletem a formação discursiva do político maranhense? Para responder essa inquietação, traçamos como objetivo geral analisar a representação discursiva do uso de recursos linguísticos na constituição do discurso político regional publicados no *Twitter*. Especificamente, nos dispomos a: identificar os marcadores linguísticos presentes nos textos publicados no *Twitter*; verificar os sentidos refletidos pelo modo de uso dos elementos linguísticos; analisar as regularidades discursivas que constituem o discurso político maranhense. Como aporte teórico basilar desta pesquisa, recorreremos a Charaudeau (2013), para explicar como as mídias sociais podem ser utilizadas para fazer discurso político e o poder que elas proporcionam a esses discursos e Charaudeau (2018), para refletirmos sobre o discurso político e as estratégias usadas pelos políticos para consolidar seu discurso; Pêcheux ([1975]2014a, [1969]2014b, [1983]2014c) para trabalhar o conceito de formação discursiva e ideológica que nos permite entender os sentidos conforme as posições assumidas pelos sujeitos, e trabalhar as formações imaginárias envolvidas no processo discursivo, respectivamente. Somando aos esforços teóricos citados buscamos o entendimento de Maingueneau (1997, [2014]2015) sobre interdiscurso e os tipos de discursos presentes nas publicações de parlamentares maranhenses. Alinhamo-nos ainda a Foucault ([1969]2008) no tocante ao estudo das regularidades discursivas, conceito que consideramos relevante ao presente estudo uma vez que buscamos compreender como se constitui o discurso político maranhense nas mídias sociais digitais. Elencamos os estudos de Koch (2003, 2018, 2020), Authier-Revuz (2004) e Benveniste (1991) no que diz respeito à análise dos recursos linguísticos presentes na construção dos textos [twittes] dos parlamentares maranhenses. O *corpus* utilizado nesta pesquisa é constituído de 114 (cento e quatorze) publicações (twittes) de 06 (seis) parlamentares maranhenses no *Twitter* no período entre 2019 e 2021. Como procedimento metodológico, consideramos os seguintes passos: 1) o método qualitativo que nos permite analisar categorias de discurso, posições-sujeito, etc. e tratar o *corpus* de modo subjetivo; 2) o paradigma indiciário de Ginzburg (1996) que possibilita a percepção de indícios e traços que *a priori* não se percebe e 3) o método discursivo para analisar os elementos constitutivos da produção discursiva permitindo-nos ir além da superfície textual, isto é, capaz de nos levar aos elementos constitutivos da produção discursiva dos parlamentares maranhenses. Ao fim desta pesquisa, concluiu-se que o uso de recursos linguísticos é feito com regularidade para atender a propósitos discursivos nas publicações realizadas pelos parlamentares maranhenses em dadas condições de produção. Assim, ao percorrer o caminho proposto, chegou-se a um discurso regular, o discurso jurídico, que é, pois, o discurso parlamentar maranhense no *Twitter*.

Palavras-chave: Discurso do Político Maranhense. Formação Discursiva. *Twitter*.

ABSTRACT

In this work, we investigate the discourse of Maranhão politicians on Twitter. We consider that social media are spaces for the production and dissemination of discourse. Thus, there is a concern about how the political discourse of Maranhão is constituted in digital social media. Thus, considering the engagement of these agents in digital social media, we ask ourselves: how do the linguistic markers present in publications on the social network digital Twitter reflect the discursive formation of the Maranhão politician? To respond to this concern, we set as general objective to analyze the discursive representation of linguistic resources used in the constitution of the regional political discourse published on Twitter. Specifically, we are willing to: identify the linguistic markers present in the texts published on Twitter; verify the meanings reflected by the way of using linguistic elements; analyze the discursive regularities that constitute the Maranhão political discourse. As a basic theoretical contribution of this research, we use the studies of Charaudeau (2013), to explain how social media can be used to make political discourse and the power they provide to these discourses, and Charaudeau (2018), to reflect on the political discourse and the strategies used by politicians to consolidate their discourse; Pêcheux ([1975]2014a, [1969]2014b, [1983]2014c) to work on the concept of discursive and ideological formation that allows us to understand the senses according to the positions assumed by the subjects, and to work on the imaginary formations involved in the discursive process, respectively. Adding to the theoretical efforts cited, we seek the understanding of Maingueneau (1997, [2014]2015) about interdiscourse and the types of discourses present in the publications of Maranhão parliamentarians. We also align Foucault ([1969]2008), regard to the study of discursive regularities, a concept that we consider relevant to this study since we seek to understand how Maranhão political discourse is constituted in digital social media. We listed the studies of Koch (2003, 2018, 2020), Authier-Revuz (2004), and Benveniste (1991) regard to the analysis of linguistic resources present in the construction of texts [twittes] of Maranhão parliamentarians. The corpus used in this research consists of 114 (one hundred and fourteen) publications (tweets) of 06 (six) Maranhão parliamentarians on Twitter in the period between 2019 and 2021. As a methodological procedure, we consider the following steps: 1) the qualitative method that allows us to analyze categories of discourse, positions-subject, etc. and treat the corpus subjectively; 2) the indicia paradigm of Ginzburg (1996), that allows the perception of clues and traits that a priori is not perceived, and 3) the discursive method to analyze the constitutive elements of discursive production allowing us to go beyond the textual surface, that is, capable of leading us to the constitutive elements of the discursive production of Maranhão parliamentarians. At the end of this research, it was concluded that the use of linguistic resources is regularly done to meet discursive purposes in the publications made by Maranhão parliamentarians in given production conditions, thus when walking the proposed path, a regular discourse was reached, the legal discourse, and, therefore, this is the Maranhão parliamentary discourse on Twitter.

Keywords: Discourse of the Maranhão Politician. Discursive formation. Twitter.

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do Discurso

ALEMA – Assembleia Legislativa do Maranhão.

CAEMA – Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão

CF 88 – Constituição Federal de 1988

COVID19 – (do inglês) Coronavirus Disease

CP – Condições de Produção

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FD – Formação Discursiva

FI – Formação Ideológica

IDP – Instituto Brasiliense de Direito Público

MP – Medida Provisória

PF – Polícia Federal

SSP – Secretária de Segurança Pública

STF – Supremo Tribunal Federal

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1 O DISCURSO COMO OBJETO: uma reflexão teórica.....	17
1.1 Formação ideológica, formação discursiva e condições de produção	18
1.2 Interdiscurso	22
1.3 Discurso político	24
1.4 Discurso das mídias.....	27
2 HETEROGENEIDADE E RECURSOS LINGUÍSTICOS DO DIZER.	31
2.1 Os operadores argumentativos	31
2.2 Marcadores de pressuposição.....	33
2.3 Heterogeneidade discursiva.....	35
2.4 Marcas de subjetividade	37
3. PERCURSO METODOLÓGICO.....	40
3.1 Tipo da pesquisa e Abordagem	40
3.2 Contextos e sujeitos envolvidos	41
3.3 O <i>Corpus</i> : da coleta à transcrição dos <i>twittes</i>	42
3.4 Categorias de análise: discursos e elementos linguísticos.	44
4. O DISCURSO POLÍTICO MARANHENSE NO <i>TWITTER</i>.....	48
4.1 As regularidades discursivas no discurso político maranhense	136
Considerações finais	139
Referências	142

INTRODUÇÃO

Para a presente pesquisa, voltamos o nosso olhar ao campo político que corriqueiramente e, por lei, faz uso da TV, do rádio e dos comícios para veicularem suas propagandas e discursos, mas aqui, em especial, voltamo-nos ao discurso político constituído nas mídias sociais digitais que contribuíram para que os políticos pudessem alargar consideravelmente as possibilidades de criação e disseminação de suas ideias e de seus posicionamentos.

Hoje se nota um olhar atento para a classe política de forma que nos damos conta de que tudo é político e que tudo “depende” da política. Essa noção é expandida pelas possibilidades de contato com essa classe geradas pelas novas Tecnologias de Informação e Comunicação e a expansão do acesso à internet e, conseqüentemente, às redes sociais digitais. De certo modo, esse processo permitiu que a classe política se aproximasse mais do seu eleitorado de forma que os discursos se deem em tempo real proporcionando, assim, um aprimoramento das práticas discursivas no campo político.

Com a visibilidade dada pelas redes sociais, por exemplo, os políticos têm procurado se aproximar do povo enquanto constroem seus discursos pautados em seus conhecimentos sobre as regiões em que atuam ou representam, bem como nas diversas interações realizadas pelas redes sociais. Dessa forma, o engajamento de parlamentares nas mídias sociais digitais possibilita um contato efetivo com o público contribuindo para a construção do discurso, uma vez que se considere as redes sociais como um dispositivo de interação disponível à classe política em vista de um “contrato de comunicação”.

Sabemos que o estudo sobre o discurso político é amplo, contudo, decidimos realizar uma busca sobre o estudo do discurso político no âmbito das mídias sociais digitais para termos uma noção de como esses estudos foram realizados e sobre qual perspectiva. Assim, para obtermos um panorama das discussões sobre o discurso político nas mídias sociais digitais, recorreremos a uma pesquisa na internet por meio do *Google Scholar* e do Domínio Público com as seguintes palavras-chave: discurso político; discurso político maranhense e redes sociais digitais. O resultado obtido nessa busca foi pouco abrangente. Entre os 50 trabalhos que apareceram no filtro, somente 4 se encaixam/condizem com a busca pretendida: 3 desses trabalhos discutem o discurso no cenário nacional e 1 desses trabalhos discute sobre o discurso político maranhense nas redes sociais. Vejamos a seguir a perspectiva do estudo do discurso apontado pelos quatros trabalhos.

Luques (2010) trata do discurso político constituído com base no uso de metáfora. Nele, a autora propõe um estudo do discurso de Fernando Collor de Mello, de modo que se compreenda a organização cognitiva do locutor. Ademais a autora busca traçar um entendimento do funcionamento e das particularidades existentes na construção do discurso de Fernando Collor de Mello. Para isso, considera não somente a metáfora mais também o viés ideológico cultural, cognição e a relação de argumentação com o auditório. A base de dados da autora é constituída de amostras da representatividade do referido político nos pontos altos e baixos da sua carreira política: campanha em 1989, posse em 1990 e *Impeachment* em 1992.

Silva (2017) mostra, logo pelo título, *Discurso comunista dirigido aos cristãos: sentido, história e memória no discurso político-eleitoral de Flávio Dino*, o foco do estudo do discurso: um discurso específico, o comunista, dirigido a um público específico, os cristãos. A inquietação da autora partiu de um programa de TV no qual participou o candidato ao governo do Maranhão, Flávio Dino. A autora busca resposta à questão da produção e circulação social dos sentidos que emergiram na mídia, isto é, a associação do discurso de Flávio Dino ao discurso comunista. A reflexão da autora se dá no âmbito da Análise do Discurso (AD), articulando os campos da linguística, do marxismo e da psicanálise nos quais se fundamentam estudiosos e militantes de esquerda. O intuito da investigação gira em torno dos efeitos de sentido produzidos a partir da campanha política daquele momento realizada por diversos meios, nos quais destaca a autora, o pronunciamento público e a panfletagem. No trabalho, a autora reflete também sobre o aspecto teatral que o discurso político ganhou com a mediatização.

Lopes (2018), diferente das pesquisas anteriormente mostradas, busca trazer à tona o que se veio a chamar de “discurso de ódio” praticado por meio das redes sociais. A autora desenvolveu sua pesquisa com base em postagens realizadas nas redes sociais considerando o contexto do *Impeachment* da presidente Dilma Rousseff no ano de 2016. A observação chamativa da autora incide no descontrole gerado pelas mídias sociais e no que ela chama de falsa apropriação da interpretação da “manifestação da livre opinião” preconizado pelos direitos humanos. Assim, nesse contexto, a autora busca mostrar como o discurso de ódio é criado, alimentado e disseminado.

No quarto trabalho, Pires (2013) traz uma abordagem da Análise de Discurso político no cenário da campanha presidencial de 2010. Na pesquisa, a autora traz um resgate da AD e da noção de discurso político. A autora procura explicar/mostrar como eram feitos os discursos políticos e como são feitos e propagados na atualidade. A autora recorre às redes sociais como o *Twitter* para mostrar a potencialidade delas na difusão do discurso político, bem como nas

mudanças exigidas por elas, ou seja, na adequação necessária para poder estar em rede. É no contexto do uso das tecnologias que a autora justifica a relevância de seu trabalho, pois para a autora, a temática é nova e pouco explorada.

O corpus utilizado pela autora foi coletado no período de campanha e as postagens eram coletadas de 3 em 3 dias no período de julho a outubro de 2010. Como delimitação, a autora elegeu os três candidatos mais bem colocados nas pesquisas de intenções de voto: Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. Nas elucubrações da autora, é possível observar que a mesma se preocupa com um discurso ainda propagandista tal qual os veiculados pela TV e pelo Rádio. Em outros trabalhos encontrados na busca, observa-se a preocupação em estudar como o discurso é realizado e transmitido. E, além disso, trazem delimitações que restringem ao estudo do discurso de 1 a 3 políticos ou até mesmo partido político, como o trabalho de Silva (2017) que investiga o discurso comunista de Flávio Dino.

Após a realização desse filtro, percebemos a possibilidade de desenvolver um estudo relativo ao discurso político nas mídias sociais digitais por meio de uma visão diferente de todas que aqui trouxemos referente aos trabalhos descritos. Observou-se, até então, que se buscou mostrar o discurso de um ou outro indivíduo considerando sua filiação partidária e os meios de transmitir suas mensagens (como a TV, o panfleto, o *Twitter* etc.). Nenhum dos trabalhos que trouxemos, frutos da pesquisa das palavras-chave mencionadas anteriormente, mostra um estudo que esteja voltado para a constituição do discurso político regional. Esses trabalhos mostram o uso da mídia social apenas para tratar da veiculação, isto é, apenas como propagadoras potenciais de discurso. Contudo, o presente trabalho pode se tornar uma contribuição bastante significativa aos estudos do discurso político nas mídias sociais digitais, pois buscamos fazê-lo considerando categorias de análise que permitem mostrar um discurso específico, como, por exemplo, o discurso político maranhense nas mídias sociais.

A presente pesquisa parte de uma inquietação pessoal do pesquisador no tocante ao uso das mídias sociais digitais do século XXI nos diversos setores da sociedade. De forma específica, essa inquietação advém de uma reflexão dos meios de produção de discurso no campo político da eleição presidencial de 2018, em que as mídias sociais digitais foram utilizadas com grande afinco. Assim, refletir o papel das mídias sociais digitais e o poder discursivo gerado por elas nos permitirá compreender a produção discursiva política da sociedade das tecnologias digitais. Tal pesquisa ganha força no seu desenvolvimento com o apoio do Grupo de Pesquisa do Discurso, Escrita e Formação (GPDEF/UEMA), o qual oportunizou a reflexão e o estudo do discurso.

Diante do exposto, considerando o engajamento político nas mídias sociais, temos o seguinte questionamento norteador para esta investigação: **Como os marcadores linguísticos presentes em publicações na rede social digital *Twitter* refletem a formação discursiva do político maranhense?**

Para responder essa inquietação, propomos uma investigação sobre a constituição do discurso político maranhense e, conseqüentemente, as posições ideológicas desta posição de sujeito representativo regional. Temos como objetivo geral analisar a representação discursiva do uso de recursos linguísticos na constituição do discurso político regional publicados no *Twitter*. Especificamente, pretendemos: identificar os marcadores linguísticos presentes nos textos publicados nas redes sociais; verificar os sentidos criados pelo uso dos elementos linguísticos; analisar as regularidades discursivas que constituem o discurso político maranhense.

Como procedimento metodológico, adotamos a pesquisa bibliográfica como tipo de pesquisa, uma vez que buscamos refletir sobre os conceitos abordados neste estudo no intuito de embasar e dar consistência à proposta. Ademais, adotamos os seguintes métodos: 1) o método qualitativo; 2) o paradigma indiciário de Ginzburg (1996). Esses métodos nos permitem analisar categorias de discursos, posições-sujeito, etc., bem como observar minuciosamente as especificidades existentes no *corpus* em análise. De forma complementar, adotamos, 3) o método discursivo uma vez que estamos trabalhando com recortes de discursos presentes em publicações no *Twitter*, assim, este método nos permitirá, numa prática de análise, ir além da superfície textual, isto é, capaz de nos levar aos elementos constitutivos da produção discursiva dos parlamentares maranhenses. O *corpus* que compõe esta pesquisa é constituído de 114 (cento e quatorze) publicações (*twittes*) de 06 (seis) parlamentares maranhenses no *Twitter* no período entre 2019 e 2021. Para o desenvolvimento dessa investigação, analisamos 30 *twittes*, sendo, pois, 05 *twittes* de cada parlamentar.

Para fundamentarmos a pesquisa, buscamos edificar a base teórica nos estudiosos do discurso político, da linguagem, das mídias e da própria Análise de Discurso. Recorremos aos estudos de Charaudeau (2013) para explicar como as mídias sociais podem ser utilizadas para fazer discurso político, tal como o poder que proporcionam a esses discursos. Nesse bojo arrolamos Charaudeau (2018) que nos permite fazer uma reflexão sobre o que é o discurso político e as estratégias usadas pelos políticos para propiciarem as condições necessárias para consolidar seu discurso. Trouxemos os estudos de Pêcheux ([1975]2014a, [1969]2014b, [1983]2014c) para trabalhar o conceito de formação discursiva e ideológica, como também as condições de produção do discurso que nos permitiu compreender os sentidos do que é dito por

parte dos parlamentares conforme as posições que ocupam enquanto falam. Outrossim, nos ajudará na identificação dos processos discursivos na perspectiva histórica e nos norteará na análise materialista da prática linguística-discursiva. Auxiliar-nos-á ainda no entendimento das formações imaginárias que envolvem o processo discursivo mediante as posições tomadas pelos sujeitos-parlamentares nos discursos. De forma complementar, buscamos o entendimento de Maingueneau (1997, [2014]2015) no que tange o estudo do interdiscurso e os tipos de discurso que podem ser observados na materialidade discursiva parlamentar. Alinhamo-nos ainda ao trabalho de Foucault ([1969]2008) no que concerne ao estudo das regularidades discursivas, conceito que consideramos importante para o estudo do discurso político no campo das mídias uma vez que buscamos compreender como se constitui o discurso político nas mídias sociais digitais. No que diz respeito às análises linguísticas, trazemos à baila os estudos de Koch (2003, 2018, 2020), Authier-Revuz (2004) e Benveniste (1991), pelos quais, numa articulação teórica, buscamos refletir sobre os recursos linguísticos presentes na construção dos textos [*twittes*] dos parlamentares maranhenses.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente dispomos a Introdução trazendo em seu bojo a problemática, a justificativa, os objetivos e fundamentação teórica que embasa o presente trabalho; no capítulo 1, fazemos uma reflexão teórica do discurso como objeto; no capítulo 2, trazemos uma reflexão sobre a heterogeneidade e recursos linguísticos do dizer; no capítulo 3, descrevemos o percurso metodológico do presente trabalho; o capítulo 4 foi destinado a análise do *corpus* onde buscamos o discurso político maranhense em redes sociais; em seguida trazemos as considerações finais do pesquisador sobre os resultados alcançados na pesquisa.

1 O DISCURSO COMO OBJETO: uma reflexão teórica.

Neste capítulo, propomos realizar uma reflexão sobre Discurso na perspectiva dos trabalhos dos estudiosos franceses, visando construir um entendimento da Análise do Discurso (doravante AD) de modo que possamos compreender sua importância para o estudo dos discursos presentes nos diversos setores da sociedade contemporânea, em especial neste estudo, o discurso político maranhense.

A AD teve origem na França na década de 1969, por meio dos estudos de Michel Pêcheux, como uma reação às concepções de ideologia no âmbito social e da linguagem apresentada pela Linguística. Vista como uma teoria do sentido que busca contemplar a linguística estrutural da época, o marxismo e a psicanálise, a AD buscava pensar uma relação entre o ideológico e o linguístico. De modo geral, a AD passou por um processo de ruptura pela necessidade de se articular com os conceitos supramencionados.

Nesse processo de ruptura, é possível distinguir três (3) fases na AD: na primeira (1ª), a Análise do Discurso se preocupa em analisar discursos mais estabilizados, isto é, com menos possibilidade de variação de sentido. Nessa primeira fase da AD, é construída a noção de Máquina Discursiva, ou seja, é uma fase em que há uma preocupação em estudar os discursos políticos tentando caracterizar quais são as marcas de discurso com posicionamento ideológico diferente. Todavia, o conceito de Máquina Discursiva não condizia com a realidade visto que não era possível considerar os fatores externos a língua, sendo, pois, estrutural e fechada (Pêcheux, [1983] 2014c). Em vista da necessidade de ir além da estrutura, na segunda (2ª) fase, começa a ser abandonado o conceito de Máquina Discursiva, substituindo-a pelo conceito de Formação Discursiva tomada por empréstimo de Foucault. Segundo Pêcheux ([1983] 2014c, p. 310), “a noção de FD começa a explodir a noção de máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu ‘exterior’”, ou seja, com os interdiscursos.

A terceira (3ª) fase é marcada pela desconstrução da noção de maquinária discursiva, pela introdução da noção de interdiscurso. Nessa fase, Pêcheux se afasta da ideologia uma vez que o sujeito do discurso, que antes era concebido como puro efeito de assujeitamento a FD que se identifica, contamina-se com a preocupação do exterior como constitutivo do interior discursivo, nascendo, assim, a ideia de um sujeito heterogêneo. Destarte, nessa fase, surge o

conceito de heterogeneidade em que uma FD está sempre em interação com outras FD, reconhecendo-se, dessa forma, a opacidade da linguagem.

Adiante, em 1975, Pêcheux e Fuchs reformulam a AD centrando-a em três regiões do conhecimento: 1) no materialismo histórico; 2) na linguística; e 3) na teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos de modo que essas três regiões permitissem a redução da distância entre a *análise do discurso e teoria do discurso*. (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2014b).

Nesse contexto, Pêcheux e Fuchs ([1975]2014b) evocam os conceitos de formação social, língua e discurso para articular com as três regiões anteriormente citadas. Segundo os autores, é difícil evitar as mudanças que fazem com que o materialismo histórico se transforme em sociologia e de que a teoria do discurso se reserve ao aspecto da linguagem. Não obstante, a reformulação proposta para a articulação entre as três regiões passa a considerar que a região do materialismo histórico diz respeito à superestrutura ideológica ligada ao modo de produção que domina dada formação social.

Diante do exposto, sobre conceito de discurso e os encaminhamentos da AD, passaremos a abordar sobre o conceito de Formação Ideológica (FI), Formação Discursiva (FD) e Condições de Produção (CP) no tópico a seguir.

1.1 Formação ideológica, formação discursiva e condições de produção

Neste tópico, propomo-nos fazer uma reflexão sobre os conceitos de FI, FD e CP, dialogando, para isso, principalmente com Pêcheux ([1975]2014a, [1969]2014b, [1983]2014c), mas também com Foucault ([1969]2008) acerca da noção de FD uma vez que estes conceitos são essenciais na análise do discurso aqui pretendida.

Foucault ([1969]2008) conceitua que uma FD é determinada por meio de um conjunto de regras capazes de descrever uma dispersão (que ele considera que seja o discurso) de forma que se estabeleça uma regularidade entre os objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. Dessa forma, a regularidade que é atingida pela análise dos enunciados é chamada de FD. Entretanto, ao tomar essa via, Foucault ([1969]2008, p. 43) contorna os conceitos de “ciência e ideologia” por considerá-los demasiados.

Haroche, Henry e Pêcheux (1971) formulam FI como “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam

mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas às outras” (HAROCHE; HENY; PÊCHEUX, 1971, p. 102). Assim, é válido afirmar que a FI é o lugar em que o indivíduo é interpelado em sujeito de seu discurso enquanto é dominado por uma das FD que compõem a FI do sujeito.

O conceito de formação discursiva formulada por Foucault ([1969]2008) foi reformulada por Pêcheux ([1975]2014a) de forma que abarcasse o entendimento da condição de assujeitamento do sujeito por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado estudados por Louis Althusser (1970), ou seja, passa a abarcar as questões ligadas à ideologia, teoria e ciência deixados de lado por Foucault ([1969]2008).

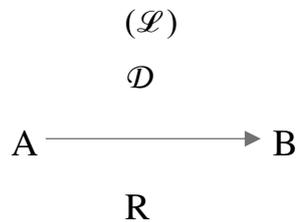
Assim, a FD passou a ser designada como “[...] Chamaremos, então, de *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, [1975]2014a, p. 147). Assim, o conceito de FD é essencial na análise do discurso, permitindo-nos determinar posicionamentos a partir de dizeres do dia a dia.

O conceito pecheutiano de FD permite ao analista do discurso tomar as palavras, expressões, proposições etc. e analisá-las a partir de uma conjuntura, possibilitando, pois, observar os sentidos criados naquelas condições de produção, como também observar de que maneira “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, [1975]2014a, p. 147).

A característica da interdiscursividade observada por Pêcheux ([1983]2014c) no estudo da FD possibilitou que, de uma estrutura fechada em si mesma, a FD passasse a ser vista como um ambiente aberto, invadido constantemente por elementos de outros lugares, ou seja, de outras FD que se repetem uma na outra, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais. Nesse sentido, justifica-se o fato de uma FI ser constituída por uma ou mais FD que, interligadas, fazem com que o discurso seja governado pelas FI, considerando, nesse quadro teórico, que o discurso é a manifestação material da ideologia ali dominante.

Falar então de FI e FD como aspecto constituintes do discurso é considerar que os elementos que constituem um embate de classes são susceptíveis de intervenção como força motriz no confronto em embates antagônicos de posições políticas e ideológicas por exemplo. Nesse contexto das mídias sociais digitais, tal embate pode se dar por meio dos posicionamentos adotados pelo político numa determinada circunstância, podendo se constituir e se dar a ver como sujeito pela linguagem utilizada na materialidade discursiva.

Outro conceito a ser considerado na análise da produção discursiva, são as condições em que o discurso é produzido; em nosso caso, por exemplo, o contexto sócio-histórico de uma publicação no *Twitter*. Para tanto, assume-se que o discurso não é apenas uma transmissão de informação, mas um efeito de sentido produzido entre dois pontos (A e B), conforme esquematizado por Pêcheux ([1969]2014b, p. 81):



A: o “destinador”; B: o “destinatário”.

Fonte: AAD-69 (PÊCHEUX, [1969]2014b, p. 81)

Assim, considerando que os pontos A e B sejam lugares e não indivíduos, estes designam “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (idem) como, por exemplo, o lugar de parlamentar (representante) e de povo (representado), permitindo que A construa uma série de formações imaginárias sobre B e vice-versa, apesar de Pêcheux ([1969]2014b, p. 82), alerta-nos que tais projeções, posições e imagens não serem biunívocas, sendo possível que haja, em certas condições de produção, representações diversificadas.

Pode-se dizer ainda que as condições de produção do discurso são essenciais para que os parlamentares possam refletir sobre suas produções discursivas para que, de fato, alcancem seus objetivos discursivos, de modo que, por meio das formações imaginárias, o sujeito se coloque como protagonista e como expectador do discurso. O processo discursivo por parte do sujeito nada mais é que uma *antecipação das representações do receptor*, fundando uma estratégia discursiva (PÊCHEUX, [1969]2014b).

Esse processo é representado por Pêcheux ([1969]2014b, p. 82), da seguinte forma:

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subtende a formação imaginária correspondente	
A {	$I_A(A)$	Imagem de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B {	$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B(A)$	Imagem de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

Fonte: AAD-69 (PÊCHEUX, [1969]2014b, p. 82)

Assim, pode-se observar por meio do quadro, as possíveis formações imaginárias que podem existir num processo discursivo.

Nesse contexto, ocorre também a construção do sujeito realizada através da linguagem utilizada para expressar o discurso. Assim, o sujeito vai se construindo através das diversas impressões, como ideologia e marcas de personalidade que vão sendo deixadas durante o ato discursivo. Para Pêcheux ([1975]2014a, p. 213), “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas”. E acrescenta ainda que, para que de fato um ato discursivo se concretize, é necessário que haja um sujeito que por sua vez é constituído por uma FD determinada e o constitui como sujeito.

Na produção de discurso, deve-se levar em conta as condições de produção que o discurso se dá visto que há sempre uma relação de sentido, pois a ideologia trabalha na produção de evidências de forma a colocar o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Grosso modo, podemos afirmar que, quando um político faz uma postagem numa rede social como o *Twitter*, por exemplo, este está vinculado a uma FD dominante que compõe a FI do sujeito, fazendo com que o discurso ali produzido sirva para aquele contexto discursivo.

Dessa forma, é essencial observar as FI, as FD, os sujeitos discursivos e as condições de produção para identificar os discursos usados por políticos em *twittes*. Nesse contexto em que se inscreve o discurso político, buscaremos observar a sua produção mediante o uso das

redes sociais digitais bem como o uso dos diversos “artifícios” linguísticos de modo que compreendamos como o político maranhense trabalha suas FD e FI, e como ele faz uso do contexto social para produzir um discurso que seja aceito pelo povo/eleitor.

Tendo, pois, refletido sobre FI, FD e CP, na sequência, buscaremos explicar sobre interdiscurso.

1.2 Interdiscurso

No presente tópico, buscamos fazer uma reflexão do conceito de interdiscurso, passando, inicialmente, por Pêcheux ([1983]2014c) que, no processo de estudo da FD, observa a presença de discursos transversos. Assim, buscamos os estudos de Maingueneau (1997) que busca aprofundar o conceito de interdiscurso por meio de termos complementares como: universo, campo e espaço discursivo.

Antes de adentrarmos à questão do interdiscurso, consideramos viável fazer uma reflexão sobre a noção de discurso de Maingueneau ([2014]2015). Segundo ele, há uma polivalência que permite o funcionamento do discurso de duas maneiras: (i) como objeto empírico (“há discursos”) e, (ii) como algo que transcende todo ato de comunicação particular (“o homem é submetido ao discurso”). Assim, diversas acepções de discurso ancoradas nas ciências da linguagem interagiram com ideias de correntes teóricas que permeiam as ciências humanas e sociais. Dentre os tipos de discurso, aos quais se refere Maingueneau ([2014]2015) destacamos o discurso do tipo:

✓ **contextualizado:** quando não interfere em um contexto, como se o contexto não passasse de um cenário, contudo todo discurso é contextualizado, pois não é possível atribuir um sentido a um enunciado descontextualizado uma vez que o discurso contribui para a definição seu contexto podendo identificá-lo durante a enunciação. É, pois, necessário que haja um contexto para que se possa atribuir um sentido ao discurso, sendo que este só pode modificar o contexto durante seu processamento de produção;

✓ **assumido por um sujeito:** “O discurso só é discurso se estiver relacionado a um sujeito, a um EU, que coloca ao mesmo tempo como *fonte de referências* pessoais, temporais, espaciais (EU-AQUI-AGORA) e indica qual atitude adota em relação ao que diz e a seu destinatário” (MAINGUENEAU, [2014]2015, p. 27). Isso significa dizer que o discurso é

produzido por um enunciador e se dirige a um interlocutor específico de modo que o locutor é a fonte das referências em relação ao tema e aos interlocutores;

✓ **regido por normas:** considera que este é um comportamento social que está submetido a normas gerais e a normas particulares que controlam os dados de linguagem. Por exemplo, quem pode falar, quais temas podem ser abordados, qual o tipo de linguagem empregar, pois “nenhum ato de enunciação pode ocorrer sem justificar de uma maneira ou de outra seu direito de apresentar-se tal como se apresenta” (Idem, p. 28).

✓ **assumido em um interdiscurso:** neste caso, o discurso adquire sentido dentro do universo de outros discursos e cada enunciado só pode ser interpretado na sua ligação com outros discursos com os quais estabelecem relações diversas. Assim, cada gênero de discurso tem sua maneira de gerar a multiplicidade das relações interdiscursivas: O próprio fato de situar um discurso em um gênero implica que era colocado em relação ao conjunto ilimitado de outros.

Assim, diante dessas acepções de discurso definidas por Maingueneau ([2014]2015) e, precisamente nesta última, buscamos compreender a importância do conceito de interdiscurso para os estudos da análise de discurso. Para tanto, retomamos aos estudos de Pêcheux ([1983]2014c) e Maingueneau (1997).

O conceito de interdiscurso surge no limiar conceitual de FD com o rompimento da maquinária discursiva quando Pêcheux ([1983]2014c) reconhece a relação paradoxal das FD com seu exterior, sendo, pois, invadidas constitutivamente por elementos de outras FD, repetindo-se e fornecendo evidências discursivas fundamentais sob a forma de pré-construídos e discursos transversos. Assim, o conceito de interdiscurso surge para introduzir a designação do exterior específico da FD que irrompe, construindo-a em lugar de evidência discursiva.

Para Maingueneau (1997) o interdiscurso é um conjunto de unidades discursivas que pertencem a discursos anteriores com os quais um discurso pode se relacionar de forma implícita ou explícita. Para o autor, é necessário que haja uma reflexão sobre interdiscurso para que se possa aprofundar esse conceito. Dessa forma, recorre a três outros termos que aqui chamaremos de subpontos do interdiscurso: (I) universo discursivo; (II) campo discursivo e (III) espaço discursivo.

O primeiro subponto (I – universo discursivo) consiste em todos os conjuntos de formações discursivas que coexistem e interagem numa mesma sociedade e momento histórico. Este é o ponto de referência para que uma análise possa ser realizada.

O segundo subponto (II – campo discursivo) consiste nas áreas de conhecimento que podem ser tratadas por diversas FD (político, religioso, esportivo, científico), ou seja, o campo discursivo não é uma estrutura estática, mas, sim, um jogo de equilíbrio instável constituído por

um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência e que se delimitam reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo (MAINGUENEAU, 1997). Assim, tomado pelo conceito de formação discursiva enquanto um sistema aberto perpassado por diversas FD, torna-se um elemento de análise importante no discurso, passa-se, pois, a considerar que os indivíduos que produzem os discursos são dotados de conhecimento de áreas diversificadas e acabam por gerar oportunidades de criação de discursos que podem possuir uma variedade de FD sendo que elas implicam a existência de posições políticas e ideológicas que, interligadas, acabam determinando o que pode e não pode ser dito. Assim, ao analisar um discurso, procura-se pela (s) FD (s) ali presente (s) a fim de que se possa determinar qual/quais dela/as está/ão presente (s) no discurso político maranhenses por exemplo.

O terceiro subponto (III – espaço discursivo) consiste na delimitação realizada pelo pesquisador para seu estudo de modo que permita abarcar pelo menos duas FD diferentes na abordagem de um mesmo tema, isto é, a relação entre dois temas.

Diante do exposto, vimos que o discurso e o interdiscurso podem se apresentar de diferentes formas. A noção de interdiscurso em Maingueneau (1997) torna-se útil nesta pesquisa, pois podemos tomar o interdiscurso, por exemplo, como uma categoria de análise para trabalhar as FD presentes no discurso político maranhense já que o interdiscurso pode ser um conjunto de discursos que por sua vez possibilite identificar e, até mesmo, diferenciá-los.

Tendo discorrido sobre interdiscurso, passaremos a abordar no tópico a seguir o discurso político na perspectiva de Charaudeau (2018).

1.3 Discurso político

No presente tópico, propomos fazer uma reflexão sobre o discurso no campo político, pontuando os pressupostos teóricos de Charaudeau (2018) observando a relação da linguagem com o projeto das instâncias envolvidas neste campo.

Para dar início a este tópico sobre o discurso político, partimos da pergunta “O que é discurso político?” feita por Charaudeau (2018) no início da sua obra “*Discurso Político*”. Essa interrogação de Charaudeau nos leva a refletir sobre a seguinte situação que, quando falamos em discurso político vem à nossa mente o ato momentâneo de um político proferindo uma “fala/um texto” planejado ou não em um determinado espaço (TV, internet, rádio, palanques etc.), entretanto, será que é só isso mesmo? O discurso político é apenas um aglomerado de

enunciados transmitidos por um meio de comunicação ou a uma multidão que assiste a uma reunião política? Para o autor, o discurso político é muito mais que isso. Envolve diversos aspectos como: linguagem, ação, instâncias, valores, poder político entre outros.

Traçar um entendimento do que é “discurso político” significa ir além da perspectiva simplória que temos e tentar entender como a linguagem se organiza para criar os efeitos psicossociais que uma fala/texto exerce no interior de determinado campo de práticas, pois o que chamamos de “discurso político” tem a habilidade de disfarçar dizeres e intenções. Destarte, em vista do que se diz, por mais inocente que se pareça, pode possuir uma significação que não aquela expressa.

O discurso político se torna um “jogo” em que estratégias são traçadas para alcançar objetivos discursivos no qual a linguagem é usada como ferramenta pelo político para produzir seu discurso. Charaudeau (2018, p. 15) afirma que “não podemos ignorar que a linguagem não faz sentido, a não ser na medida em que este é considerado em um certo contexto psicológico e social”, ou seja, nesse “jogo” o uso da linguagem dentro de um contexto que permite a construção de sentidos.

Considerando que é na linguagem que o homem se constitui como sujeito, entende-se que o uso da linguagem se dá para produzir um discurso conforme as necessidades de um determinado momento. Nesse sentido, a linguagem é um fator essencial da comunicação indispensável na produção do discurso, haja vista que o homem não encontrou um meio mais sofisticado para comunicar e por fim fazer seu discurso.

É importante salientar que no discurso político a linguagem é utilizada como uma ação, isto é, como troca social que permite a interação com interlocutores. Por meio dela que se busca manter o “jogo” e as “máscaras” do político, pois “Todo ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro” (CHARAUDEAU, 2018, p. 16), ou seja, o político, nesse jogo, coloca-se no lugar do outro na tentativa de trazê-lo para seu lado (conquistar o voto, por exemplo) fazendo com que o indivíduo pense e aja conforme suas vontades, configurando assim uma influência.

O ato de linguagem no discurso político está além da simples influência, pois busca por meio da ação adquirir um certo poder de forma que o sujeito que está sob essa ação seja colocado como dominado. Assim, “todo ato de linguagem está ligado à ação mediante às relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social” (CHARAUDEAU, 2018, p. 17), passando, pois, o discurso político da ideia de apenas convencer, influenciar, mas exercer um poder que obriga o sujeito a

se submeter às circunstâncias pelas quais o discurso o impõe, fazendo-o tomar uma decisão, por exemplo.

Sendo a política a arte e ciência de organizar, administrar e governar um estado, ela não acontece por acontecer e de qualquer forma. Constituída de representantes eleitos pelo povo, a política exige a ação destes eleitos que determinam a vida social, organizando-a tendo em vista o bem comum (CHARAUDEAU, 2018). As ações desses agentes podem se dar modo individual ou coletivo visando sempre a concretização dos atos de modo eficaz. Contudo, há duas instâncias que são determinantes para que isso de fato ocorra: a instância política e a instância cidadã. Sendo a primeira da ordem de contradição, pois foi posta no poder por vontade da segunda que, por sua vez, não pode ser autoritária.

As instâncias são importantes nesse processo do discurso político, porquanto é por meio dele que o político formula “promessas” que muitas vezes estão fora das condições de possibilidade de cumprimento. Dessa forma, a instância política que precisa agir em função de um possível, isto é, fazer o que está dentro da lei, as vezes ignora esse limite enquanto constrói seu discurso buscando agradar, fazer o desejável à instância cidadã que por sua vez desconhece as regras do funcionamento e as condições de realização da ação política, tornando assim, “um exercício difícil do poder político, que consiste em editar a lei e sancioná-la, sempre se assegurando do consentimento da instância cidadã”. (CHARAUDEAU, 2018, p. 19).

A não observância do limite do que é possível realizar enquanto político, na tentativa de dizer aquilo que o cidadão quer ouvir, culmina numa sanção simbólica, o descrédito do político, sanção essa em que a imagem do político se torna “suja” por não (poder) cumprir o que prometeu. Assim, entra nesse “jogo” os valores defendidos no discurso político que, por meio da linguagem, busca a dominação legítima garantindo o acesso da instância política ao poder ou mantendo-a nessa posição argumentando e fazendo uso da razão e das paixões fazendo a instância cidadã aderir às suas ideias para evitar as sanções que podem ser impostas (CHARAUDEAU, 2018).

Outro aspecto importante do discurso político é o poder. Assim como os aspectos citados anteriormente: linguagem, ação, instâncias, valores, o poder, que o político busca exercer sobre o cidadão, dá-se pelo uso da linguagem por meio do discurso. Este, quando usado para resolver situações adversas advindas da insatisfação dos cidadãos para com o governo, fazem com que o político utilize um discurso voltado para a persuasão dos inconformados com a situação em andamento, no qual promete uma ação efetiva para a resolução do problema. Segundo Charaudeau (2018)

[...] a palavra intervém no *espaço de discussão* para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da política; a palavra intervém no *espaço da ação* para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no *espaço da persuasão* para que a instância política possa convencer o cidadão dos fundamentos do seu programa e das decisões que ele toma ao ferir os conflitos de opinião em seu proveito (CHARAUDEAU, 2018, p. 21)

assim, o poder político que é dado pelo povo se manifesta por meio da linguagem que por sua vez intervém em todos os espaços resultando no debate de ideias, trocas de opinião e fazendo com que haja de fato o fazer político, isto é, a efetivação da ação política tomando decisões que satisfaçam o cidadão.

Dessa forma, não importa se o discurso é de direita, fascista, totalitário, democrático etc., em todos, a linguagem é utilizada para traçar estratégias discursivas nas diversas circunstâncias que surjam no “jogo” que é o discurso político. Diante do exposto, pode-se dizer que o discurso político mantém uma relação estreita com a linguagem, a ação e o poder, o que torna a tarefa de definir discurso político uma tarefa difícil.

Considerando o exposto sobre discurso político em Charaudeau (2018), passaremos a refletir sobre o discurso no âmbito das mídias.

1.4 Discurso das mídias

No presente tópico, buscamos refletir acerca do discurso político no âmbito das mídias digitais à luz dos estudos de Charaudeau (2013) e de Paveau (2013) no que concerne as ferramentas tecnodiscursivas de organização do discurso em rede.

As mídias sociais como ambiente de produção discursiva do campo político e, mais especificamente dos políticos maranhenses, têm-se mostrado como importante espaço para a produção e veiculação de discurso uma vez que se apresentam “ [...] como um *organismo especializado* que tem a vocação de responder a uma demanda social por dever de democracia” (CHARAUDEAU, 2013, p. 58). Assim, sob a prerrogativa de informar ao público sobre ações e posicionamento em relação a acontecimentos no cenário político, parlamentares fazem uso de mídias sociais como: *Instagram, Facebook, Twitter*, etc., para manter a aparente prática democrática de transparência para com aqueles que os elegeram para lhes representar.

O uso das mídias sociais digitais por parlamentares na produção discursiva, principalmente no contexto da pandemia da COVID-19, tornou-se mais expressivo,

potencializando, pois, uma possível relação da classe política com a sociedade como um todo. Contudo, Charaudeau (2013, p, 67) adverte que “todo discurso depende, para a construção de seu interesse social, das condições específicas da situação de troca na qual ele surge”, isto é, da situação de comunicação. Consequentemente, é preciso identificar as evidências discursivas e as cargas de influências sofridas pelo locutor e pelo receptor do discurso presentes em mensagens postadas por políticos nas mídias sociais.

Com o uso das mídias sociais digitais, pode-se dizer que o discurso político tem ganhado força no que tange às possibilidades de produção, disseminação e alcance quando relacionado com os meios tradicionais utilizados no passado. Associada às mídias sociais digitais, tem-se a linguagem, responsável pela efetivação da comunicação e por onde se transmite crenças, saberes etc., sendo, portanto, utilizada de diversas formas e com diversas finalidades. Exemplo da associação da linguagem e das mídias sociais digitais no campo político é a produção de discursos cada vez mais organizados e fundamentados dando assim uma chance maior de serem aceitos uma vez que as mídias sociais digitais possuem um alcance comunicativo imensurável.

O discurso político mediatizado pelas redes sociais toma uma forma, seja oral ou escrito. Com isso a linguística ganha uma importante função, já que as ideologias vão se materializando na linguagem. Na concepção de Pêcheux ([1975]2014b), o discurso deve ser concebido como um aspecto material da ideologia. Então, os parlamentares se apropriam dos meios midiáticos como as redes sociais para consolidar seu discurso, haja vista que as mídias se constituem como um suporte organizacional que se apossa das noções que se remetem a fenômenos sociais e as integra em suas diversas logicas, de modo que a lógica “simbólica” seja a mais perceptível pelo fato dela “servir à democracia” (CHARAUDEAU, 2013, p. 15).

Nesse sentido, o uso das mídias sociais digitais, como suporte da produção discursiva, torna-se conveniente para a classe política, visto que elas oferecem possibilidades que antes não se tinha, permitindo, assim, que haja uma efetiva concretização de discurso. No entanto, é válido ressaltar que o discurso político é o lugar social dos jogos de máscaras e toda palavra dita nesse campo (político) deve ser apreendida ao mesmo tempo pelo que ela não significa, não devendo nunca ser interpretada literalmente (CHARAUDEAU, 2018, s/p). Diante disso, as mídias sociais podem se configurar como um suporte capaz de otimizar a opacidade da linguagem.

Hoje, com a rede mundial de computadores e com os diversos aparelhos eletrônicos portáteis, principalmente os smartphones, munidos com diversos recursos, otimizou-se o poder de alcance e propagação de discurso até mesmo para quem está em locais de difícil acesso do

país/estado por meio de mídias sociais digitais, como as citadas anteriormente (*Facebook, Instagram, Twitter*) entre outras. Não obstante, Charaudeau (2013, p. 15) considera que as mídias são suportes organizacionais e são utilizadas no meio político de forma simbólica para dar visibilidade social aos seus discursos no espaço público. Essa visibilidade pode ser notada na produção discursiva política por meio de engajamento na publicação, por exemplo, por meio das ferramentas de interação como as *hashtags*.

Dentre as mídias sociais digitais, damos ênfase neste estudo ao *Twitter*, que mesmo possuindo um espaço de produção de texto de 280¹ caracteres que o configura como um espaço limitado no que diz respeito à interação entre os interlocutores de um discurso, mostra-se eficiente para a prática discursiva, pois além das ferramentas de interação: curtir, retweetar e comentar, permite que os usuários utilizem a *hashtag* (#) como forma de localizar ou associar determinados assuntos ou links discutidos na rede. Segundo Paveau (2013, p. 13), a *hashtag* “é uma forma de construção linguística essencialmente virtual e social que permite agrupar um tema compartilhado, o tecnomorfema e tecnodiscurso”².

A *hashtag* é um recurso presente na maioria das redes sociais. Elas são criadas utilizando o comando do símbolo (#) e de uma palavra-chave que define o assunto, sendo esta considerada a *tag*. Ao fazer isso, uma espécie de *hiperlink* é criado fazendo com que o conteúdo postado se agrupe no mesmo assunto dos que já foram realizados com a mesma *hashtag* e direcionará os usuários a essas postagens quando realizarem uma pesquisa utilizando a ferramenta. Segundo a HP TECHNOLOGY AT WORK (2013 apud SILVEIRA, 2015, p. 66), “As *hashtags* oferecem um vislumbre dos assuntos importantes para as pessoas e o mundo em um dado momento. [...] nos ajudam a compartilhar nosso amplo espectro de pensamentos e sentimentos”, ou seja, ela é uma ferramenta que permite aproximar os interlocutores que compartilham do mesmo assunto. Bain (apud SBARAI, 2013) compara as *hashtags* com as antigas fogueiras nas quais todos se sentavam ao seu redor para conversar sobre o mesmo assunto. Ele as chama de “fogueiras da era digital”.

Com o uso das mídias digitais, não somente o dito chega rápido, mas também permite um olhar crítico e aprofundado de quem tem acesso ao que é postado. Então, não é difícil imaginar como pessoas públicas, principalmente os políticos, muitas vezes se tornam o assunto dos *trands* do *Twitter*, por exemplo, por realizar uma publicação que causa discussão amistosa

¹ Mais sobre a história do *Twitter* em: <https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/120893-historia-twitter-rede-social-140-caracteres-video.htm>. Último acesso em 29/01/2021 às 00:18.

² Texto original: Le hashtag est une « convention » mise en place par les usagers du réseau. C’est une forme langagière dont la fonction est essentiellement sociale, permettant l’affiliation diffuse des usagers, la technoconversationalité et l’investigabilité du discours.

ou até mesmo algum escândalo. Por isso, antes de fazer uma publicação numa rede social, mesmo quando se busca manter atos comunicativos entre seguidores, é indicado que haja uma reflexão por parte desses indivíduos uma vez que o acesso rápido à informação pode causar embates, posicionamentos e até mesmo resultados que fogem do objetivo comunicativo.

As postagens realizadas por políticos no *Twitter* podem se configurar como um exemplo, uma vez que, embora as utilizem para mostrar uma realização de projetos, podem incidir numa reação positiva ou negativa, visto que os interlocutores possuem formações discursivas e ideológicas diferentes. Sendo, assim, capazes de identificar o discurso empregado. Para Charaudeau (2013, p. 59) o fato da informação (neste caso, o que se transmite na publicação) se referir a acontecimentos do espaço público político civil não estará isenta de posições ideológicas, desta forma, o uso das mídias visa dar visibilidade social ao político.

Diante dos novos meios de fazer política advindas das tecnologias do século XXI, como as supracitadas e mais especificamente o *Twitter*, pode-se notar que houve mudanças nas práticas discursivas. Segundo Aquino (2003, p. 196), o discurso político “engloba as diversas formulações, tanto na modalidade falada, quanto na escrita, elaboradas durante a atividade discursiva a que os políticos estejam engajados” (AQUINO, 2003, p. 196). Temos, como exemplo desse novo jeito de produzir e disseminar discursos, a corrida aos cargos políticos estaduais e federais no ano de 2018, em que se observou o uso massivo da internet e das mídias sociais digitais se relacionado às demais campanhas anteriores.

Desse modo, pode-se dizer que o uso das mídias sociais digitais, como o *Twitter*, no campo político, otimizou o alcance e propagação de discurso em tempo real, dando, portanto, às mídias sociais digitais, a informação e a comunicação aspecto de discurso moderno como frisa Charaudeau (2013).

Tendo neste tópico discorrido sobre o discurso no âmbito das mídias sociais digitais, dando ênfase a rede social *Twitter*, passaremos a refletir sobre os recursos linguísticos que podem se fazer presentes na produção discursiva parlamentar na referida rede social.

2 HETEROGENEIDADE E RECURSOS LINGUÍSTICOS DO DIZER.

Neste capítulo, buscamos traçar uma reflexão sobre os elementos linguísticos constitutivos do processo discursivo partindo do princípio da análise do texto ao enunciado. Para tanto recorreremos, principalmente, aos estudos de Koch (2018) no que diz respeito aos operadores argumentativos e marcadores de pressuposição, Authier-Revuz (2004) para tratar da heterogeneidade discursiva e Benveniste (1991) no tocante às marcas de subjetividade na produção discursiva parlamentar no *Twitter*.

2.1 Os operadores argumentativos

Neste tópico, abordaremos o conceito de operadores argumentativos como elementos linguísticos usados na produção discursiva de textos postados por parlamentares no *Twitter*.

Conforme o explanado até agora, podemos perceber que o discurso não é apenas uma transmissão de informação, mas uma interação social por meio da linguagem permeada de sentidos que carrega em si as ideologias e os fenômenos linguísticos dos interlocutores. Por isso, é relevante a observância da linguagem enquanto discurso, visto que nela o político há de fazer uso da sua não neutralidade para alcançar objetivos discursivos. Para tanto, alguns mecanismos utilizados no processo de produção de textos são importantes para que de fato os discursos alcancem os efeitos desejados.

Na produção de discurso, seja oral ou escrito, o uso de recursos linguísticos é feito com frequência tanto para manter formalidades da língua quanto para produzir os sentidos, os significados desejados pelos autores. Nas mídias sociais digitais, aqui, em especial, na rede social *Twitter* e nos textos dos políticos maranhenses, esses mecanismos podem se fazer presente, visto que estes buscam realizar um ato discursivo com propósitos específicos. Dessa forma, textos publicados por parlamentares maranhenses no *Twitter* podem apresentar mecanismos linguísticos que são essenciais na produção dos efeitos de sentido da produção discursiva.

No campo da Semântica Argumentativa (ou semântica da enunciação), esses mecanismos são denominados de operadores argumentativos, elementos que são capazes de denotar o valor semântico de argumentos apresentados nos enunciados. Para Koch (2018), os

operadores argumentativos são como palavras da gramática de uma língua que são responsáveis por uma relação precisa entre os enunciados, isto é, são palavras que conectam os enunciados inserindo argumentos no texto do autor que têm por objetivo indicar a força argumentativa dos enunciados bem como a direção (o sentido) para o qual apontam.

A autora, pontua a existência de 09 grupos de operadores argumentativos, os quais destacamos a seguir:

- a) Operadores que assinalam o argumento mais forte dentro de uma escala que direciona para determinada conclusão: (até, mesmo, até mesmo, inclusive);
- b) Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão: (e, também, ainda, nem (=e não), não só... mas também, além de..., além disso..., a par de..., etc.);
- c) Operadores que introduzem uma conclusão relacionada a um argumento apresentado anteriormente: (portanto, logo, por conseguinte, pois, etc.);
- d) Operadores que permitem introduzir argumentos alternativos e levam a conclusões opostas ou diferentes: (ou, ou então, quer... quer, seja... seja, etc.);
- e) Operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos, com vistas a uma dada conclusão: (mais que, menos que, tão... como, etc.);
- f) Operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior: (porque, já que, pois, etc.);
- g) Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias: mas (porém, contudo, no entanto, etc.), embora (ainda que, posto que, apesar (de que), etc.);
- h) Operadores que têm por função introduzir no enunciado conteúdos pressupostos: (já, ainda, agora, etc.);
- i) Operadores que se distribuem em escalas opostas, isto é, um deles funciona numa escala orientada para a afirmação total e o outro, para a negação total.

Segundo Koch (2018, p. 30), os operadores argumentativos podem ser divididos em duas escalas: (i) a classe argumentativa e, (ii) a escala argumentativa. A primeira consiste em introduzir argumentos que levam para a mesma ideia, ou seja, são operadores que levam o interlocutor à mesma conclusão. Enquanto a segunda escala, a escala argumentativa, é composto por operadores que levam o interlocutor a conclusão diferente, isto é, por serem de cunho adversativos não apontam para a mesma conclusão.

Nesse sentido, nos textos [*twittes*] publicados pelos políticos no *Twitter*, é possível que se possa encontrar operadores argumentativos na materialidade discursiva, que na concepção gramatical, são recursos linguísticos importantes para a coesão e coerência textual. No entanto, quando se parte para uma análise na perspectiva semântica do discurso, observa-se que esses

operadores estão presentes não apenas para conectar enunciados, mas também para introduzir e reforçar argumentos no discurso que, por sua vez, busca levar o leitor a uma determinada conclusão de acordo com os propósitos discursivos da publicação.

Por outro lado, se a referida rede social pode ser vista como um espaço de opiniões e de crenças coletivas que o político utiliza para “comunicar-se”, é possível que se possa ver um *twitte* apenas como uma forma moderna, rápida e eficiente de manter o diálogo com o leitor/eleitor. Todavia, a presença de operadores argumentativos na produção discursiva faz com que seja emergido certas intenções argumentativas do parlamentar, até mesmo sem que este perceba.

Diante do exposto sobre operadores argumentativos em textos publicados no *Twitter* por políticos, é necessário que se atente aos detalhes da produção discursiva política nas mídias sociais digitais (como tratado no capítulo anterior), pois, mesmo que a tomada de fala nem sempre represente uma tentativa de fazer o auditório aderir a uma ideia, isto é, não possua explicitamente um caráter argumentativo, é válido lembrar o alerta de Charaudeau (2018) de que cada palavra dita no campo político deve ser tomada com cautela, ou melhor, não pode ser tida como transparente. Dessa forma, um texto [mensagens] de um político no *Twitter*, pode, aparentemente, não possuir um cunho argumentativo; no entanto, quando o analisamos, é possível que se note a presença de elementos linguísticos que mostrem tal intenção como os operadores argumentativos.

Além dos operadores argumentativos, trazemos à baila desta fundamentação, a seguir, uma breve reflexão sobre os marcadores de pressuposição, um elemento linguístico que pode contribuir significativamente na produção discursiva parlamentar.

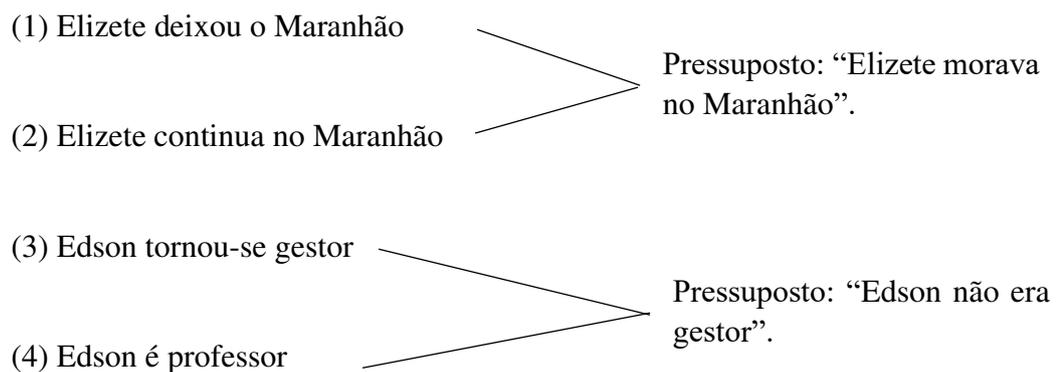
2.2 Marcadores de pressuposição

Neste tópico, propomos uma breve reflexão sobre os elementos linguísticos “marcadores de pressuposição”, recorrendo aos estudos de Koch (2018). Consideramos, neste bojo teórico sua importância, uma vez que parecem se constituir elementos importantes na construção de sentidos na produção discursiva parlamentar aqui, de modo especial, na rede social digital, *Twitter*.

Enquanto os operadores argumentativos (tratado no tópico anterior) são responsáveis por introduzir no enunciado determinados conteúdo semântico, que sem sua presença seriam

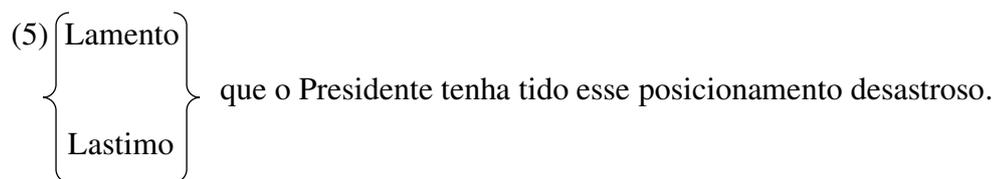
inexistentes, os marcadores de pressuposição são os elementos linguísticos que introduzem na produção discursiva conteúdos “que ficam à margem da discursão” (KOCH, 2018, p. 46), isto é, os pressupostos.

Para a autora supracitada, pode-se considerar, ainda, a existência de pelo menos três grupos desses elementos que introduzem pressuposição na produção discursiva. O primeiro grupo é formado por verbos que indicam mudança ou permanência de estado tais como: ficar, começar a, passar a, deixar de, continuar, permanecer, tornar-se, entre outros. Este grupo pode ser exemplificado da seguinte forma:



Observa-se nos exemplos que os sintagmas verbais são responsáveis por introduzir uma pressuposição que será entendida conforme as condições de produção discursiva em voga.

O segundo grupo é formado por “verbos denominados ‘factivos’, isto é, que são complementados pela enunciação de um fato (fato que, no caso, é pressuposto)” (KOCH, 2018, p. 47). Dessa forma, os sintagmas verbais (lamentar, lastimar, sentir, saber, etc.) que compõem esse grupo possuem um caráter psicológico. Observemos o exemplo abaixo:



assim, lamenta-se, lastima-se o fato do Presidente ter tido um posicionamento desastroso.

O terceiro grupo de marcadores de pressupostos é formado por conectores que indicam circunstância, tais como: desde que, antes que, depois que, visto que, etc., principalmente quando estes introduzem uma oração anteposta, explica Koch (2018). Tomemos, pois, os seguintes exemplos para ilustrar esse grupo.

(6) **Desde que** o Governador anunciou a volta às aulas, os professores não falam de outra coisa. (Pressuposição: as aulas irão retornar).

(7) **Antes que** o Governador vacinasse os professores, eles não retornaram às escolas. (Pressuposição: O Governador vacinou os professores).

Observa-se que por meio dos exemplos, os elementos linguísticos que introduzem as orações de forma anteposta criam efeitos de sentido de uma determinada pressuposição, ou seja, tais elementos criam sentido de algo que já se imagina conhecer.

É válido ressaltar ainda que segundo Koch (2018), além dos três grupos de elementos linguísticos que marcam pressuposição na produção discursiva, há casos em que esse fenômeno linguístico-discursivo não se apresentam por meio de marcadores, sendo, pois, classificados como subtendidos, pressuposições amplas ou mesmo como uma inferência.

Tendo, pois, refletido sobre os marcadores de pressuposição, a seguir, passaremos a discorrer sobre heterogeneidade discursiva, outro elemento que se mostra de grande valia na produção discursiva parlamentar nas mídias sociais digitais.

2.3 Heterogeneidade discursiva

Para analisarmos a constituição de um discurso político e seus efeitos de sentido, é importante retomarmos o conceito de heterogeneidade discursiva como a presença da voz do Outro no discurso Um. Retomamos esse conceito em razão de considerarmos o *Twitter* como um suporte discursivo no qual as publicações de parlamentares são constituídas a partir da heterogeneidade discursiva desenvolvida pela presença de outros discursos naquele discurso ali materializado.

Segundo Authier-Revuz (2004, p. 12), “um locutor *único* produz, um certo número de formas, linguisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inscrevem, em sua linearidade, *o outro*”, isto é, por meio da materialidade linguística podemos perceber a evocação do Outro no discurso de um sujeito por meio de indícios e marcas que dão ciência, denunciam a presença da voz do Outro ali. A autora supramencionada explica que isso pode ocorrer das seguintes formas:

- No discurso indireto, o locutor se comporta como tradutor: fazendo uso de suas próprias palavras ele remete a um outro como fonte de “sentido” dos propósitos que ele relata.

- No discurso direto, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou espaço – claramente recortado da citação na frase: o locutor se apresenta como simples “porta-voz”. Sob essas duas diferentes modalidades, o locutor *dá lugar* explicitamente ao discurso de um outro em seu próprio discurso (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12).

Isso é possível, porquanto o discurso não é fechado em si, porém remete o tempo todo ao “outro” – interlocutor e/ou outros discursos. É a fundamentação apresentada por Pêcheux ([1983]2014c) sobre a ideia de que as formações discursivas estruturam uma maquinaria discursiva composta por interdiscursos.

O sujeito do discurso por sua vez também será um sujeito heterogêneo, sendo afetado pelo outro-interlocutor/interdiscurso. Não obstante, esse sujeito é afetado pela divisão de: consciência e inconsciência do dizer, que são capazes de aflorar ou apagar discursivamente os elementos indesejáveis. Dessa forma, o sujeito é “dividido, clivado, fendido” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 65), ou seja, caracterizado pela heterogeneidade discursiva que constitui seu dizer.

No *Twitter*, ao realizar uma publicação, um parlamentar, por exemplo, pode ser capaz de trazer essa heterogeneidade uma vez que pode evocar naquele suporte outros discursos, fazer referências a outros sujeitos e condições de produção. Para Authier-Revuz (2004), a heterogeneidade é constitutiva da linguagem e pode se apresentar por marcas e indícios. Nesse sentido a autora afirma que a heterogeneidade pode se dar de duas formas: mostrada e constitutiva. Sendo a primeira de natureza linguística e a segunda manifestada através da utilização de formas linguísticas específicas para fazer alusão e/ou referência ao discurso de outro autor. Para a autora, a heterogeneidade mostrada, ainda pode ser classificada como marcada e não marcada, ou seja, a primeira é demarcada por meio da organização dos discursos direto e indireto que identificamos por meio de elementos linguísticos utilizados. Já a não marcada são sinalizadas de forma implícita e sem traço de alteração sintática, podendo ser identificadas a partir da análise de algum sinal ou elemento gráfico.

Para compreendermos melhor, demonstramos abaixo um exemplo do que explicamos acima.

Brasília das grandes decisões nacionais, de suas diversidades culturais, de monumentos que fascinam a gente e, como disse o escritor e dramaturgo Maurício Witzzak, ela "tem corpo de avião, mas alma de passarinho". Parabéns à capital de todos os brasileiros.

#Brasilia60anos

Fonte: Arquivo Digital do autor (2020-2021).

Ao final da segunda e início da terceira linha da publicação acima, temos um exemplo de heterogeneidade mostrada. Podemos percebê-la, na demarcação da expressão “como disse o escritor e dramaturgo Maurício Witzzak” seguida pelo uso das “aspas”. Um mecanismo para indicar o discurso direto, ou seja, o sujeito recorta as palavras do outro e cita em seu *Twitter*. É um exemplo do que Authier-Revuz (2004) apresenta de demarcação da alusão que aquele que escreveu o texto da publicação faz ao dizer (discurso) de outro autor, que este caso é citado na publicação e mostrado na superfície linguística.

A heterogeneidade mostrada não marcada, que diferente da marcada, não faz uso de marcas denunciativas, mas recorre, por exemplo, ao discurso indireto livre, como efeito de ironia, imitação, dentre outros, para se manifestar, tendo, pois, a necessidade de se recorrer às condições de produção para entender os discursos que são retomados, já que não há delimitação de fronteiras entre um e outro.

Dito isso, a seguir, passaremos a reflexão sobre marcas de subjetividade na produção discursiva.

2.4 Marcas de subjetividade

No presente tópico, propomo-nos a realizar uma breve reflexão sobre marcas de subjetividade à luz dos estudos de Benveniste (1991). Tal reflexão é válida, uma vez que na produção discursiva parlamentar em estudo podemos nos deparar com essa marca linguística que, de certa forma, pode contribuir de forma significativa na construção dos efeitos de sentidos no discurso parlamentar maranhense no *Twitter*.

Destaste, damos início à nossa reflexão, trazendo a definição de subjetividade dada por Benveniste (1991), a qual designa como a capacidade de o locutor se propor como sujeito”

do seu discurso. Tendo essa definição em mente, salientamos que, quando o locutor se propõe como sujeito do seu discurso, marcas linguísticas podem ser observadas na materialidade discursiva. Assim, sendo a linguagem a melhor forma de comunicar-se, pode-se dizer, então, que a subjetividade se fundamenta no exercício da linguagem, já que segundo Benveniste (1991), é a linguagem que torna possível a subjetividade, posto que ela contém formas linguísticas apropriadas à sua expressão; e o discurso, por sua vez, provoca a emergência da subjetividade. Dessa forma, ao pôr a linguagem em funcionamento, o sujeito se vale de marcadores linguísticos que são capazes de expressar na materialidade discursiva a subjetividade.

No tocante aos marcadores linguísticos que denotam subjetividade, pode-se elencar os pronomes pessoais como o primeiro ponto de apoio para que a subjetividade na linguagem seja revelada. Para Benveniste (1991), a subjetividade é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem, ou seja, é o “‘ego’ que *diz ego*” (idem, p. 286). Assim, fundamenta-se a subjetividade determinada pelo *status* linguístico da pessoa. Partindo, pois, ao campo enunciativo, como mencionado acima, a primeira marca de subjetividade é a relação polar de pessoa “eu-tu” que é empregado, conforme explica o autor supracitado, num processo de alocação, ou seja, somente se diz **eu** quando se dirige a alguém que será o **tu**.

Dito isso, questiona-se a que se refere a pessoa “eu”. Por se tratar de um elemento exclusivamente linguístico, o **eu** faz referência ao ato de discurso individual no qual é pronunciado designando o locutor. Segundo Benveniste (1991), trata-se de um termo que não pode ser identificado a não ser dentro de uma instância de discurso e, que só tem referência atual, ou seja, o **eu** só pode ser identificado quando considerado a realidade à qual ele remete, a realidade do discurso. Confirmando-se, assim, que é na “instância de discurso na qual eu designa o locutor que este se enuncia como ‘sujeito’” (idem. p. 288). Ademais, outras classes pronominais que participam do mesmo *status* dependem desses pronomes.

Além da relação pronominal para a indicação de subjetividade, pode-se observar também como marca de subjetividade as relações espaciais e temporais que giram em torno do “sujeito” tais como: indicadores de dêixis, demonstrativos, advérbios, adjetivos. Segundo Benveniste (1991, p. 288), esses dois fatores que marcam a presença de subjetividade, “têm em comum o traço de se definirem somente com relação a instância de discurso na qual são produzidos”, ou seja, sob a dependência do eu que aí se enuncia.

É válido acrescentar ainda que a subjetividade pode ser ampliada por meio do que convencionou chamar de temporalidade, ou seja, a noção de tempo como dito acima. No tocante a esta noção [tempo] não importa se ela estará marcada por meio da flexão verbal, ou de outras

classes como (partículas, advérbios, variações lexicais, etc.), pois, segundo Benveniste (1991), o tempo linguístico é sui-referencial, ou seja, dá a significação conforme a referência à própria enunciação, onde, (Eu-Tu) instauram o estatuto de participantes do ato verbal e instituem a si mesmo como coordenadas de espaço-tempo-modo (aqui, agora, assim). Dessa forma, pode-se afirmar que a temporalidade humana com todo o seu aparato linguístico revela a subjetividade inerente ao próprio exercício da linguagem.

Diante do exposto sobre os recursos linguísticos, passaremos, no próximo capítulo, a tratar do percurso metodológico realizado neste trabalho,

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, descreveremos o percurso metodológico percorrido neste trabalho. Nele, fazemos a apresentação da abordagem e do tipo de pesquisa adotadas para desenvolver a pesquisa; em seguida trazemos os contextos e os sujeitos envolvidos e apresentamos as categorias de análise desenvolvidas durante a pesquisa.

3.1 Tipo da pesquisa e Abordagem

Nesse tópico, passamos a descrever o tipo de pesquisa e as abordagens adotadas para o desenvolvimento dessa produção científica. Assim, adotamos para este trabalho a pesquisa bibliográfica e os métodos: qualitativo; discursivo e método do paradigma indiciário. Feita essa contextualização, passemos às suas descrições.

No presente trabalho, adotamos a pesquisa bibliográfica como tipo de pesquisa por consideramos que a temática trabalhada requer um embasamento teórico bem amplo, sendo possível tê-lo a partir de uma revisão da literatura que já existe como, livros, artigos, dissertações e teses, por exemplo, sobre os fenômenos passíveis de análise presente no *corpus* como: ideologia, formação discursiva, discurso, entre outros. Assim, acreditamos que o uso desse tipo de pesquisa seja o mais favorável ao estudo do Discurso Político maranhense nas mídias sociais.

Com o uso da abordagem qualitativa, objetivamos analisar categorias de discursos, posições-sujeito e o mais, assim a interpretação do objeto no contexto de produção é necessária, dando-nos a oportunidade de sair da superfície discursiva e adentrar às especificidades linguísticas que nos levam a identificar as FD, as FI, as marcas linguísticas e assim por diante, presentes nas publicações dos parlamentares. Dessa forma, o método qualitativo nos permite qualificá-los julgando e valorizando a partir da teoria da AD entendendo seus efeitos de sentido. Ademais, atrelado à abordagem qualitativa, propomos a aplicação do paradigma indiciário de Ginzburg (1996), pois este método permite ao pesquisador perceber indícios e traços que numa análise simples não seria capaz de observar. O método indiciário foi adotado neste trabalho

como uma espécie de microscópio capaz de fazer uma varredura valorizando as especificidades do *corpus* a partir de uma microanálise interpretativista interdisciplinar.

Necessitaremos ainda fazer uso do método discursivo uma vez que estamos trabalhando com recorte de discursos presentes em publicações no *Twitter*. E, como estamos trabalhando com o Discurso, não podemos tomá-lo como algo completo, precisamos analisar elementos que estão além de simples dados estatísticos ou mesmo análises textuais superficiais (VIEIRA, 2018). Não obstante, o uso desse método possibilita o aprofundamento do estudo do *corpus* permitindo que se identifique a presença de elementos linguísticos que remetem à produção do discurso dos parlamentares de modo que seja possível traçar os posicionamentos, os lugares que ocupam, bem como fazer emergir as regularidades discursivas nos discursos dos parlamentares. Dessa forma, o método discursivo nos propicia a realização de procedimentos analíticos para descrever e interpretar dados em conformidade com a teoria proposta.

As abordagens aqui descritas nos auxiliaram no desenvolvimento deste trabalho contribuindo significativamente no percurso para chegarmos ao discurso político maranhense constituído nas mídias sociais digitais.

Tendo apresentado o tipo de pesquisa e os métodos utilizados, passaremos, posteriormente, ao tópico da descrição dos contextos e sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

3.2 Contextos e sujeitos envolvidos

O presente trabalho deu-se início a partir do segundo semestre do ano de 2019 objetivando um estudo sobre o discurso político maranhense nas redes sociais. Observamos que o discurso político já é amplamente discutido/estudado. Contudo, sua produção nas mídias sociais é algo relativamente novo por se tratar de uma modalidade que surge com o advento da internet na última década do século XX³ e ganha força no século XXI com a criação das modernas redes sociais digitais como *Instagram*, *Facebook*, *Twitter*, *MySpace* entre outras. Entretanto, antes de falarmos sobre essa questão, é necessário entendermos o contexto que permeia este trabalho. Dessa forma, faremos uma descrição dos acontecimentos que se sucederam desde o período de início desse trabalho em 2019 e os rumos tomados até 2021, período que circuncida o término da pesquisa.

³ Informação retirada de <https://www.infoescola.com/sociedade/redes-sociais-2/#:~:text=Desde%20a%20d%C3%A9cada%20de%2090,informa%C3%A7%C3%A3o%20surgem%20as%20Redes%20Sociais.&text=A%20primeira%20rede%20social%20surgiu,de%20conectar%20estudantes%20da%20faculdade.> Último acesso em 18 de junho de 2020.

O ano de 2019 foi o primeiro ano de legislatura dos novos parlamentares eleitos nas eleições de 2018. Uma campanha marcada por diversos fatores, no entanto o mais marcante foi o uso massivo das redes sociais digitais para fins eleitorais. Assim, após entrar em exercício em 2019, os parlamentares continuaram a usar as redes sociais para transmitir suas ações à população. Todavia, um fator inesperado, a Pandemia Mundial da SARS-COV-2 ou COVID-19⁴, surgiu na China nos últimos meses de 2019 e chegou ao Brasil em 2020. Com isso, o uso dessas mídias sociais foi intensificado. Como meio alternativo, as mídias sociais se mostraram aliadas importantes na comunicação entre os parlamentares e seus eleitores e até mesmo para trabalhar.

Nesse contexto, foram selecionados 06 (seis) parlamentares que legislam pelo estado do Maranhão que fazem uso diário das redes sociais digitais aqui, em especial, o *Twitter*, para fazer parte do *corpus* desse estudo.

Tendo em vista o número expressivo de Deputados Estaduais e Federais, estabelecemos que os parlamentares a serem selecionados seriam: 02 deputados estaduais; 04 deputados federais. Como critério de escolha de quais parlamentares iriam compor o quadro de sujeito-informantes utilizamos: (i) a aceitação do parlamentar pelo eleitorado nas eleições de 2018 (os mais votados das duas categorias) e, (ii) entre estes, aqueles que fazem uso diário do *Twitter*. Tal critério foi adotado pelo fato de que a Assembleia Legislativa do Maranhão possui 42 deputados e a Câmara dos Deputados Federal possui 18 parlamentares maranhenses.

3.3 O Corpus: da coleta à transcrição dos *twittes*.

Tomadas essas providências, partimos para a coleta dos dados. Assim, criamos um arquivo digital para arquivar os *screenshots* (capturas de tela) das mensagens postadas no *Twitter* pelos parlamentares selecionados. As postagens coletadas foram postadas pelos sujeitos-políticos a partir do ano de 2019 (já em exercício da legislatura 2019-2022) ao ano de 2021. No total, foram coletados 114 (cento e quatorze) *twittes* sendo eles devidamente arquivados no arquivo digital figurado abaixo.

⁴ SARS-COV-2 do inglês "severe acute respiratory syndrome coronavirus 2" (síndrome respiratória aguda grave de coronavírus 2). Enquanto COVID-19 quer dizer "coronavirus disease 2019" (doença do coronavírus 2019), uma forma encontrada para se referir à condição sintomática de forma simplificada. Informações disponíveis em: <https://www.minhaverdade.com.br/saude/materias/36108-coronavirus-sars-cov-2-covid-19-saiba-o-que-e-cada-termino>. Último acesso em 28/01/2021 às 21:29.

Figura 1. Arquivo digital



Fonte: Autor (2020-2021).

A disposição de cada parlamentar no arquivo digital se deu de forma aleatória, isto é, não foram organizados considerando uma ordem como – primeiro deputados estaduais e em seguida deputados federais. Na medida que ia se localizando o parlamentar no *Twitter*, íamos nomeando o arquivo e coletando os dados [os *tweets*].

Após a coleta, selecionamos 05 (cinco) *twittes* de cada parlamentar para ser analisados. O critério de seleção dos *twittes* foi, principalmente, as publicações que tratavam de assuntos que geraram certa repercussão no meio político-social, seja no âmbito nacional, seja no âmbito estadual. *A posteriori*, realizamos o processo de transcrição dos *twittes*, pois consideramos que, por meio da transcrição e descaracterização dos sujeitos-parlamentares o manuseio dos dados se daria de forma mais eficaz.

No percurso de manuseio dos dados nos referimos aos sujeitos-políticos como “Parlamentar” e os *twittes*, foram nomeados como “Publicação” seguido de um numeral. Por exemplo, o primeiro sujeito-político que analisamos as publicações foi nomeado da seguinte forma: Parlamentar 01. E o primeiro *twitte* nomeamos de: Publicação 01, aparecendo, pois, no corpo do texto da seguinte forma (Publicação 01 – Parlamentar 01) e assim sucessivamente.

Quanto à disposição das publicações, bem como dos parlamentares para análise, optou-se por fazê-las de forma contínua/linear, por parlamentar, ou seja, analisamos as 05 publicações de cada parlamentar de forma contínua, isto é, não houve intercalação entre as publicações dos parlamentares.

3.4 Categorias de análise: discursos e elementos linguísticos.

No presente tópico, propomos a apresentação das categorias discursivas analisadas no *corpus*, fator importante para o alcançar os objetivos propostos, bem como na busca de responder à pergunta norteadora deste trabalho.

Abaixo, trazemos um quadro com os discursos presentes nas publicações de cada parlamentar.

Quadro 01: Discursos presentes nos *Twittes* analisados dos Parlamentares maranhenses.

	Publicação 01	Publicação 02	Publicação 03	Publicação 04	Publicação 05
Parlamentar 01	Discurso jurídico	Discurso de defesa da economia; Discurso de defesa da cultura	Discurso jurídico	Discurso jurídico	Discurso jurídico
Parlamentar 02	Discurso parlamentar de esquerda	Discurso jurídico	Discurso jurídico	Discurso de defesa da democracia; Discurso de defesa do direito à saúde	Discurso jurídico
Parlamentar 03	Discurso jurídico	Discurso de defesa da economia	Discurso jurídico	Discurso de defesa do direito à saúde; Discurso de defesa dos direitos trabalhistas	Discurso de defesa do direito à saúde
Parlamentar 04	Discurso jurídico	Discurso de defesa da educação	Discurso de defesa da mulher na política	Discurso de assistência	Discurso parlamentar de gestão democrática
Parlamentar 05	Discurso de defesa dos direitos trabalhistas	Discurso parlamentar de representação	Discurso de combate à pandemia; Discurso religioso	Discurso de defesa social/garantia de direitos	Discurso jurídico
Parlamentar 06	Discurso jurídico	Discurso pró-vacina; Discurso de defesa do direito à saúde	Discurso de defesa da democracia	Discurso religioso	Discurso pró-vacina

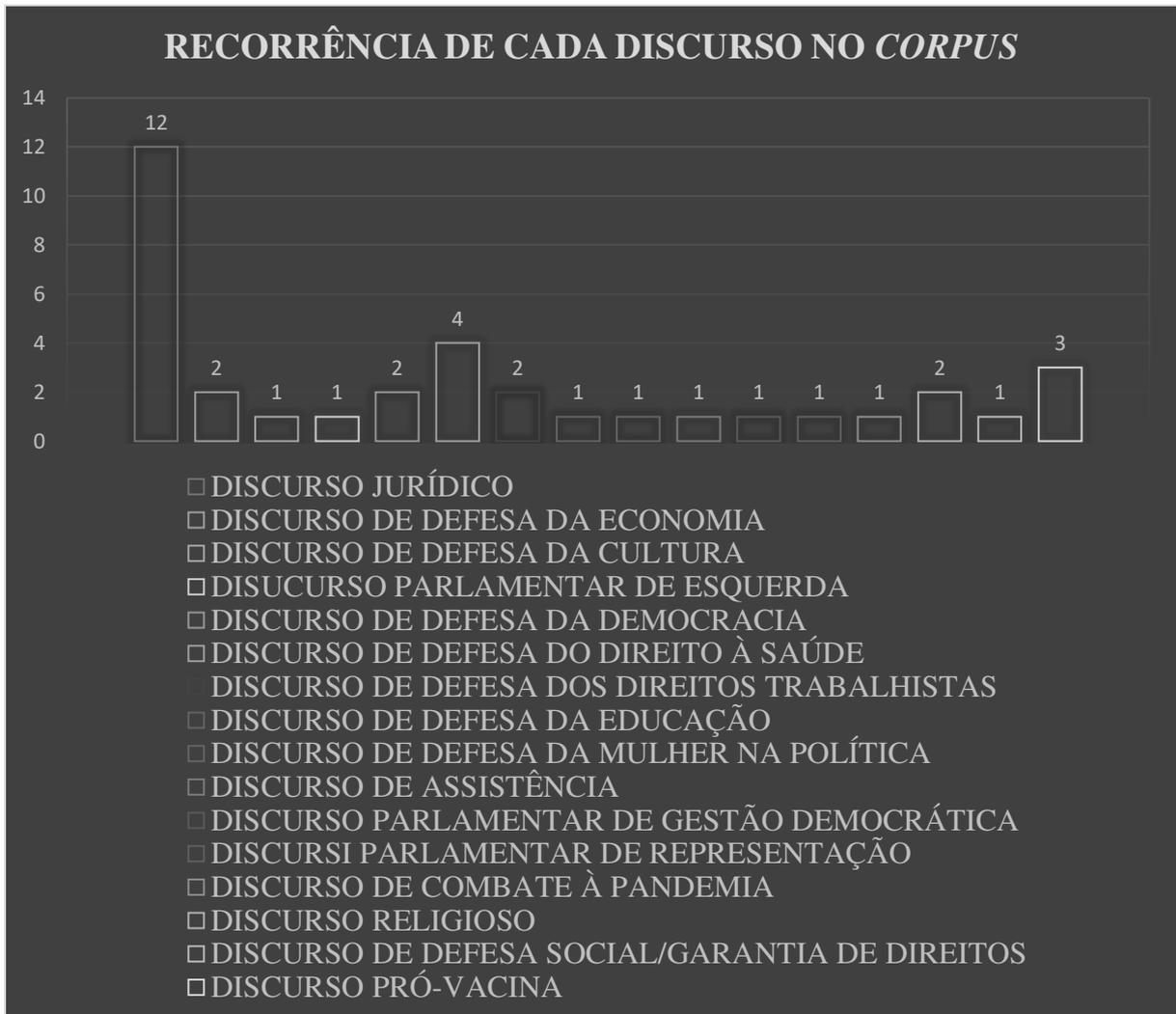
Fonte: Autor (2021).

O quadro 01, representado acima, traz uma especificação dos discursos presentes em cada uma das publicações analisadas. Para compreender o que se propõe, é necessário tomar como base a leitura na horizontal para saber quais discurso se fazem presente nas publicações dos Parlamentares. Ademais, cada parlamentar foi devidamente nomeado na vertical, ou seja,

em coluna. É válido observar que em algumas das publicações foi possível observar a presença de mais de um discurso.

Uma vez que desejamos saber a regularidade de ocorrência dos discursos, decidimos figurar essas categorias no gráfico abaixo de forma que se possa observar com clareza a recorrência de cada discurso presente no *corpus* analisado.

Gráfico 01: Recorrência dos discursos presentes no *corpus*.



Fonte: Autor (2021).

O gráfico acima permite que se tenha uma visão mais nítida do que trouxemos no quadro 01. Por meio dele podemos observar que pelo menos três categorias de discurso são mais recorrentes nos 30 (trinta *twittes*) analisados neste trabalho.

Além de analisar os discursos presentes nessas publicações, objetivamos identificar as marcas linguísticas que poderiam fazer emergir esses discursos. Dessa forma, propomos, por meio do quadro abaixo, trazer os elementos linguísticos presentes nas publicações analisadas.

Quadro 02: Marcadores linguísticos nos *twittes*.

	Publicação 01	Publicação 02	Publicação 03	Publicação 04	Publicação 05
Parlamentar 01	Qualificador; Verbo em 3º P.S; Interdiscurso.	Operador argumentativo; Verbo em 1º P.S; Pronome possessivo em 1º P.P; Advérbio.	Verbo em 1º P.S; Interdiscurso.	Verbo em 1º P.P; Retomada discursiva.	Uso de exclamação; Verbo em 1º P.S; Performativo.
Parlamentar 02	Verbo em 3º P.S; Qualificador.	Qualificador; Interdiscurso; Retomada discursiva.	Sintagmas nominais; Qualificador.	Qualificador; Dito popular; Retomada discursiva.	Qualificador; Advérbio.
Parlamentar 03	Vocativo; Pronome Possessivo em 1º P.P; Exclamação.	Uso de caixa alta (Heterogeneidade); Pronome Possessivo em 1º P.P; Operador argumentativo; Referência discursiva.	Verbo em 1º P.S; Uso de caixa alta (Heterogeneidade);	Marcador de pressuposição; Qualificador; Verbo no Imperativo.	Referência discursiva.
Parlamentar 04	Pronome Possessivo em 1º P.P; Marcador de pressuposição.	Advérbio; Pronome Possessivo em 1º P.P; Dito popular; Operador argumentativo.	Intensificador; Advérbio; Qualificador Operador Argumentativo.	Advérbio; Operador argumentativo; Pronome Possessivo em 1º P.P.	Qualificador; Marcador de pressuposição; <i>Hashtag</i> .
Parlamentar 05	Pronome Possessivo em 1º P.P. Verbo em 3º P.P; Pronome Possessivo em 1º P. S.	Advérbio; Operador; Argumentativo; Verbo em 1º P.S.	Retomada discursiva; Modo imperativo.	Numeral; Pronomes indefinidos; Qualificador; Operador argumentativo; Aspas (Heterogeneidade).	Interdiscurso; Paráfrase (Heterogeneidade); <i>Hashtag</i> .
Parlamentar 06	Paráfrase; Retomada discursiva.	Marcador de pressuposição; Operador argumentativo; Verbo em 1º P.P.	Qualificador; Conjunção; Pronome pessoal; Marcador de pressuposição.	Aspas (Heterogeneidade); Advérbio; Paráfrase (Heterogeneidade); Retomada discursiva.	Indicador modal; Retomada discursiva.

Fonte: Autor (2021)

No quadro acima, buscamos descrever de forma sucinta os marcadores linguísticos presentes em cada publicação analisada de forma que se possa compreender como é constituída a materialidade discursiva parlamentar maranhense na rede social *Twitter*.

Para tanto, pode-se observar que o percurso metodológico deste trabalho é realizado por meio do uso de uma abordagem qualitativa envolvendo métodos como o discursivo e indiciário. Além disso, buscamos trazer a contextualização na qual o *corpus* foi produzido/coletado visto que a mesma se constitui numa ação de grande valia no processo de analítico deste e para a compreensão do objeto em estudo.

Tendo, pois, realizado a descrição do percurso metodológico adotado neste trabalho, passaremos ao próximo capítulo no qual faremos a análise do *corpus*.

4. O DISCURSO POLÍTICO MARANHENSE NO *TWITTER*

Neste capítulo, temos como objetivo realizar as análises do *corpus* selecionado para esta pesquisa. Nele serão analisados textos/mensagens publicadas por 06 (seis) parlamentares que legislam pelo estado do Maranhão. De cada parlamentar, serão analisados 05 (cinco) *twittes* de forma contínua, isto é, sem a intercalação entre parlamentares. Passemos a apresentação do primeiro parlamentar.

Parlamentar 01

O Parlamentar 01 é bacharel em Direito pela Universidade CEUMA, possui mestrado em Políticas Públicas pela UFMA e é doutorando em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). No ano de 2018 foi eleito deputado estadual com 65.144 votos. O parlamentar faz uso frequente das mídias sociais para tratar de suas atividades parlamentares e, no contexto de isolamento social em decorrência da pandemia da COVID19, suas publicações se tornaram mais frequentes. Nesse sentido, serão analisados cinco *twittes* postados pelo Parlamentar 01 no ano de 2020 no contexto da Pandemia Mundial da COVID19 nos quais trata de assuntos diversos e acontecimentos diários da sociedade brasileira, em especial, a maranhense. Assim, iniciamos a análise de cada publicação apresentando-a como está na rede social *Twitter*.

Publicação 01



Fonte: Screenshot (captura de tela) do *Twitter*, 20 de maio de 2020

A publicação 01, do parlamentar 01, trata do tema educação, mais precisamente do adiamento do Exame Nacional do Ensino Médio (doravante ENEM) em face da pandemia de Coronavírus – COVID-19. No momento em que uma das medidas sanitárias adotadas no combate à pandemia foi o distanciamento social que levou a suspensão de atividades presenciais em todos os níveis de ensino.

Diante das medidas sanitárias adotadas, levantou-se a hipótese de que o referido exame pudesse ser adiado sob uma perspectiva mais promissora relacionado à pandemia. Contudo, o caso se tornou uma polêmica já que o Ministro da Educação, em diversas ocasiões, mostrou-se contrário ao adiamento do Exame. Diante do exposto, a alegação na publicação 01 do parlamentar gira em torno dos prejuízos educacionais gerados pela pandemia. Assim, para darmos prosseguimento à análise da publicação, descrevemo-la abaixo.

Publicação 01 – Parlamentar 01

- 1 Adiamento do ENEM é necessário, mas não vão adiar as necessidades e mazelas sociais.
- 2 Os prejuízos educacionais agravados pela COVID19 só demonstram como o nosso país
- 3 pecou em não investir em uma política de inclusão digital. Precisamos aprender as lições
- 4 dessa pandemia.



Fonte: *Twitter*, 20 de maio de 2020

A presença de marcas linguísticas na publicação pode ser observada, aqui, como um caminho para se chegar ao(s) discurso (s) presente(s) na publicação. Na primeira oração, linha 1, observa-se a presença do qualificador “necessário” utilizado para tratar do adiamento do ENEM. O uso desse qualificador traz, nessas condições de produção, o sentido de inevitabilidade de adiamento do referido exame. Essa ação se constitui como a única viável que se possa tomar nesse contexto embora diante de uma situação que pouco se sabe de como se manter seguro, considerar o adiamento do exame é a saída, *a priori*, mais correta a se adotar.

A presença desse elemento linguístico denota ainda a presença do discurso de defesa de garantia de direitos uma vez que o adiamento do ENEM poderia possibilitar aos candidatos/alunos, principalmente àqueles que tiveram defasagem no aprendizado, uma preparação melhor para a realização do exame, já que a possível ausência de meios que garantiriam acesso à educação remota possa ter causado tais déficits. Assim, a presença do discurso que defende uma causa coletiva, representada nessas condições pelo adiamento do exame e o direito à igual preparação entre os candidatos, pode marcar não somente a formação discursiva parlamentar, mas a FI do sujeito-parlamentar. A dualidade de realidade causada pelo efeito de sentido da presença desse discurso poderia se configurar numa luta de classe entre dois mundos distintos e preexistentes (os que possuem poder aquisitivo e recursos para o estudo remoto e aqueles que são o inverso) em que a ideologia do vencedor se impõe sobre o vencido

(PÊCHEUX, [1975]2014b, p. 130). Nesse sentido, a posição-sujeito aponta para a presença de um discurso de defesa de direitos igualitários entre os candidatos/alunos de posições socioeconômicas distintas.

O uso do qualificador “necessário” produz o sentido de que o adiamento do ENEM se constitui numa medida que objetiva proteger o bem-estar/saúde dos candidatos/alunos, todavia somente isso não é necessário. Mesmo inferindo esses sentidos correlatos ao qualificador “necessário”, é possível inferir que o adiamento do ENEM não será suficiente para resolver o problema, pois as mazelas da população não serão adiadas.

Ainda na segunda oração, linha 1, nota-se a presença do adversativo “mas” que, por sua vez produz um sentido de oposição do anteriormente exposto, já que, inicialmente o sentido do qualificador inicialmente aponta para uma defesa de uma causa coletiva, isto é, o bem-estar/saúde dos candidatos/alunos. Ademais a presença do adversativo “mas” traz o sentido de que o adiamento do ENEM contribuirá significativamente para que haja uma segregação social, dado que a realização do exame possui um caráter de inclusão social, por conseguinte este é um exame que proporciona oportunidade de mudança social por intermédio da educação, principalmente para as pessoas que se encontram em situação social mais vulnerável, nesse contexto de pandemia, as mais prejudicadas pela falta de acesso a recursos para estudar no período de distanciamento social.

Assim, quando analisamos o período, é possível notar que o adiamento do ENEM é uma ação que está ao alcance da instância política que, segundo Charaudeau (2018, p. 19), deve agir em função do *possível* para que a instância cidadã (neste caso os estudantes, suas famílias etc.) possa ter o *desejável*, caracterizado neste caso pelo direito, por parte dos alunos, de se prepararem para o exame de forma igualitária.

Considerando que o sujeito se encontra no campo político discursivo, observa-se no processo discursivo a presença de formações imaginárias, porquanto os elementos linguísticos analisados criam sentidos opostos, mostrando a presença de duas situações caso o adiamento do ENEM se concretize: a primeira é que, mesmo que o exame seja adiado, as problemáticas sociais continuarão a existir; a segunda tem relação com o imaginário da representatividade do político que é responsável pela solução de problemas sociais, podendo, portanto, constituir-se nessas condições como um fracasso desse imaginário.

Considerando o processo discursivo, pode-se notar uma aparente sobreposição da FD de parlamentar pela FD dominante do sujeito, já que o espaço discursivo do sujeito é formado por dois posicionamentos: (1) a defesa do adiamento do Enem e (2) a admissibilidade de que

as mazelas sociais não serão adiadas; isso advindo de dentro do campo discursivo político que marca sua FI na defesa dos direitos básicos dos cidadãos (MAINGUENEAU, [2014]2015).

Assim, a presença da FD jurídica sobrepondo a FD de parlamentar se dar pela presença de elementos linguísticos característicos do campo jurídico como o termo “agravar”, linha 2, por exemplo. Não obstante, o uso desse elemento linguístico pode caracterizar uma retomada a outros discursos como, os problemas que a educação vem passando ao longo da história e que, no período da pandemia, tornaram-se mais evidente. Dessa forma, essa marca linguística reafirma a presença do discurso jurídico de defesa de direitos representado, neste contexto, pela defesa do adiamento do Enem e a “preocupação” com as mazelas sociais.

Outra marca linguística encontrada é o uso do verbo “pecar”, linhas 3, conjugado em terceira pessoa do singular, do pretérito perfeito do indicativo (“pecou”). O uso desse elemento linguístico cria um sentido metafórico apontando, nestas condições de produção, para o descumprimento de obrigações sociais dos governantes do país para com o povo, no tocante à criação e aplicação de políticas públicas voltadas para implantação e uso de tecnologias digitais, principalmente no âmbito educacional. Não obstante, o uso desse elemento linguístico pode ser visto ainda como uma reflexão sobre a garantia de direitos coletivos adquiridos, que não estão sendo cumpridos, culminando, então, na falta de popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

O uso do verbo “pecar” ainda sugere uma busca de reconhecimento dos interlocutores daquele discurso, bem como para marcar uma FD religiosa do sujeito, visto que, para Pêcheux ([1975] 2014b, p. 146), uma palavra, expressão, proposição, etc., não possui sentido “em si mesma”, ou seja, não possui um sentido próprio; são determinadas pelas posições ideológicas que se fazem presentes no processo sócio-histórico em que são produzidas.

A FD religiosa, acima mencionada, é garantida por meio do pré-construído pelo qual, recorre-se ao conhecimento do interlocutor, visto que, por meio dele, pressupõe-se que qualquer pessoa possa recuperá-lo “[...] sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’ (PÊCHEUX, [1975]2014b, p. 159). Nesse caso específico, as condições de produção são importantes para o processo de significação do termo “pecou” por parte dos interlocutores, já que, naquelas condições é esperado que o sentido do uso do termo dar-se-á pela não prestação de serviços à população gerando consequências graves tal como o pecado é para o religioso. Dessa forma o termo empregado é responsável pela articulação entre o discurso religioso e o discurso de assistência aos necessitados.

No último período a expressão “aprender as lições”, linha 3, cria sentido de alerta para que se aprenda observando as condições sócio-históricas desse momento para evitar-se situação

semelhante. Assim, de modo metafórico surge o sentido de observar e tomar providências sobre diversas situações, visto que a pandemia possibilitou que, problemas como a falta de aplicação de políticas públicas para TICs, emergissem de forma incisiva.

Outro elemento a ser considerado nessa análise é a imagem que acompanha o texto verbal, visto que juntos compõem a publicação 01. A imagem ilustra os “dois lados” da realidade socioeconômica brasileira. Do lado esquerdo, está representado um garoto (estudante) que dispõe de todo um aparato tecnológico e conforto para estudar de forma remota. Nessa representação, vemos que o ambiente é iluminado, dispõe de acessórios tecnológicos como celular e notebook; um abajur sobre uma mesa de escritório, bem como uma cadeira de escritório do tipo *gamer* que oferece conforto ao usuário; ainda dispõe de uma janela aberta voltada para a rua com vistas à um prédio de universidade que proporciona uma ventilação ao ambiente no período de estudo; na parede, ao fundo, uma *Smart TV* ligada num telejornal, configurando-se como um meio de informação ao garoto; está bem vestido e, por último, considerando a inexistência de grades na janela e a altura dos edifícios, infere-se que o garoto está num quarto de apartamento numa área nobre de uma cidade. À direita, está representado um menino (estudante) que se encontra num ambiente fechado e escuro. Como instrumentos de estudo dispõe apenas de um livro (possivelmente o didático o que configura a inexistência de outros meios que o auxiliem nos estudos), papel (a tarefa de casa) e lápis; a janela existente está fechada; a luz é apenas uma lâmpada incandescente; a cadeira e a mesa disponível são de uso coletivo (considerando que existem utensílios de cozinha sobre ela); encontra-se vestido com roupas básicas e descalço.

Considerando as condições de produção que envolvem a publicação, pode-se afirmar que há a presença de um discurso assumido em um interdiscurso que, para Maingueneau ([2014]2015), caracteriza-se pela relação com outros discursos. Aqui, esta forma de discurso está representada pela imagem que acompanha o texto da publicação, pois ela faz um contraste das realidades vividas pelos brasileiros: poucos possuem recursos para sobreviver em meio à pandemia, muitos não têm quase nada, ficando desolados e desamparados socialmente num momento em que o isolamento social se faz necessário para a contenção do Coronavírus.

O diálogo entre a ilustração e o texto verbal da publicação mostram a presença do discurso de garantias de direitos. Nas linhas 2 e 3, vê-se a relação com o discurso já mencionado sobre os problemas que a educação vem enfrentando ao longo das décadas agravados com a pandemia. Pode-se dizer, ainda, que o sentido que advém do diálogo entre o texto imagético e verbal é o de que os direitos educacionais estão sendo violados, pois existe, nessa pandemia, uma discrepância de acesso aos meios necessários para estudar.

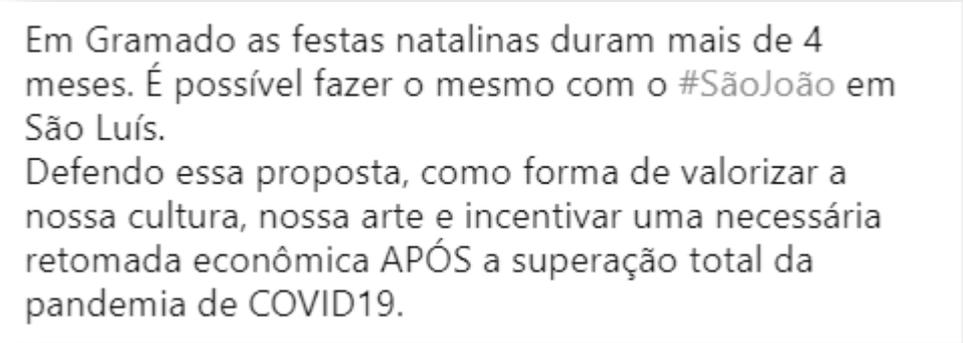
A publicação estabelece, ainda, uma relação interdiscursiva/intertextual com a pesquisa “TIC Domicílios 2019”, realizada pelo Centro Regional para o Desenvolvimento de Estudos sobre a Sociedade da Informação (Cetic.br)⁵, vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, divulgada no ano de 2020 e veiculada por meio de uma reportagem do “G1.com” no dia 21 de maio de 2020. A pesquisa aponta que, no Brasil, 17% das crianças e adolescentes na faixa de 09 a 17 anos não têm acesso à internet em casa.

No que diz respeito aos dados apresentados sobre cada estado, o Maranhão foi classificado, segundo o jornal “O Estado do Maranhão”⁶, como o estado que apresenta o menor percentual de acesso às TICs dentre os estados da federação, tendo empatado com o Piauí com o percentual de 61,4%, ou seja, 38,6 % dos maranhenses estão desconectados.

Nessas condições, a imagem da publicação 01 materializa os números apresentados pela pesquisa, em especial, a realidade maranhense. Outrossim, a imagem confere um efeito de sentido no campo visual que funciona pela dualidade socioeconômica brasileira expressada pelo enunciado “Os prejuízos educacionais agravados pela COVID19 só demonstram como o nosso país pecou em não investir em uma política de inclusão digital”, linhas 2 e 3, corroborados pelos números da referida pesquisa.

Finalizada as análises da publicação 01, passaremos à descrição e análise da publicação 02, realizada em 23 de maio de 2020.

Publicação 02



Em Gramado as festas natalinas duram mais de 4 meses. É possível fazer o mesmo com o #SãoJoão em São Luís.
Defendo essa proposta, como forma de valorizar a nossa cultura, nossa arte e incentivar uma necessária retomada econômica APÓS a superação total da pandemia de COVID19.

Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 23 de maio de 2020

⁵ Núcleo da Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). (2020). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação: pesquisa TIC Domicílios, ano 2019: Tabelas. Disponível em: <http://cetic.br/arquivos/domicilios/2019/individuos/#tabelas>.

⁶ [https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/04/29/internet-chega-a-61-4-dos-domicilios-maranhenses/#:~:text=De%202017%20para%202018%2C%20o,Piau%C3%AD%20\(61%2C4%25\)](https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/04/29/internet-chega-a-61-4-dos-domicilios-maranhenses/#:~:text=De%202017%20para%202018%2C%20o,Piau%C3%AD%20(61%2C4%25).).

O São João é uma festa popular Nordestina que reúne milhões de pessoas e conta com uma diversidade de apresentações culturais que se configuram como uma fonte de renda àqueles que vivem do comércio e da cultura. No Maranhão, as apresentações culturais como o bambaboi e as comidas típicas é que embalam a festa. Contudo, a festa popular não aconteceu devido à pandemia do Coronavírus. Deste modo, na publicação 02, o Parlamentar 01 sugere uma reorganização do “São João em São Luís” baseado em outras festas tradicionais como “as festas natalinas” em Gramado - RS que duram cerca de 04 meses, sendo, pois, uma alternativa para minimizar os impactos sociais, econômicos e culturais. Feita a contextualização, passemos à transcrição da publicação para prosseguirmos com as análises.

Publicação 02 – Parlamentar 01

- 1 Em gramados (sic) as festas natalinas duram mais de 4 meses. É possível fazer o mesmo
- 2 com o #SãoJoão em São Luís. Defendo essa proposta, como forma de valorizar a nossa
- 3 cultura, nossa arte e incentivar uma necessária retomada econômica APÓS a superação
- 4 total da pandemia de COVID19.

Fonte: *Twitter*, 23 de maio de 2020.

O primeiro elemento linguístico a ser analisado é o operador argumentativo “mais de”, na linha 1, que se refere ao tempo de duração da festa de Natal na cidade de Gramado – RS. O “Natal Luz”, como é conhecida a referida festa, acontece de uma data não fixa do mês de outubro e se estende até janeiro do ano seguinte. O uso desse elemento linguístico traz o sentido de que a referida festa possui um tempo de acontecimento superior em relação à mesma festa em outros locais.

Nota-se, por meio da expressão “fazer o mesmo com”, nas linhas 1 e 2, uma aparente comparação da duração do “Natal Luz” de Gramado – RS com a festa do “São João de São Luís”. Esse sentido pode ser inferido porque as cidades que sediam as festas mencionadas são cidades turísticas e são visitadas durante o ano todo por pessoas de diversos países. Assim, pode-se dizer que as características que aproximam as duas cidades podem ser entendidas, nestas condições de produção, como um elemento argumentativo para que o “São João de São Luís” possa ser prologando.

Na linha 2, observa-se a presença da forma verbal “Defendo” em primeira pessoa do singular. A presença desse elemento linguístico marca um posicionamento subjetivo do sujeito no que se refere à sugestão de prolongar a festa popular. Não obstante, o uso desse elemento

linguístico pode marcar uma FD parlamentar, dado que o acato da sugestão poderia garantir o acontecimento da festividade de modo que os impactos sociais, culturais e econômicos pudessem ser amenizados.

Outra marca linguística presente na publicação é o uso do pronome possessivo “nossa”, em primeira pessoa do plural, remetendo à “cultura” e “arte”. O uso desse recurso linguístico pode indicar a busca de apoio às classes trabalhadoras para levar a proposta adiante, de forma que possa obter o apoio dos demais parlamentares, pois considera-se que será necessário a aprovação de um projeto para que a festa possa ser financiada pelo poder público.

Por outro lado, a presença dos elementos linguísticos que demarcam subjetividade no discurso suscita, ainda, sentido relativo aos limites do “poder” parlamentar. Assim, o uso dos elementos linguísticos como pronomes em primeira pessoa do plural, demarcam que, por si só, o sujeito proponente não possui poder para aprovar uma mudança na duração de uma festividade como o “São João de São Luís”. Nesse sentido, a presença da subjetividade marcada do sujeito depreende-se do sentido de que a aprovação de uma medida como essa necessita de apoio popular e dos parlamentares para que a proposta seja aprovada. E, para conquistar o apoio popular, o uso de redes sociais para promover a ideia pode fazer parte do jogo político, pois, segundo Charaudeau (2018, p. 280), as mídias no campo político têm influência sobre a opinião dos cidadãos e repercutem.

Adiante, linha 3, é possível notar a presença de um discurso de defesa da economia por meio da expressão “uma necessária retomada econômica”. Nota-se que a presença do qualificador “necessária”, para se referir à retomada da economia, produz um sentido de que a economia passa por problemas e que esta precisa ser olhada com atenção. Assim, a presença desse elemento linguístico traz uma certa posição sujeito em relação ao andamento da economia do estado dando um aspecto argumentativo ou motivacional para que a festa de “São João” possa ser prolongada, o que poderia gerar um período maior de arrecadação nos diversos setores sociais e culturais.

Por outro lado, no último período da publicação, “APÓS a superação total da pandemia de COVID19”, linhas 3 e 4, é possível observar uma posição sujeito por meio do uso do elemento linguístico “APÓS”, um advérbio de tempo. O uso desse elemento linguístico, nas condições de produção em que foi utilizado, cria dois sentidos que vão além de uma função adverbial, vejamos: (i) o uso do advérbio inicialmente, dá a ideia de tempo, isto é, marca temporalmente quando a proposta do acontecimento da festa deve dar início, ou seja, o elemento linguístico cria o sentido de que o sujeito parlamentar não defende a realização de festas e aglomerações durante a pandemia; (ii) a presença desse elemento linguístico permite ainda

concluir que defender aglomerações, num período em que o distanciamento social é a medida conhecida mais eficaz de combate à pandemia, colocaria o sujeito numa posição oposta ocasionando uma possível perda de credibilidade e, por conseguinte, perda da adesão popular à ideia proposta. Dessa forma, nota-se, nesse contexto, que há uma busca pela manutenção de certa coerência em vista do lugar de representatividade ocupado pelo sujeito, visto que do contrário “sua imagem como indivíduo poderá ser abalada” (CHARAUDEAU, 2018, p. 164).

Assim, o uso de marcas linguísticas que apontam para posicionamentos pessoais e coletivos – tais como: apresentar argumentos por meio de operadores, traçar comparações e fazer uso de verbos e pronomes possessivos em primeira pessoa – podem indicar as formações discursivas que perpassam o discurso do sujeito moldando-o e interpelando-o em sujeito de seu discurso. Assim, baseado em Pêcheux ([1975]2014^a, p. 149) é válido afirmar que o funcionamento da Ideologia como interpelação em sujeito “[...] se realiza através do complexo das formações ideológicas” que se juntam para compor o discurso de retomada da economia (mesmo parecendo que a intenção é garantir o acontecimento de uma festa tradicional).

Considerando as condições de produção que envolvem a publicação 02, podemos observar a presença de discursos que apontam para defesa da cultura e retomada econômica. No entanto, diante dessas condições de produção, nota-se que, mesmo os elementos linguísticos demarcando a presença de uma FD parlamentar e uma aparente defesa da garantia do acontecimento do “São João em São Luís”, pode-se dizer que o discurso em defesa da cultura é sobreposto pelo discurso capitalista que visa à arrecadação no âmbito destas festividades. Não obstante, o discurso de defesa da cultura que se faz presente pode ser entendido com um sentido argumentativo uma vez que o acontecimento desta festividade possui um grande poder de arrecadação financeira, tal qual a festividade do “Natal Luz” em Gramado -RS tomado como exemplo de êxito.

Dito isso, passaremos a seguir à contextualização e análise da publicação 03 do Parlamentar 01, postada no dia 24 de maio de 2020.

Publicação 03

Pelo mesmo motivo que defendo o adiamento do #ENEM, defendo critérios justos de avaliação para os alunos e alunas da @undb. Reafirmo esta posição, pois tenho coerência em minhas ações.

2:56 PM · 24 de mai de 2020 em São Luís, Brasil · Twitter for iPhone

Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 24 de maio de 2020

Em denúncia, pelas redes sociais, alunos chamam a atenção do parlamentar autor da publicação 03 para denunciar normas relacionadas à aplicação de avaliações online na instituição de ensino superior privada, UNDB. Assim, o texto da publicação 03 é a manifestação do parlamentar 01 em relação ao fato denunciado por alunos da referida instituição.

Destarte o fato da denúncia diz respeito às normas apontadas pelo Centro Universitário prevendo que os alunos não poderiam enviar atividades após o prazo final da disciplina e não seria permitida o ingresso do aluno no ambiente virtual caso ocorresse uma interrupção de conexão acima de um (01) minuto por mais de uma vez. Diante dessa contextualização, transcrevemos abaixo o texto da publicação 03 que passaremos a analisar a seguir.

Publicação 03 – Parlamentar 01

- 1 Pelo mesmo motivo que defendo o adiamento do #ENEM, defendo critérios justos de
- 2 avaliação para os alunos da @undb. Reafirmo esta posição, pois tenho coerência em
- 3 minhas ações.

Fonte: *Twitter*, 24 de maio de 2020

Na publicação 03, nota-se a presença de elementos linguísticos que demarcam subjetividade no discurso do sujeito. O uso do verbo “defendo” linhas 1 e 2, de forma incisiva, em primeira pessoa, em cada período, bem como a forma verbal “tenho”, podem ser entendidos, nessas condições de produção, como a presença do sujeito na ação descrita.

A presença desses elementos linguísticos é responsável ainda por evidenciar a presença de discursos como o discurso jurídico de garantia de direitos e marcam uma FD

jurídica sobressaindo-se como FD dominante do sujeito. Por outro lado, a presença desses elementos linguísticos contribui para a criação de sentidos, como: colocar o sujeito parlamentar numa posição de mediador do conflito entre a Instituição de Ensino UNDB e os alunos, sendo, portanto, este sentido corroborado principalmente pelo período “defendo critérios justos de avaliação para os alunos da @undb”, linhas 1 e 2. Outrossim, por meio da expressão “critérios justos de avaliação” nota-se a presença da FD jurídica no discurso, haja vista que no atual cenário regras propostas por instituições devem ser cuidadosamente pensadas, porque o momento exige cautela.

Observa-se ainda a presença de interdiscursividade/intertextualidade do acontecimento em análise com o problema relacionado à educação, à aplicação do ENEM 2020, analisado na publicação 01, uma vez que usa o referido exame como recurso para exemplificar como situação semelhante (aplicação de avaliações em tempo de pandemia), uma vez que os critérios da universidade poderiam implicar em prejuízos educacionais para os alunos, tal como o acontecimento do ENEM sem a preparação dos candidatos, constituindo-se, assim, numa violação dos direitos estudantis, já que, “normalmente”, poderiam realizar tais avaliações com a devida preparação e de forma presencial sem estar em riscos à saúde e/ou defasagem extrema na preparação e tão pouco à mercê de falhas não humanas, isto é, as falhas tecnológicas como queda de internet, equipamentos defasados, entre outros.

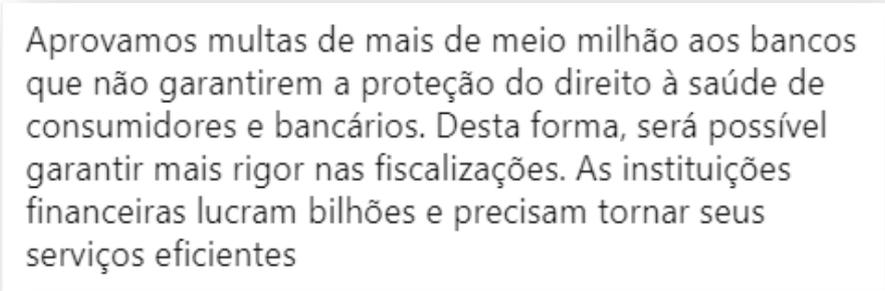
Os elementos linguísticos que marcam a posição sujeito podem, nessas condições de produção, apontar para um discurso falseado de defesa dos direitos estudantis sob a máscara do discurso político, uma vez que o esteja fazendo não para defender esses direitos, mas para se manter visível no cenário político e ser bem-visto pela sociedade. Não obstante, considerando Pêcheux ([1975]2014b, p. 82-83), no processo discursivo, seja este posicionamento uma formação imaginária atribuída pelos alunos em relação ao sujeito parlamentar, funcionando, pois, como uma “*antecipação das representações do receptor*”, configurado nestas condições de produção pela recorrência às mídias sociais. Segundo Pêcheux ([1975]2014a), é através do hábito e do uso que a ideologia designa *o que é e o que deve ser* fornecendo evidências que fazem com que se concretize o jogo de máscara do discurso político.

Mesmo observado a presença de uma FD parlamentar, é perceptível que o sujeito é interpelado ideologicamente pela FD jurídica, porque os elementos linguísticos presentes na materialidade discursiva demarcam a presença do campo jurídico no discurso por meio de expressões como “critérios justos de avaliação” e o uso de verbos de cunho jurídico como o verbo “defender”. Outrossim, o sentido que posiciona o sujeito enquanto mediador de conflito que remete a “processos discursivos anteriores proveniente de outras condições de produção

que deixaram de funcionar, mas que deram nascimento a ‘tomadas de posição’ implícitas que asseguram a possibilidade do processo discursivo em foco” (PÊCHEUX, [1975]2014b, p. 85), ou seja, remonta a posições de mediador já ocupadas pelo sujeito parlamentar em órgãos de defesa de direitos, fazendo com que tenha a impressão de que é dono da própria vontade quando na verdade está sendo interpelado ideologicamente.

Diante do exposto, finalizamos as análises sobre a terceira publicação do parlamentar 01, assim, passaremos a descrever e analisar a publicação 04, postada em 25 de maio de 2020, três meses desde a confirmação do primeiro caso de COVID19 no Brasil. Abaixo segue o *screenshot* da publicação do parlamentar.

Publicação 04



Aprovamos multas de mais de meio milhão aos bancos que não garantem a proteção do direito à saúde de consumidores e bancários. Desta forma, será possível garantir mais rigor nas fiscalizações. As instituições financeiras lucram bilhões e precisam tornar seus serviços eficientes

Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 25 de maio de 2020

A publicação 04 trata das ações aprovadas pelo poder legislativo estadual como medida de combate ao coronavírus; neste caso, aplicação de multas a instituições financeiras que descumprirem as medidas sanitárias vigentes naquele período. Essa medida é regulamentada pela aprovação da Lei 11.263 de maio de 2020, aprovada na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA).

Constituída de 9 artigos, a Lei 11.263 de 25 de maio de 2020 expressa nos seus artigos as penalidades a serem aplicadas aos bancos, apresenta a fundamentação para a criação e execução da lei, estipula valores de multas e ainda descreve as “circunstâncias agravantes” (Art. 5º, incisos I ao IX, parágrafo único) e “circunstâncias atenuantes” (Art. 6º, incisos I e II, parágrafo único) entre outras especificações.

Nesse contexto dos momentos iniciais da pandemia, quando ainda não se sabia muito como lidar com o vírus, a publicação trata do funcionamento dos bancos (medidas de segurança a serem tomadas, como seria feito isso, etc.), visto que essas instituições estavam na lista dos estabelecimentos denominados “serviço essencial” do decreto federal nº 10.282 de 20 de março

de 2020⁷ art. 1º e aplicado pelos artigos 2º e 3º, §1º, inciso XX (e, atualmente, com redação pelo decreto 10.292 de 2020). Passemos à transcrição do texto.

Publicação 04 – Parlamentar 01

1 Aprovamos multas de mais de meio milhão aos bancos que não garantirem a proteção do
2 direito à saúde de consumidores e bancários. Desta forma, será possível garantir mais
3 rigor nas fiscalizações. As instituições financeiras lucram bilhões e precisam tornar seus
4 serviços eficientes.

Fonte: *Twitter*, 25 de maio de 2020.

Ao olharmos atentamente o texto da publicação 04, encontramos marcas linguísticas que apontam para a presença do discurso jurídico de defesa dos direitos dos consumidores. Porém, pode-se observar o sujeito na FD parlamentar logo no primeiro período, linhas 1 e 2: “Aprovamos multas de mais de meio milhão aos bancos que não garantirem a proteção do direito à saúde de consumidores e bancários”. O uso da expressão “aprovar multas”, neste caso, por meio da criação e aprovação leis é prerrogativas do cargo de deputado⁸.

No período “Aprovamos multas de mais de meio milhão aos bancos [...]”, na linha 1, a ação expressa em aprovar multas remete à aprovação da Lei 11.263 de 25 de maio de 2020. Além de sugerir uma FD de parlamentar, já que a ação de aprovar leis é dos parlamentares, infere-se o sentido de que, até então, os órgãos de fiscalização não poderiam aplicar multas superiores a meio milhão de reais a bancos. Dessa forma, mostra-se que a FI do sujeito é interligada pelas FD parlamentar e jurídica, sendo possível distingui-las.

A referência à aprovação de multas retoma a lei anteriormente mencionada, cujo artigo 1º afirma que “Os bancos que inobservarem os protocolos de segurança fixados, nas normas estaduais, destinados à prevenção e contenção da COVID-19 e à proteção da saúde dos consumidores, sujeitam-se à sanção administrativa de multa cujos critérios para aplicação são os constantes desta Lei”. Assim, o referido artigo aponta para a defesa do direito à biossegurança dos usuários de serviços bancários, bem como para a garantia de condições de trabalho para os colaboradores das instituições financeiras. E, ainda, a referência à lei

⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm sobre o decreto federal de serviços essenciais.

⁸ <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/entenda-como-trabalha-um-deputado-estadual>. Último acesso em 07/03/2021.
<https://www.brasildefato.com.br/2018/09/18/deputado-estadual-conheca-as-atribuicoes-de-quem-atua-no-seu-estado>. Último acesso em 07/03/2021.

caracteriza uma identificação do sujeito com “formações discursivas que representam, ‘na linguagem’, as formações ideológicas que lhes são correspondentes (PÊCHEUX, [1975]2014a, p. 147), isto é, uma FI jurídica, porque, mesmo num campo que não o jurídico, a FD predominante do sujeito é a jurídica, marcando, assim, a defesa de direitos (neste caso, o direito à biossegurança no interior de instituições financeiras).

Ao retomar a Lei 11.263, por meio do artigo 3º, pode-se confirmar a presença do discurso jurídico na publicação:

O valor da pena-base, considerando a fundamentalidade do **direito à saúde**, a gravidade da pandemia e o porte dos bancos, será de R\$ 504.612,18 (quinhentos e quatro mil, seiscentos e doze reais e dezoito centavos), que corresponde a 474.215 (quatrocentos e setenta e quatro mil e duzentas e quinze) vezes o índice de 1,0641, de acordo com o art. 57, parágrafo único, do **Código de Defesa do Consumidor** (MARANHÃO, 2020, p. 66) (grifo nosso).

Assim, a presença do discurso jurídico de garantia de direitos marca não somente uma FD parlamentar, mas uma FI jurídica do sujeito, uma vez que o conhecimento das leis e o bom uso delas pode garantir que o cidadão tenha seus direitos assegurados. Nesse sentido, o uso do termo “garantir” no texto da publicação 04, na linha 1 e 2, marca o discurso jurídico de garantia de direito materializado na publicação.

Como considera Pêcheux ([1975]2014a), as palavras não possuem o sentido em si mesmas; antes, esses sentidos são determinados pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico em que são produzidas. Podemos relacionar essa discussão à palavra “garantir”, nas linhas 1 e 3, que, em certa medida, tem seu sentido estabilizado na relação com o discurso jurídico, relacionando-se, portanto, à garantia e à manutenção de direitos como a saúde e a biossegurança no interior de bancos. Essa estabilidade, todavia, não quer dizer que não conviva também com a diferença. Vejamos a seguir.

O elemento linguístico “garantir”, na sua primeira ocorrência, linha 1, “Aprovamos multas de mais de meio milhão aos bancos que não **garantirem** a proteção do direito à saúde de consumidores e bancários”, produz efeito de sentido de atribuição de responsabilidade aos bancos, ou seja, os bancos são os responsáveis e, portanto, obrigados a garantir a biossegurança dos seus usuários e colaboradores.

Posteriormente, a recorrência do referido elemento linguístico, na linha 2, o sentido é modificado. Ao invés de atribuir reponsabilidade aos bancos, o verbo se apresenta com o sentido de assegurar, pois a referência mudou, logo se referee aos bancos, mas à lei,

significando dizer que a Lei 11.263 irá “garantir” que os bancos cumpram com as medidas sanitárias estabelecidas e, por conseguinte, garanta que seus usuários e colaboradores fiquem seguros.

A forma verbal “garantir”, nas linhas 1 e 2 do texto da publicação 04, são dotadas de significados, até mesmo, diferentes, uma vez que “uma palavra, expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado à sua literalidade” (PÊCHEUX, [1975]2014a, p. 147), ou seja, a forma verbal “garantir” muda de sentido à medida que a referência muda, bem como quando há deslocamento da FD do sujeito.

Além das pistas linguísticas já discutidas, a presença do discurso jurídico, na publicação 02, é marcada na superfície linguística também por meio do período “proteção do direito à saúde”, linha 2. Assim, em se tratando de lei e de direito, podemos dizer que há uma retomada aos direitos básicos do cidadão expresso na Constituição Federal de 1988, haja vista que, no *caput* do art. 196, está descrito que “**A saúde é direito de todos** e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à **redução do risco de doença** e de outros agravos e ao **acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação**”(BRASIL, 2020, p. 104) (grifo nosso). Assim, tomar as medidas que visam à garantia do direito à saúde dos clientes e colaboradores é dever das instituições financeiras que se encontram em funcionamento no período da pandemia⁹.

Os indícios do discurso jurídico de defesa de direitos, referentes à saúde, são reforçados por meio de qualificadores como “consumidores e bancário” que denunciam o posicionamento do sujeito no ato discursivo, mostrando, assim, que se encontra interpelado ideologicamente. Nesse sentido, a interpelação do sujeito se dá pela sua identificação com a FD que o domina (PÊCHEUX, [1975]2014a), neste caso, a FD jurídica.

Observou-se no discurso do sujeito, na publicação 04, a presença de duas FD (parlamentar e jurídica) que marcam um posicionamento ideológico. A existência das duas FD se deve ao fato de que uma FI pode organizar várias FD interligadas que, por conseguinte, corresponde à perspectiva de Pêcheux ([1983]2014c), para quem uma FD é constantemente invadida por elementos que vêm de outro lugar (de outras FD).

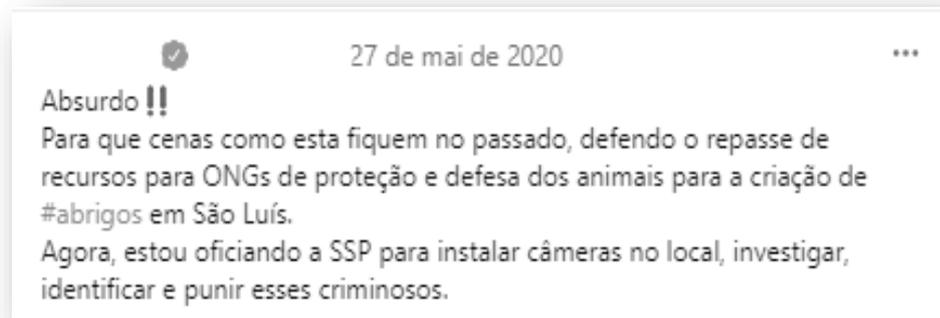
Assim, no que concerne aos efeitos de sentido pela presença do discurso jurídico na publicação do parlamentar, é válido retomar Pêcheux ([1969]2014b) e sua discussão sobre as condições de produção do discurso. Conforme o autor, “*é impossível analisar um discurso como*

⁹Focamos no período da pandemia, pois o momento exige que sejam tomadas medidas mais severas quando comparadas a períodos que não envolvem a pandemia. Contudo, a biossegurança é uma ação necessária em todos os cenários.

um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, [1969]2014b, p. 78). Tendo isso em vista, podemos dizer que os discursos outros, ou mesmo que as referências discursivas apresentadas, inclusive por meio do esquecimento (PÊCHEUX, [1975]2014a), são importantes para tornar o discurso válido e aceito pelos interlocutores (eleitores e possíveis futuros eleitores).

Finalizadas as análises da publicação 04, a seguir, trazemos a quinta e última publicação do parlamentar 01, publicada em 27 de maio de 2020. Abaixo, segue o *screenshot* da publicação do parlamentar.

Publicação 05



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 27 de maio de 2020.

Na publicação 05, é tratado sobre ações tomadas para apuração de denúncias relacionadas a maus-tratos de animais, especificamente, a uma chacina de gatos ocorrida em São Luís/MA. No vídeo que compõe juntamente com o texto verbal à publicação, é mostrado os felinos espalhados pelo chão, enquanto uma pessoa aos prantos narra a cena. Para prosseguirmos com a análise da publicação, transcrevemo-la abaixo.

Publicação 05 – Parlamentar 01

- 1 Absurdo!
- 2 Para que cenas como esta fiquem no passado, defendo o repasse de recursos para ONGs
- 3 de proteção e defesa dos animais para a criação de #abrigos em São Luís.
- 4 Agora, estou oficiando a SSP para instalar câmeras no local, investigar, identificar e punir
- 5 esses criminosos.

Fonte: *Twitter*, 28 de maio de 2020

Pode-se notar a presença de alguns elementos linguísticos na publicação que criam diversos sentidos permeando o campo político e social. Por exemplo, o uso da exclamação “Absurdo”, linha 1, cria um sentido de indignação em relação ao acontecimento. O sentido inferido pela presença desse elemento linguístico se dá ao fato de que seu uso ocorre somente em relação à acontecimentos que são contrários à razão e ao senso humanitário. Por um véis estrutural, enquanto se observa a materialidade discursiva, o uso desse elemento suscita sentido de atenção ao interlocutor que pode gerar expectativas em relação ao acontecimento a ser abordado naquele contexto.

Observa-se, no texto da publicação 05, a presença da expressão “repassa de recursos”, linha 1, que sugere uma FD parlamentar, pois os sintagmas que compõem a expressão são de uso comum no campo político já que é competência da classe política destinar verbas para serem aplicadas nos diversos setores da sociedade. Nesse sentido, considerando que o sujeito fala de uma posição que permite dizer o que diz, infere-se que essa classe pode executar essa ação.

Por outro lado, a presença de elementos linguísticos demarca a presença de outros discursos que não o político. Um desse é o discurso de defesa dos animais, marcado pela expressão “proteção e defesa dos animais”, linha 3. A presença desse discurso pode marcar a presença de uma FD jurídica que, nestas condições, pode ser vista como a FD dominante do sujeito.

Outro elemento linguístico, presente na publicação, é o uso de verbos em primeira pessoa do discurso. Na linha 1, observa-se o uso da forma verbal “defendo”. A presença desse elemento linguístico demarca subjetividade no discurso criando o sentido de defesa de direitos, já que se pode notar a admissibilidade de que o poder público não possui políticas públicas efetivas que garantam a proteção de animais em situação de rua. Diante disso, o uso desse elemento linguístico permite inferir que o poder legislativo não destina recursos às instituições não governamentais – ONGs – que cuidam de animais. Outrossim, nota-se que a inexistência de verbas públicas ocasione a falta de criação de abrigos para acolher os animais.

O uso do performativo “Agora, estou oficiando”, linha 4, pode sugerir uma posição sujeito de autoridade, isto é, sujeito possui o poder de agir na esfera responsável em averiguar o problema. O uso do performativo sugere ainda que a Secretaria de Segurança Pública (SSP) é um órgão submetido ao poder legislativo estadual, pois os sintagmas verbais subsequentes ao performativo expressam sentido de imperatividade no enunciado, ou melhor, obrigar a referida secretaria a realizar a averiguação do acontecimento. Nesse sentido, a presença dos sintagmas

verbais no modo imperativo sugere ainda uma reflexão sobre os limites dos poderes de classe parlamentar.

Considerando as condições de produção que envolvem a publicação, nota-se que há presença do discurso jurídico de defesa dos animais. Não distante, os efeitos de sentido causado pela presença desse discurso e dos elementos linguísticos que o põe em evidência na materialidade discursiva, permitem, ainda, inferir a presença de ações oriundas de outras condições de produção, nas quais o sujeito aparece como um defensor de causas e direitos. Assim, o uso de performativo, sintagmas verbais no modo imperativo e da memória discursiva dos interlocutores permite que a ação parlamentar a outros processos discursivos sejam relacionados.

Finalizada as análises da publicação 05, passaremos a algumas considerações sobre as cinco publicações analisadas do Parlamentar 01.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As cinco publicações analisadas do Parlamentar 01 tratam de temas variados no contexto da pandemia da COVID19. Observou-se nas análises alguns pontos de intersecção discursivas, aos quais considerando Foucault ([1969]2008), poderíamos afirmar ser uma regularidade discursiva, pois para o autor, apenas teremos uma regularidade discursiva quando for possível definir numa dispersão uma ordem, posições funcionamentos, etc.

Observamos no decorrer das análises a presença de vários discursos nas publicações do parlamentar, no entanto, notamos que o discurso jurídico de defesa de direitos foi o mais recorrente entre as cinco publicações. Diante disso, mesmo sendo possível notar a presença da FD parlamentar, pode-se observar que a FD dominante do sujeito é a FD jurídica.

Diante das análises das publicações do parlamentar 01, é possível afirmar a existência de diversos elementos linguísticos que demarcam FD no discurso, ou seja, “uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classe” (PÊCHEUX, [1975]2014a, p. 147) determinando o que poderia ser dito mediante o contexto sócio-histórico que envolve as publicações.

As FD destacadas nas análises, demarcam a posição sujeito diante dos acontecimentos tratados nas publicações. Assim, a presença de elementos linguísticos como verbos em primeira pessoa, no modo imperativo, etc. podem ser vistos como contribuintes para a emersão das FD que constituem o discurso político presente nas publicações.

Elementos linguísticos, como verbos em primeira e terceira pessoa, demarcam subjetividade no discurso do sujeito, bem como criam sentidos concernente à necessidade do sujeito-parlamentar demonstrar um *status* de representatividade. Uma necessidade, talvez, advinda do seu trabalho anterior no qual tinha contato direto com o público e buscava solucionar os problemas sociais. As marcas linguísticas de cunho verbal são recursos importantes para a demarcação da FD jurídica, haja vista que a maioria delas expressam significados de cunho jurídico, entre elas destaca-se: “defender, defendo” presentes nas publicações 2, 3 e 5.

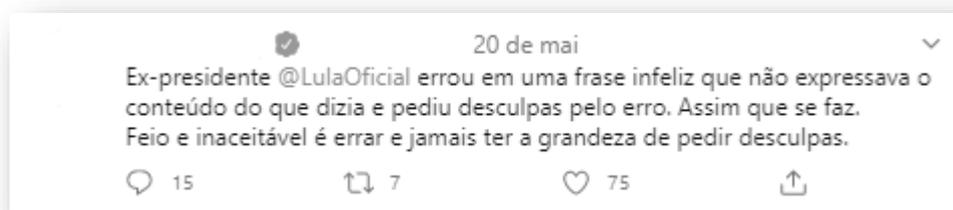
Realizada algumas considerações sobre as publicações do Parlamentar 01, passaremos, a seguir, para a descrição do Parlamentar 02 e de suas publicações.

Parlamentar 02

Eleito em 2018 deputado federal pelo estado do Maranhão, o Parlamentar 02 possui formação acadêmica em jornalismo e desenvolveu atividades profissionais como: professor do departamento de comunicação social da UFMA; assessor parlamentar; chefe de gabinete; secretário municipal e estadual de comunicação e atividades sindicais como coordenador da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária. O Parlamentar é bastante engajado nas redes sociais, em especial no *Twitter*, realizando publicações diárias sobre diversas temáticas e acontecimentos no campo político-social.

Assim, apresentaremos, doravante, cinco *twittes* postados pelo Parlamentar no ano de 2020 que serão analisadas considerando, por isto, o contexto da pandemia da COVID19. As publicações serão analisadas de forma contínua, isto é, uma após a outra. Assim como nas análises do Parlamentar 01, inicialmente apresentaremos o *screenshot* (captura de tela) de cada publicação objeto de análise. Dito isso, passemos a apresentação da primeira publicação, publicada em 20 de maio de 2020.

Publicação 01



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 20 de maio de 2020.

A publicação 01, aborda a tratativa do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva que, durante uma entrevista à Revista Carta Capital, agradeceu a existência do coronavírus. Assim, a publicação traz um comentário do Parlamentar sobre os seguintes acontecimentos: Lula agradecendo a existência do coronavírus e a retração do acontecimento pelo ex-presidente. Dito isso, passemos a transcrição da publicação para iniciarmos as análises.

Publicação 01 – Parlamentar 02

- 1 Ex-presidente @LulaOficial errou em uma frase infeliz que não expressava o conteúdo
- 2 do que dizia e pediu desculpas pelo erro. Assim que se faz. Feio e inaceitável é errar e
- 3 jamais ter a grandeza de pedir desculpas.

Fonte: *Twitter*, 20 de maio de 2020.

No texto da publicação 01, observa-se o uso de elementos linguísticos que marcam a presença do discurso de defesa ao ex-presidente da República Lula. Inicialmente, depara-se com a presença da forma verbal “errou”, linha 1, na 3ª (terceira) pessoa do singular, no passado. O uso desse elemento linguístico permite inferir que o sujeito parlamentar admite que o ex-presidente não agiu de forma correta ao declarar “[...] ainda bem que a natureza, a natureza, contra a vontade da humanidade, criou esse monstro chamado Coronavírus”¹⁰. Assim, quando observado o período do texto por completo, pode-se notar uma certa admissibilidade de que houve o cometimento de erro por parte do ex-presidente, mas “em uma frase”.

O uso desse elemento linguístico permite observar a presença de uma FD de esquerda já que a posição sujeito se evidencia por meio dos sentidos advindos desse elemento linguístico e das condições de produção que envolvem a publicação. É possível notar ainda uma defesa parcial da posição discursiva do ex-presidente por meio da expressão “errou em uma frase”, linha 1, possibilitando, pois, inferir que o discurso de Lula é válido, com exceção do agradecimento da existência do coronavírus.

Outro elemento linguístico presente na publicação é o qualificador “infeliz”, linha 1. O uso desse elemento linguístico auxilia na construção de sentido de defesa ao ex-presidente, ou seja, evidenciar FD de esquerda que compõe o discurso do sujeito. Assim, a presença desse elemento linguístico no período “Ex-presidente @LulaOficial errou em uma frase infeliz...”, linha 1, corrobora-se o sentido de defesa de Lula, já que o sentido inferido desse elemento

¹⁰ Declaração de Lula em entrevista ao jornalista Mino Carta da Revista Carta Capital no dia 20 de abril de 2020.

linguístico é o de que a declaração, nas condições sócio-históricas dadas, passa aos interlocutores uma imagem que não condiz com a do ex-presidente.

O uso de determinados termos em detrimento de outros, na produção discursiva, pode contribuir para denunciar posições e criar efeitos de sentidos fazendo emergir formações discursivas e marcar discursos. Dessa forma, chamamos a atenção para o uso do sintagma “errou”, linha 2, e não de outro termo como “inconveniente”, por exemplo. Isso tem uma significância importante nesse contexto discursivo, uma vez que a presença do termo “errou” cria um sentido de arrependimento verdadeiro e, portanto, busca perdão perante àqueles que se sentiram ofendidos.

Em contrapartida, o uso do termo “inconveniente” poderia falsear um arrependimento, caracterizando a retratação como um ato de conveniência. Nesse sentido, afirma Pêcheux ([1975]2014a) que as palavras possuem um sentido conforme à posição assumida por quem as emprega, assim, o emprego do sintagma “erro” representa um posicionamento de coerência aos fatos, caracterizando um pedido de desculpas completo, enquanto o uso do termo “inconveniente”, nesse contexto, traria um sentido de meio-termo, isto é, estaria admitindo que o ato de retratação se dava apenas por obrigação moral e não por arrependimento.

Observa-se no processo discursivo um efeito de sentido de negação, ou melhor, mesmo havendo admissibilidade de erro na postura discursiva do ex-presidente, nota-se que há uma certa negação do sujeito de que o que foi dito não foi dito. Esse sentido pode ser inferido por meio da materialidade discursiva em destaque no período “Ex-presidente @LulaOficial errou em uma frase infeliz que **não expressava o conteúdo que dizia**”, linhas 1 e 2, que caracteriza uma possível negação de que o ex-presidente não tinha a intenção de dizer o que disse e o que disse não era aquele conteúdo e sim, outro. Outrossim, o período em destaque reforça uma FD parlamentar de esquerda, haja vista a aparente busca de defesa do ex-presidente.

Ao prosseguir, nota-se uma tentativa de comparação por meio das condições de produção da ação discursiva de Lula às reações do atual Presidente, Jair Bolsonaro nas mídias sociais no tocante ao tema COVID19. Os elementos linguísticos que imputam esse efeito de sentido são os qualificadores “feio e inaceitável, linha 2, que buscam estabelecer uma relação entre os comportamentos do Ex e do atual Presidente frente a um erro. Nesse sentido, o uso dos qualificadores provoca os seguintes efeitos de sentido: (i) reconhecer o erro é sinal de humildade e principalmente de humanidade, ou seja, reconhecer que errou é uma atitude louvável e digno de um verdadeiro líder; (ii) não reconhecer o erro é algo feio e indigno para uma pessoa e se configura, neste contexto, inaceitável quando se trata de um líder de uma nação. Dessa forma, é válido afirmar que os elementos linguísticos destacados acima, estabelecendo a

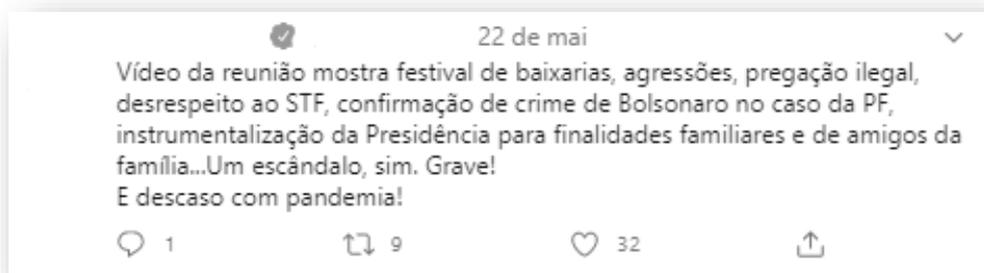
comparação entre os dois líderes políticos corrobora para a emersão de uma FD parlamentar de esquerda que o interpela como sujeito do discurso.

Pode-se dizer que a FD parlamentar de esquerda constitui-se aqui a FD dominante do sujeito porque é possível observar na materialidade linguística a presença de elementos linguísticos e expressões que demarcam essa FD. Como forma de corroborar tal percepção, nota-se a presença da expressão “Assim que se faz”, linha 2, que cria um efeito de sentido de nostalgia e até mesmo de admiração, uma vez que a expressão faz uma retomada discursiva ao ato da retração do ex-presidente Lula. Não obstante, o uso da expressão cria um sentido de que a ação é um comportamento de um verdadeiro líder.

Diante do exposto, pode-se dizer que os elementos linguísticos presentes na materialidade discursiva são essenciais para que se note a presença da FD que compõe o discurso. Somado a isso, considera-se que as condições de produção que envolvem a publicação seja um elemento constitutivo da produção discursiva capaz de reforçar ou até mesmo validar os efeitos de sentido presentes no discurso.

Finalizada as análises da primeira publicação do Parlamentar 02, daremos prosseguimento a esta pesquisa apresentando a Publicação 02 postada em 22 de maio de 2020. Abaixo segue o *screenshot* da publicação.

Publicação 02



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 22 de maio de 2020.

A publicação 02 trata das declarações dadas pelos integrantes do Governo na reunião ministerial de 22 de abril de 2020 e divulgada por decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Melo, em 22 de maio de 2020. A decisão do STF de tornar pública a referida reunião se deu após a sucessão de acontecimentos dentro do governo. Após a reunião ministerial, o então Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, veio a público falar

sobre a nomeação do novo Diretor da Polícia Federal (PF) e por fim levantou a hipótese de que o Presidente estava interferindo politicamente na PF.

Ao publicar a reunião, outros acontecimentos vieram à tona como: críticas de Ministro ali presentes ao STF. Destaca-se, aqui, algumas das falas: o então Ministro da Educação disse **“Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF”**; a **Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos diz** **“Neste momento de pandemia a gente tá vendo aí a palhaçada do STF trazer o aborto de novo para a pauta, [...]”**. Entre essas e outras falas, estão os xingamentos do Presidente aos governadores de São Paulo e Rio de Janeiro.

Diante da contextualização que envolve a publicação, seguiremos abaixo com a transcrição da publicação para darmos início as análises.

Publicação 02 – Parlamentar 02

- 1 Vídeo da reunião mostra festival de baixarias, agressões, pregação ilegal, desrespeito ao
- 2 STF, confirmação de crime de Bolsonaro no caso da PF, instrumentalização da
- 3 Presidência para finalidades familiares e de amigos da família...Um escândalo, sim.
- 4 Grave! E descaso com pandemia!

Fonte: *Twitter*, 22 de maio de 2020.

O texto da publicação 02, como já mencionado, relata a divulgação do vídeo¹¹ da reunião ministerial do Governo Federal na qual houve diversas atitudes e o uso de palavras que vai de encontro aos princípios da governança e decoro. Observa-se que mediante elementos linguísticos o efeito de sentido demarca a presença do discurso jurídico constitucionalista.

A presença do discurso, acima mencionado pode ser inferido na materialidade discursiva através de elementos linguísticos como: **agressões, desrespeito ao STF, confirmação de crime, instrumentalização**, nas linhas 1 e 2. Vejamos os efeitos de sentido causados por esses elementos linguísticos.

A presença dos sintagmas supracitados constituem, nessas condições de produção, uma retomada ao fato ocorrido na reunião ministerial. Assim, as falas podem ser entendidas como agressão ao STF, um dos três poderes constituídos da República, podendo, por isto, caracterizar-se como um crime. Não obstante, outro efeito de sentido causado pelo uso desses elementos linguísticos é o de que o governo está sendo negligente com a situação da pandemia,

¹¹ O vídeo e o conteúdo da reunião ministerial foram divulgados ao público, mas não em sua totalidade, haja vista os assuntos tratados sobre outros países tenham sido mantidos em sigilo.

uma vez que parece estar mais preocupado com o que o STF trata do que com as condições em que os governados se encontram em virtude da pandemia.

Considerando o universo discursivo da pandemia, observa-se a presença de uma FD parlamentar de esquerda no discurso. Isso se deve aos elementos linguísticos presentes na publicação que parecem denunciar uma posição sujeito no campo discursivo político de modo que a FD parlamentar de esquerda aparenta ser a FD dominante do sujeito. Assim, mesmo sendo possível inferir a presença de um discurso constitucionalista voltado para a democracia, é demarcado um discurso de oposição ao governo atual.

Outro elemento linguístico que produz efeitos de sentido significantes no discurso é a expressão “festival de baixaria”, linha 01. A partir dela, nota-se a presença de uma forma de defesa dos interesses popular, uma vez que a reunião tratou mais de interesse particulares do que traçar estratégias de combate à pandemia, causando, então, um ar de espanto frente às ações tomadas naquele ambiente.

O uso da expressão “festival de baixarias” é responsável por creditar um sentido pejorativo ao acontecimento, visto que o termo “festival” vem de festividade, festa, alegria, contudo o uso do qualificador “baixaria” cria um sentido contrário e degradante. Assim, a presença desse elemento linguístico traz o sentido de que uma reunião que deveria representar a esperança de um caminho para solucionar problemas passa a ser um local de falta de compromisso, lugar de palhaçada, um local, onde o trabalho não é levado a sério, ficando um ar de irresponsabilidade. O efeito de sentido causado pela expressão “festival de baixarias” é corroborado pela sucessão de ações representadas pelos sintagmas “agressões, pregação, desrespeito”, linha 1, que por sua vez seguem para pôr em evidência, na materialidade discursiva, os discursos dos participantes da referida reunião ministerial.

Por outro lado, essas marcas linguísticas denotam a presença de interdiscursos que são importantes para a construção dos efeitos de sentidos. Por exemplo, a expressão “festival de baixarias”, linha 1, remete ao discurso de oposição ao Governo, devido ao fato de que o Presidente recebe (dos seus opositores) a alcunha de “Bozo” em referência ao palhaço Bozo¹², sendo, assim, o sentido criado sobre o ambiente da reunião ministerial de um circo, sendo a reunião em si o show protagonizado pelo Presidente (o palhaço Bozo) e a equipe de governo (a plateia estridente com o espetáculo). Segundo Pêcheux ([1975]2014a, p. 154), a presença do

¹² Bozo é um personagem criado nos Estados Unidos em 1946 por Alan Livingston, originalmente para a série de coletânea de discos com histórias infantis *Bozo at the Circus*. Assim, Bozo é um apresentador vestido de palhaço. Mais sobre a história do palhaço Bozo em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bozo>. Último acesso em 19/09/2021, às 22:59.

interdiscurso põe em conexão os elementos discursivos fornecendo a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como sujeito falante com a formação discursiva que o assujeita. Nesse caso a formação discursiva parlamentar de oposição.

Já o termo agressões, linha 1, faz uma referência discursiva às ações, ou melhor, ao posicionamento do Presidente Bolsonaro na reunião em que diz “O que esses caras fizeram com o vírus, esse bosta desse governador de São Paulo, esse estrume do Rio de Janeiro, entre outros, é exatamente isso”¹³, constituindo-se, pois, numa agressão verbal aos governadores de São Paulo e Rio de Janeiro por adotarem posicionamentos contrários ao do Presidente. Quanto ao uso do termo “pregação”, pode-se observar que este remonta, metaforicamente ao discurso religioso da Ministra da Mulher, da Família e Direitos Humanos, Damares Alves.

[...]Mulheres sendo jogadas no chão e sendo algemadas por não terem feito nada ... feito nada. Nós estamos vendo padres sendo multados em R\$ 90 mil porque estavam dentro da igreja com dois fiéis. [...]A pandemia vai passar, mas governadores e prefeitos responderão processos e nós vamos pedir inclusive a prisão de governadores e prefeitos (DAMARES ALVES, G1.com)¹⁴.

No ato discursivo, a ministra levanta o tom, como numa pregação religiosa do protestantismo e fala da perseguição as entidades religiosas e às mulheres e culpa governadores e prefeitos por esses episódios. E afirma, categoricamente que após a pandemia o governo vai pedir a prisão desses prefeitos e govenadores.

Considerando as condições de produção da publicação, observa-se a presença do discurso jurídico por meio da expressão “pregação ilegal”, pois não somente a referida ministra, mas também o então ministro da educação Abraham Weintraub se usufruiu de um discurso fervoroso no qual defende a prisão de ministros da Suprema Corte: “Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF”.

O uso da referida expressão, além de demarcar a presença de um discurso jurídico, faz uma referência ao discurso religioso da Ministra por meio do termo “pregação”. A retomada discursiva acontece, neste caso, por meio da ativação da memória discursiva dos interlocutores que assistiram no vídeo a fala da Ministra, assim, ao ler a expressão “pregação ilícita” o interlocutor retoma ao discurso da Ministra. Dessa forma, o expressão “pregação ilegal” cria efeitos de sentido que remete a esses e outros discursos que têm a visão de estar acima da lei e da maior corte jurídica do país. Outrossim, esses elementos linguísticos presentes na

¹³ Transcrição retirada em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/veja-os-principais-pontos-da-reuniao-ministerial-que-teve-gravacao-divulgada-pelo-stf.ghtml>. Último acesso em 02/02/2021 às 10:26.

¹⁴ Idem.

materialidade discursiva posiciona o sujeito no campo discursivo político, onde busca formular o discurso por meio de intradiscursos, um efeito que Pêcheux ([1975]2014a) chama de “fio do discurso” do sujeito.

Por meio do enunciado “desrespeito ao STF”, observa-se uma retomada ao já dito sobre o conteúdo da reunião, isto é, o desrespeito e a afronta de membros da reunião para com o STF incidindo assim em crimes que são passíveis de punição mediante as prerrogativas das leis. Por outro lado, seria válido observar um certo discurso de “combate ao STF”, que por sua vez, poderia se constituir num atentado a independência entre os poderes que constituem a República do Brasil (Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário), pois ao afirmar-se que, na Suprema corte há vagabundos e sugerir a prisão dos integrantes deste poder, configurar-se-ia numa interferência de um poder ao outro acarretando uma instabilidade indesejada quebrando, pois, o que está disposto no Art. 2º da Constituição Federal de 1988: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (BRASIL, 2020, p. 10).

Na linha 2, por meio do enunciado “confirmação de crime de Bolsonaro no caso da PF”, observa-se uma retomada ao discurso do Ex-ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, que ao deixar o referido ministério em 24 de abril de 2020, acusou o Presidente de interferência na PF.

Em 2º lugar, não haveria uma causa para essa substituição. **E estaria claro que estaria havendo ali uma interferência política na Polícia Federal**, o que gera um abalo na credibilidade, não minha, mas minha também, mas também do governo, desse compromisso maior que nós temos de ter com a lei, com o rule of law (estado de direito) (SERGIO MORO, PODER360)¹⁵ (grifo nosso).

Dessa forma, as declarações do Ex-ministro fizeram com que o STF divulgasse o vídeo da reunião que desencadeou uma sucessão de fatos, os quais já foram contextualizados. Esse acontecimento, nestas condições de produção, pode ser observado como “Um escândalo grave”, pois não só mostrou o posicionamento do Presidente em relação à PF relatada por Sergio Moro, como também cobranças e posicionamentos tidos como antidemocrático num momento em que o Brasil precisa unir forças para vencer uma Pandemia.

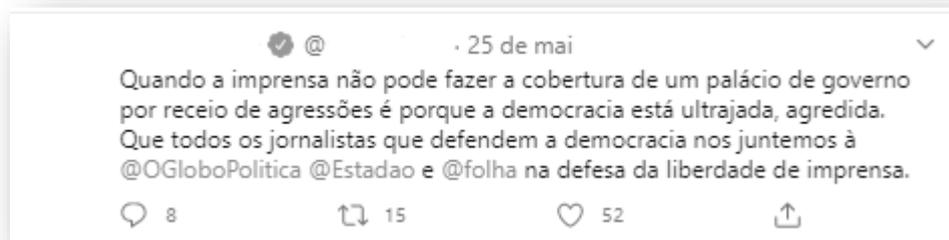
Dito isso, é possível dizer que o discurso presente na publicação gira em torno da Ordem e do Direito, não só como defesa dos direitos individuais e dos poderes que constituem

¹⁵ <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-e-assista-ao-discurso-de-demissao-de-sergio-moro/>
Último acesso em: 02/02/2021

o Brasil, mas das instituições de defesa Nacional e das pessoas como um todo, discurso esse sustentado por uma FI de esquerda.

Finalizada as análises da publicação 02, passaremos à contextualização e à análise da publicação 03 realizada em 25 de maio de 2020. Abaixo segue a publicação original do Parlamentar.

Publicação 03



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 25 de maio de 2020.

A publicação 03 trata da ausência de representantes de alguns veículos de informação frente à residência oficial do Governo Federal para a cobertura das falas matinais do Presidente Jair Bolsonaro, porém, antes, faremos uma contextualização dos acontecimentos que se antecederam ao fato relatado.

Desde que concorria às eleições em 2018, o Presidente Jair Bolsonaro já tinha aversão ao grupo jornalístico/televisivo - Rede Globo por questões ligadas ao que ele chama de “ideológicas”. Conhecido por se pronunciar de forma grosseira com uso de palavrões, o comportamento do Presidente sempre foi visto diante da imprensa, da oposição, entre outros, como inapropriado a um parlamentar.

Diferente dos antecessores, que pouco se manifestavam publicamente, Jair Bolsonaro dá declarações nas manhãs em frente ao Palácio do Alvorada desde que assumiu a Presidência da República em 2019. Na maioria delas [das declarações], o Presidente faz uso de um linguajar constituído de xingamentos, críticas, deboches e ofensas. No entanto, o comportamento do Presidente é bem-visto por seus apoiadores que vão manifestar apoio e vê-lo naquele local. Assim, além das falas que extrapolam os limites da cordialidade por parte de um Presidente, seus aliados passaram a hostilizar os jornalistas do grupo Globo. E, sentindo que seus colaboradores estavam expostos a perigos no que diz à integridade física, o grupo resolveu retirar os jornalistas da cobertura dos pronunciamentos diários do Presidente. Para darmos início às análises, passemos à transcrição da publicação 03.

Publicação 03 – Parlamentar 02

- 1 Quando a imprensa não pode fazer a cobertura de um palácio de governo por receio
- 2 de agressões é porque a democracia está ultrajada, agredida. Que todos os jornalistas
- 3 que defendem a democracia nos juntemos à [@OGloboPolitica](#) [@Estadao](#) e [@folha](#)
- 4 na defesa da liberdade de imprensa.

Fonte: *Twitter*, 25 de maio de 2020.

Por meio dos elementos linguísticos presentes no texto e das condições de produção que envolvem a publicação, nota-se a presença de um discurso de garantia de direitos, especificamente o direito à liberdade de imprensa. Garantido pelo Art. 220 da Constituição Federal de 1988 que, no seu *caput* assegura que “A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição [...]”. Assim, ao observar esse preceito jurídico, poder-se-ia considerar que houve a violação desse direito constitucional por parte do Presidente e dos seus seguidores (em especial nesse episódio) ao ameaçarem fisicamente os jornalistas do grupo Globo, violando, por conseguinte, o §2º do artigo 220 que proíbe “qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”.

Assim, há na ordem do discurso, na qual está o Presidente, o que Foucault ([1970]2014, p. 37) chama de sistema de restrição sob o nome de ritual, ou seja, por ser o Presidente da República tem por dever guardar os preceitos constitucionais e não os violar. Não pode sair “por aí” falando de qualquer jeito e fazendo o que bem entender. Nessa mesma Ordem se encontra o sujeito parlamentar, visto que “o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam” (idem).

Por estar posicionado numa FD parlamentar, é-lhe permitido falar sobre o comportamento do chefe do Executivo Federal. E, ainda, pode-se notar a presença de uma FD de jornalista, sendo esta, a FD dominante do sujeito. Assim, mesmo observando a presença do discurso jurídico que visa a defesa do direito de liberdade de imprensa, é marcado a Formação Ideológica acadêmica do sujeito que, segundo Courtine (2014, p. 72) “comportam posições de classe”, neste caso, o jornalismo.

O discurso jurídico do parlamentar não aparece explicitamente, todavia podemos destacá-lo por meio de expressões e marcas linguísticas no texto. Segundo Koch (2003, p. 133), essas marcas linguísticas podem estabelecer relações lógico-semânticas, isto é, podem indicar posições sujeito que somente terá determinado sentido pelo fato de ele está falando de

determinada posição, ou seja, esses sentidos são criados conforme a posição e dada conjuntura no momento da fala.

A presença do sintagma nominal “democracia”, linha 2, marca nesse contexto, a presença do discurso jurídico de garantia da liberdade: de escolha, de expressão, de imprensa etc. Mesmo não sendo explícito, o uso do termo permite que se note a presença do discurso jurídico, uma vez que seja considerado o processo de produção desse discurso, isto é, o “conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em ‘circunstâncias’ dadas” (PÊCHEUX, [1975]2014b, p. 73). Dessa forma, a presença desse elemento linguístico pode cogitar uma possível violação do direito à liberdade de expressão, bem como a possibilidade de violação da integridade física dos jornalistas daquele veículo de comunicação em específico.

O uso do referido elemento linguístico permite, ainda, através das condições de produção em que o discurso é manifestado, a interpretação pelo campo semântico-discursivo de valor contrário, isto é, ditadura. Um sistema em que o Governo faz uso da autoridade para suprimir e restringir os direitos individuais e coletivos de um povo. Nesse contexto, aplica-se a posição do Presidente em relação ao grupo jornalístico que é constantemente hostilizado pelo Presidente e por seus seguidores.

Como indícios de corroboração a essa interpretação, há a presença de dois qualificadores na linha 2, “ultrajada” e “agredida” para se referir ao estado em que se encontra a democracia após o ocorrido com os jornalistas do grupo Globo criando, assim, o efeito de sentido de que a democracia já não é a mesma e que o sistema que rege os bastidores já não é uma democracia, entretanto uma “ditadura”, já que o Presidente faz o que bem entende.

A presença dos qualificadores usados também criam o sentido de que o direito de liberdade de imprensa constituído pela CF de 1988 não está sendo respeitado e que a democracia foi insultada e injuriada. Além disso, considerando a condição de produção da publicação e a FD de jornalista do sujeito parlamentar e o sentido criado pelo uso das marcas linguísticas referidas na atual conjuntura, entende-se que antes havia um equilíbrio. A democracia e os direitos eram garantidos, incluindo a liberdade de imprensa.

Nesse sentido, é possível notar a presença de duas FD que compõem o discurso do sujeito: a FD parlamentar que lhe permite dizer o que diz nesta conjuntura e a FD de jornalista que se configura como sua FD dominante, já que esta pesa para a definição da FI do sujeito. Assim, pode-se dizer que há um deslocamento entre FD, uma vez que dentro do campo discursivo político traz um posicionamento. Por outro lado, observa-se que o sujeito, na FD de jornalista, é interpelado em sujeito de seu discurso pela formação ideológica acadêmica. O

descolamento entre uma FD e outra é marcada pela marca de pessoalidade, o pronome pessoal oblíquo “nos”, linha 3, que faz um convite aos demais jornalistas a saírem em defesa da liberdade de imprensa.

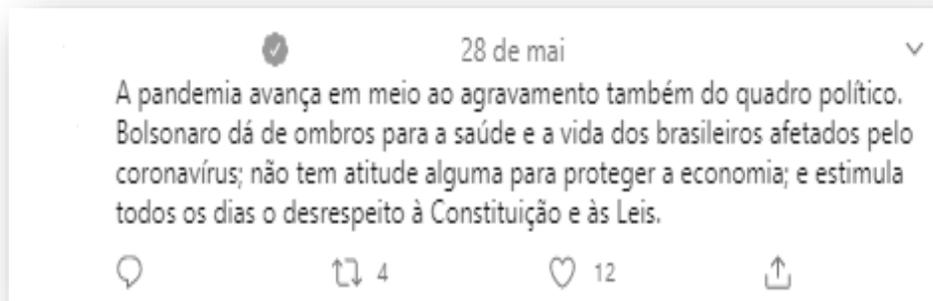
Considerando, assim, a presença de uma FD dominante que, por sua vez pode definir a FI do sujeito, caracteriza-se como “um elemento [...] susceptível de intervir como uma força confrontada com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, p. 102) bem como a concretização do discurso de defesa do direito de liberdade de imprensa constituindo, pois, o aspecto material dessa ideologia.

Dessarte, observa-se um embate ideológico de classe quando se toma como referência o enunciado das linhas, 2, 3 e 4, que se configura num convite aos jornalistas para defender a liberdade de imprensa dizendo “Que todos os jornalistas que defendem a democracia nos juntemos à @OGloboPolítica, @Estado e @Folha na defesa da liberdade de imprensa”. No período em destaque, podemos inferir por meio do campo semântico, que existem jornalistas que não defendem a democracia. Desse modo, na condição de produção em que o texto foi publicado, aqueles jornalistas (ou grupo jornalístico) que não são atacados pelos apoiadores de Bolsonaro (os bolsonaristas) não seriam defensores da liberdade de imprensa e nem da democracia.

Considerando o exposto, podemos dizer que, além dos efeitos de sentido presentes na produção discursiva da publicação 03, criados a partir de elementos linguísticos e da posição sujeito-parlamentar, demarca-se também a presença do discurso jurídico de defesa da liberdade de imprensa que por sua vez está fortemente ligado à FI do sujeito do discurso. Outrossim, os efeitos de sentidos presentes no discurso da publicação podem se dar em razão da FD de jornalista do sujeito parlamentar, sendo, por isso, nessas condições, interpelado ideologicamente em sujeito do seu discurso.

Concluída as análises da publicação 03, passaremos a seguir ao *screenshot* da publicação 04 do segundo Parlamentar.

Publicação 04



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 28 de maio de 2020.

No texto da publicação 04, é tratado sobre a postura do Presidente Jair Bolsonaro diante da pandemia. Mais especificamente sobre as declarações polêmicas, brigas com o Congresso Nacional, afirmações desafiadoras contrárias à ações do STF, etc. Esse último foi o acontecimento que motivou a publicação, pois nesse dia o Brasil somou 3 dias de recordes em número de mortos por COVID-19 e o Presidente fez declarações sobre a operação de busca e apreensão de aparelhos eletrônicos de comunicação de blogueiros e deputados aliados ao Presidente autorizada pelo STF. Mostrando-se insatisfeito com os acontecimentos do dia anterior, 27 de maio, o Presidente diz:

Chega! Chegamos no limite. Estou com as armas da democracia na mão. Eu honro os meus compromissos no juramento que fiz quando assumi a Presidência da República" [...]Acabou, porra! Me desculpem o desabafo. Acabou! Não dá para admitir mais atitudes de certas pessoas individuais, tomando de forma quase que pessoal certas ações" (JAIR BOLSONARO, 2020, G1.com)¹⁶

Essa fala ganhou repercussão entre os três poderes, imprensa e sociedade em geral. Para darmos início às análises, passemos à transcrição do *twitte*.

Publicação 04 – Parlamentar 02

- 1 A pandemia avança em meio ao agravamento também do quadro político. Bolsonaro dá
- 2 de ombros para a saúde e a vida dos brasileiros afetados pelo coronavírus; não tem atitude
- 3 alguma para proteger a economia; e estimula todos os dias o desrespeito à Constituição e
- 4 às Leis.

Fonte: *Twitter*, 28 de maio de 2020

¹⁶ Transcrição disponível em: <https://g1.globo.com/resumo-do-dia/noticia/2020/05/28/quinta-feira-28-de-maio.ghtml> último acesso em 02/02/2021 as 19:45.

Observa-se, nesse texto, a presença de elementos linguísticos que põe em evidência na materialidade discursiva a situação vivida pelo Brasil: pandemia, crise política, descaso com a saúde pública, instabilidade econômica, etc. Nota-se, portanto, a presença de dois problemas que desencadeiam os demais: pandemia e “um quadro político”.

De forma mais específica, observa-se a presença do qualificador “agravamento”. Para Koch (2018, p. 46), esse elemento linguístico trata-se de um marcador de presunção, isto é, são conteúdos que ficam à margem da discussão. Por exemplo, no período “A pandemia avança em meio ao **agravamento** também do quadro político”, linha 1, a presença desse elemento linguístico cria o sentido de que, antes mesmo da chegada da pandemia, já se tinha uma instabilidade no quadro político brasileiro e a chegada da pandemia só o agravou.

Por outro lado, a posição sujeito corrobora de certa forma para a efetivação desse efeito de sentido, uma vez que se nota a presença de uma FD parlamentar de esquerda pela qual pode-se inferir que o sujeito considera a gestão do Presidente um problema ao país, porque ele se envolve em discursões que prejudica a relação do Brasil com outros países, por exemplo, acusar a China de uma conspiração mundial com o COVID19 para fins lucrativos etc.

A presença da expressão “dá de ombros”, linhas 1 e 2, suscita pelo menos dois efeitos de sentido: o primeiro é o de que o sujeito aparenta estar preocupado com a situação em que os brasileiros se encontram diante da pandemia; o segundo efeito de sentido que se pode observar é que o Governo Federal não está preocupado em fazer um gerenciamento da crise sanitária com eficiência, fazendo com que o sujeito esteja aparentemente insatisfeito com o caso. Assim, nessas condições de produção, pode-se inferir que a preocupação de Bolsonaro é livrar seus correligionários, familiares e a si mesmo de investigações, uma vez que se mostra desconfortável com o fato do STF requisitar o celular pessoal.

Por meio do enunciado “não tem atitude nenhuma para proteger a economia”, linhas 2 e 3, pode-se observar uma retomada discursiva aos pronunciamentos do Presidente, sejam eles em Rede Nacional ou em programas diversos de entrevista, nos quais busca defender uma agenda econômica em meio à pandemia.

Por exemplo, em entrevista ao jornalista José Luiz Datena da TV Bandeirantes, o Presidente afirmou “Alguns falam que economia você recupera e a vida não. Não tem nada a ver. Anda junto. Emprego e saúde andam juntos”¹⁷. Em 24 de dezembro de 2020, em rede nacional disse:

¹⁷ <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/04/01/bolsonaro-alguns-falam-que-economia-voc-recupera-e-a-vida-no-no-tem-nada-a-ver.ghml> acesso em 02/02/2021 às 23:17.

“Nossos esforços sempre tiveram como foco principal a preservação da vida e de empregos, pois saúde e economia caminham juntas, lado a lado”¹⁸.

No entanto, observa-se que a retomada discursiva a um já dito desencadeia também uma contrariedade, pois o Presidente prega uma defesa da economia, mas “não tem atitude nenhuma”, isto é, não toma nenhuma medida para que isso se concretize.

Ainda é possível observar, na publicação, a presença do discurso democrático e de direitos. No último enunciado, “**estimula todos os dias o desrespeito** à constituição e às leis”, linhas 3 e 4”, os termos em destaque fazem referência ao episódio do dia 27 de maio sobre as buscas realizadas pela PF no inquérito das *Fake News* comandado pelo STF e que o Presidente se nega a cumprir determinação do STF.

Como mencionado acima, observa-se as marcas linguísticas presentes na publicação. Pode-se observar a presença do discurso de defesa dos direitos básicos à saúde do cidadão garantidos pelo Art. 196 da CF 88 que diz

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 2020, p. 104).

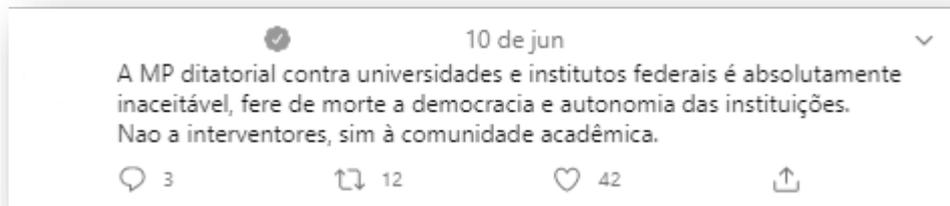
Ao usar a expressão “dá de ombros”, põe-se em evidência o sentido de negligência, omissão e negacionismo. E evoca também um discurso de defesa da economia, uma vez que a retomada econômica possa ser um fator significativo para vencer a pandemia e manter empregos.

Por fim, porém de igual importância, observa-se uma retomada discursiva ao discurso jurídico voltado para a questão de igualdade como dispõe o Art. 5º da CF 88 “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2020, p. 11). Assim, o uso da forma verbal “desrespeito”, linha 3, cria um complexo de superioridade do Presidente, isto é, acha-se maior que a Lei e por isso “estimula” que outros assim o faça. Portanto, a presença do discurso jurídico põe em evidência que o Parlamentar 02, posicionado na formação discursiva parlamentar, defende a legalidade e a garantia direitos individuais e coletivos.

¹⁸ <https://noticias.r7.com/brasil/saude-e-economia-andam-juntas-diz-bolsonaro-em-fala-de-natal-24122020>
acesso em 02/02/2021 as 23:23

Realizada as análises no que diz respeito à publicação 04, passaremos a contextualizar a publicação quinta publicação. Abaixo segue o *screenshot* da publicação 05, realizada em 10 de junho de 2020.

Publicação 05



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 10 de junho de 2020.

A publicação trata da Medida Provisória (doravante MP) 979 editada pelo Presidente da República Jair Bolsonaro, publicada em 10 de junho de 2020 no Diário Oficial da União (DOU)¹⁹ que aborda a nomeação de Reitores de Universidades e Institutos Tecnológicos Federais no período da pandemia. A MP prevê que o Ministro da Educação pode nomear pessoas para os referidos cargos quando houver “término de mandato dos atuais dirigentes durante esse período”. Assim, antes de darmos início às análises, passaremos a transcrição do *twitte*.

Publicação 05 – Parlamentar 02

- 1 A MP ditatorial contra universidades e institutos federais é absolutamente inaceitável,
- 2 fere de morte a democracia e autonomia das instituições. Nao (sic) a interventores, sim à
- 3 comunidade acadêmica.

Fonte: *Twitter*, 10 de junho 2020

No texto, observa-se a presença de elementos linguísticos que marcam a presença de discursos e posições sujeito. O uso do qualificador “ditatorial”, linha 1, para se referir a MP editada pelo Presidente, inicialmente cria o sentido de inconformismo pela forma em que foi colocada. Não obstante, o termo possui uma valor semântico-discursivo que remete a um discurso autoritário e impositivo, característico do período militar de 1964, sendo visto como um ato antidemocrático que lesa o direito de escolha, uma vez que no seu Art. 2º prevê que:

¹⁹ <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-979-de-9-de-junho-de-2020-261041611> último acesso em 03/02/2021 às 00:38.

Art. 2º **Não haverá** processo de **consulta à comunidade, escolar ou acadêmica, ou formação de lista tríplice** para a escolha de dirigentes das instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da **COVID-19**, de que trata a Lei nº 13.979, de 2020 (sic) (MP 979/2020) (Grifo nosso).

Assim, pode-se observar, na retomada discursiva entre o qualificador “ditatorial”, linha 1, e os sintagmas em destaque do artigo 2º da MP acima transcrito, a presença de efeitos de sentido relacionado a um ato ditatorial em que o direito de escolha foi cerceado. Assim, a presença desse elemento linguístico e sua retomada discursiva à MP 979, põe em evidência o discurso jurídico de defesa de direitos, sendo, pois, este discurso corroborado por outros elementos linguísticos.

Nas linhas 1 e 2, o uso da expressão “fere de morte”, traz um sentido de antidemocracia, uma vez que a medida provisória vai de encontro com a liberdade de escolha e consulta dos envolvidos. A expressão traz um sentido de assassinato do direito de escolha, pondo em xeque o processo democrático que garante a liberdade de escolha. Outrossim, o uso dessa expressão, pode-se inferir que a autonomia das instituições serão afetada, pois se não há uma consulta das categorias que a compõe e formação de lista tríplice, corre-se o risco de não se ter uma administração democrática, mas que, somente, atenda a interesses particulares.

Essa posição sujeito deve-se principalmente ao que se retoma no Art. 2º e principalmente pelo Art. 3º e inciso II da MP 979/2020.

Art. 3º O Ministro de Estado da Educação designará reitor e, quando cabível, vice-reitor **pro tempore** para exercício:
II - pelo período subsequente necessário para realizar a consulta à comunidade, escolar ou acadêmica, até a nomeação dos novos dirigentes pelo Presidente da República (MP 979/2020).

Considerando as condições de produção que envolve a publicação, nota-se a presença de discurso de defesa de direitos e liberdade de escolha, uma vez que é possível inferir da expressão “é absolutamente inaceitável”, linha 1, a FD parlamentar que situa o sujeito no seu discurso, conferindo, pois, a autoridade de dizer o que diz. Assim, por ser da classe política os responsáveis pela criação de leis e apresentar soluções às problemáticas sociais, o sujeito parece convencido de que a MP se constitui num ato antidemocrático, porque o direito de escolha foi retirado.

A presença de advérbios, linha 2, pode ser entendido nesse contexto como uma posição sujeito que demarca apoio à comunidade educacional (professores, alunos, reitores, instituições, etc.). Por meio do advérbio “não”, cria-se o sentido de oposição do sujeito à MP 979/2020,

deixando claro que a presença de um Reitor, Vice-Reitor por exemplo, sem um processo de consulta aos interessados é um ato ditatorial que infringe os princípios de liberdade de escolha. E, por último, o uso do adverbio “sim” corrobora o sentido inicial, deixando, portanto, em evidência apoio incondicional à comunidade acadêmica e totalmente contrária a atos isolados que visam tirar o direito de escolha da chefia maior de uma instituição federal, os Reitores e Vice-Reitores.

Para tanto, observou-se que os elementos linguísticos presentes no texto da publicação 05, denota a presença do discurso jurídico de defesa de direitos, especificamente, a liberdade de escolha garantida pela CF 88 característica do sistema de governo vigente.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante dos textos analisados, podemos observar a presença de elementos linguísticos que demarcam discursos e criam efeitos de sentidos conforme as posições sujeito e as condições de produção que envolve cada publicação. Assim, averiguou-se a presença de FD que compõe o discurso do sujeito parlamentar: FD parlamentar de esquerda; FD de jornalista.

Diante do exposto, observou-se no bojo de seu discurso a presença de interdiscursos provenientes do campo jurídico como forma de apresentar defesa de direitos individuais e coletivos. Por exemplo, na publicação 03, faz-se presente o discurso jurídico voltado para a defesa da liberdade de imprensa, contudo o sujeito se encontra dominado pela FD jornalística.

Em outras ocasiões, a presença do discurso jurídico marca a defesa de direitos básicos que devem ser mantidos pelo Estado como o direito à saúde; à liberdade de expressão; à liberdade de imprensa e à liberdade de escolha. Entretanto, esses direitos podem ser visto, naquelas condições de produção, como direitos ameaçados diante das ações, atitudes e atos executivos por parte dos governantes.

Dito isso e, tendo base os pressupostos de Foucault ([1968]2008), pode-se afirmar a existência de regularidades discursivas nas publicações analisadas. Uma dessas regularidades é a recorrência ao discurso jurídico que, em dada conjuntura, apresente defesa a classes e sociedade em geral de direitos adquiridos e que, supostamente estão sendo descumpridos, deturpados e a partir da FD parlamentar de esquerda tem a autoridade para questionar e fazer com que estes direitos sejam assegurados.

No tocante ao uso das mídias sociais digitais, por parte do sujeito-parlamentar, podemos afirmar que além de se configurarem, nessas condições de produção em um suporte capaz de estabelecer uma comunicação eficiente com seus interlocutores, o sujeito-parlamentar

também as toma como recurso para trabalhar suas propostas parlamentares, manter um informativo social e tomar posicionamentos frente à acontecimentos como os discutidos nos *twittes* analisados.

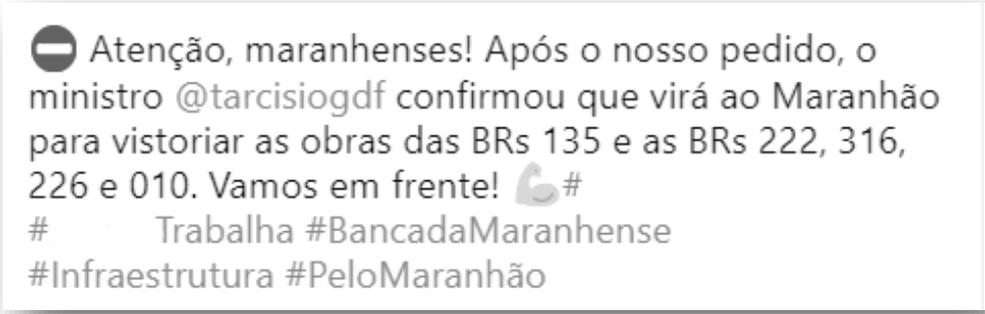
Finaliza-se, aqui, a análise das cinco publicações do Parlamentar 02. E, dar-se-á início à apresentação do Parlamentar 03 e análise das cinco publicações postadas por ele no *Twitter* sobre temas diversos.

Parlamentar 03

O Parlamentar 03 possui formação acadêmica em Direito pela UFMA, foi eleito deputado estadual do Maranhão em 2010 e permaneceu no cargo até 2018 por meio de reeleição. Em 2019, assumiu como deputado federal do Maranhão após ser eleito em 2018. No setor público, o Parlamentar desenvolveu atividades como diretor-Presidente da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA); foi Secretário Municipal do Orçamento Participativo de São Luís entre os anos de 2009 e 2010.

Neste estudo, analisaremos cinco publicações sobre temas diversificados postados pelo Parlamentar na rede social *Twitter*. Antes da análise, apresentaremos o *twitte* em sua forma como disposto na referida rede social, no entanto as informações do perfil serão preservadas. Após a apresentação, optamos por trazer a transcrição como forma de auxiliar no processo analítico. Dito isso, passaremos agora à apresentação da Publicação 01.

Publicação 01

A screenshot of a Twitter post. The text reads: "Atenção, maranhenses! Após o nosso pedido, o ministro @tarcisiogdf confirmou que virá ao Maranhão para vistoriar as obras das BRs 135 e as BRs 222, 316, 226 e 010. Vamos em frente! 🇬🇧 # Trabalha #BancadaMaranhense #Infraestrutura #PeloMaranhão". The text is in a light blue font on a white background with a subtle shadow.

Atenção, maranhenses! Após o nosso pedido, o ministro @tarcisiogdf confirmou que virá ao Maranhão para vistoriar as obras das BRs 135 e as BRs 222, 316, 226 e 010. Vamos em frente! 🇬🇧 # Trabalha #BancadaMaranhense #Infraestrutura #PeloMaranhão

Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 20 de maio de 2020.

A publicação 01, trata do deslocamento do Ministro da Infraestrutura Federal ao Maranhão após solicitação da bancada federal maranhense de deputados para que vistoriasse às

obras das rodovias federais que cortam o Maranhão. Por décadas, as rodovias sofrem com a falta de manutenção mesmo tendo importante papel no processo de escoação da produção agrícola e produtos industrializados, bem como transporte de pessoas no interior do estado como para outros estados.

Para ter-se uma ideia da importância dessas BRs é preciso saber suas extensões: a BR 135 dá acesso a capital do estado, São Luís e ao Porto Itaqui; a BR 222 contempla os estados do Ceará, Piauí, Pará e Maranhão; a BR 316 que inicia em Belém/PA, passa pelo Maranhão, Piauí, Pernambuco e dar-se fim em Maceió no estado de Alagoas; a BR 226 corta o Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Tocantins e a BR 010 liga Brasília/DF a Belém/PA conhecida como Rodovia Belém-Brasília. Todas elas se encontram em estado de deterioração, principalmente os trechos que cortam o Maranhão causando prejuízos diários aos seus usuários.

Publicação 01 – Parlamentar 03

- 1 Atenção, maranhenses! Após o nosso pedido, o ministro [@tarcisiogdf](#) confirmou que
- 2 virá ao Maranhão para vistoriar as obras das BRs 135 e as BRs 222, 316, 226 e 010.
- 3 Vamos em frente!
- 4 [#BancadaMaranhense](#) [#Infraestrutura](#) [#PeloMaranhão](#)

Fonte: *Twitter*, 20 de maio de 2020

Inicialmente, é possível notar a presença do vocativo “Atenção, maranhense!”, que denotam um certo entusiasmo no discurso. Essa marca linguística é usada quando o locutor deseja que a atenção dos interlocutores esteja voltada para ele. Assim, ao dizer “Atenção, maranhenses!”, traz um sentido de relevância, isto é, que o assunto é importante e o locutor solicita atenção ao que será dito.

O uso da expressão “Após o nosso pedido”, linha 1, traz por meio da preposição “após” a ideia de tempo. Nesse caso, a preposição permite que se infira um sentido de sucessividade de acontecimentos no que diz respeito à vistoria das rodovias federais que cortam o Maranhão. Ainda nessa expressão, nota-se a presença do pronome possessivo “nosso”, um elemento linguístico que demarca subjetividade no discurso. A presença desse elemento linguístico indica que a ação de convidar o ministro é coletiva, isto é, de parlamentares da bancada maranhense e não apenas do sujeito-parlamentar. Essa interpretação é sustentada pelo uso da *hashtag* “#BancadaMaranhense”, linha 4.

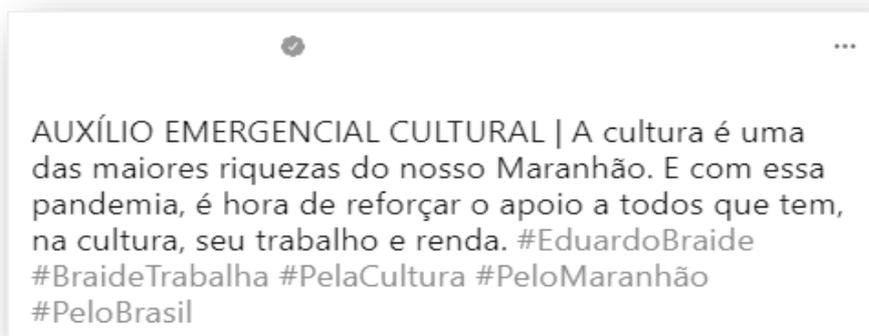
O uso das marcas linguísticas mostra que, mesmo tendo diversas reclamações pelas mídias sociais e o constante discurso do Governo Federal sobre infraestrutura, ainda não se observa um posicionamento desse último sobre a situação precária das rodovias federais que

cortam o Maranhão, por isso foi necessário que a bancada maranhense fizesse um pedido ao ministro Tarcísio Gomes para vir ao Maranhão vistoriar as obras das rodovias e ver de perto a situação. Nesse sentido, a presença dos elementos linguísticos pode denotar um sentido de compromisso, isto é, um senso de responsabilidade com o voto recebido dos maranhenses, trazendo a ideia de representatividade.

Observa-se ainda a presença da frase exclamativa “Vamos em frente!”, linhas 2 e 3. O uso dessa expressão cria um efeito de sentido de entusiasmo de que a luta apenas começou. Receber a visita do ministro pode significar uma vitória na luta por rodovias de qualidade. Por outro lado, pode-se dizer que os elementos linguísticos que demarcam sentido de entusiasmos e sensação de cumprimento de obrigações, permitem também, em consonância com as condições de produção do discurso, remeter a um discurso de garantia de direitos, uma vez que as péssimas condições das rodovias fere um dos direitos primordiais resguardados pelo Art. 5º, inciso XV da CF 88: “livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (BRASIL, 2020, p. 11). Nesse caso, as péssimas condições das rodovias acarretam prejuízos materiais, bem como impede a locomoção com segurança.

Tendo finalizado as considerações sobre a publicação 01, apresentaremos a segunda publicação a ser analisada, postada pelo parlamentar em 26 de maio de 2020.

Publicação 02



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 26 de maio de 2020.

A publicação 02 trata da criação do auxílio emergencial para o setor cultural. Em 2020, foi criado o auxílio emergencial para ajudar nos custos mensais da população brasileira. Contudo, havia alguns pré-requisitos para quem fosse contemplado. Nesse sentido, sentiu-se a necessidade de criar auxílio para setores específicos, representado, neste caso, pelo setor

cultural para ajudar a garantir assistência básica, visto que a pandemia parou o mundo e com isso todos os setores da sociedade foram atingidos, isto é, impedidos de estar em pleno funcionamento.

Na publicação, transcrita abaixo, é tratado especificamente sobre o auxílio voltado para as pessoas que vivem da arte e da cultura que, no cenário da pandemia, encontram -se impedidos de sair para vender nas ruas, abrir lojas etc., uma vez que foi estabelecido a necessidade do distanciamento social para combater a proliferação do vírus.

Publicação 02 – Parlamentar 03

- 1 AUXÍLIO EMERGENCIAL CULTURAL | A cultura é uma das maiores riquezas do
- 2 nosso Maranhão. E com essa pandemia, é hora de reforçar o apoio a todos que tem, na
- 3 cultura, seu trabalho e renda. [#PelaCultura](#) [#PeloMaranhão](#) [#PeloBrasil](#)

Fonte: *Twitter*, 26 de maio de 2020

As marcas linguísticas presentes na publicação são essenciais para a construção dos sentidos do discurso. No primeiro período “AUXÍLIO EMERGENCIAL CULTURAL”, linha 1, observa-se o uso do recurso de escrita caixa alta para destacar o período. A presença desse recurso na materialidade discursiva produz um efeito de anúncio de um novo auxílio emergencial, assim, a presença da caixa alta, no período supracitado, traz uma ideia de elevação de tom no discurso do locutor e, neste caso, por remeter a um já dito (o anúncio do primeiro auxílio emergencial).

O uso do qualificador “CULTURAL”, para definir “auxílio emergencial”, possibilita a inferência de que o auxílio emergencial aprovado inicialmente pelo congresso nacional não abrangia a categoria da cultura, isto é, que artistas, produtores da arte, entre outros, não eram contemplados, daí o uso do qualificador corrobora para a presença de um sentido de anúncio de uma nova modalidade de auxílio. Para tanto, pode-se dizer que o uso da caixa alta na materialidade discursiva, bem como do referido qualificador, remete ao que Authier-Revuz (2004) chama de uma forma complexa da heterogeneidade que marca uma entonação (neste caso uma elevação de tom) em relação ao resto do discurso.

Em seguida, o período “A cultura é uma das maiores riquezas do nosso Maranhão”, linhas 1 e 2, observa-se a presença de dois elementos linguísticos importantes na construção do discurso do sujeito. O primeiro (i) na expressão “uma das” é possível denotar um sentido de ênfase no argumento a ser apresentado sobre a cultura, podendo, pois, ser enquadrado como um operador argumentativo que apresenta uma escala, conforme expõe Koch (2018). Assim, o

sentido que é possível de ser inferido é o de que a cultura não é a maior riqueza do Maranhão, mas também não é a menor riqueza do referido estado; o segundo (ii) é a presença do pronome possessivo “nosso” que marca no discurso pessoalidade e uma possível tentativa de proximidade do sujeito com o interlocutor.

No período “E com essa pandemia, é hora de reforçar o apoio a todos que tem, na cultura, seu trabalho e renda”, linhas 2 e 3, observa-se a presença do operador argumentativo “E” que toma neste condições discursivas o papel de operador argumentativo de soma que tem a finalidade de levar a uma mesma conclusão, como enfatiza Koch (2018), neste caso, a ajuda de custos para quem vive da cultura nas mais diversas categorias.

Ainda nas linha 2 e 3, no enunciado “é hora de **reforçar o apoio** a todos que tem, na cultura, seu **trabalho e renda**” possibilita, nessas condições de produção do discurso, notar a presença de um discurso de defesa econômica, tendo em vista que os elementos linguísticos destacados na materialidade discursiva apontam para uma preocupação do sujeito com sua subsistência das pessoas que vivem da cultura e não com o fato das manifestações culturais como bumba-meu-boi, festas de São João, etc., não venha acontecer. Esse sentido é reforçado com a determinação dada no enunciado “apoio a todos que tem, na cultura, seu trabalho e renda”, sendo, pois, a aplicação “na cultura”, o ponto determinante desse efeito de sentido.

Outrossim, pode-se destacar a presença de referência discursiva do Auxílio (uma ajuda emergencial – PL 1066/2020) com a Lei Rouanet²⁰ (Lei 8.313 de 23 de dezembro de 1991) por meio da expressão “reforçar apoio”, linha 2, já que, a Lei Rouanet é descrita como a

Principal ferramenta de fomento à Cultura do Brasil, a Lei de Incentivo à Cultura contribui para que milhares de projetos culturais aconteçam, todos os anos, em todas as regiões do país. [...] A Lei também contribui para ampliar o acesso dos cidadãos à Cultura [...] o mecanismo do incentivo à cultura é um dos pilares do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), que também conta com o Fundo Nacional de Cultura (FNC) e os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficarts) (GOV.BR)²¹.

Assim, considerando os pressupostos de Koch (2020) sobre referenciação, podemos dizer que a expressão “reforçar o apoio” faz uma referência discursiva à Lei Rouanet, uma vez que a referida lei tem por objetivo auxiliar e incentivar o setor cultural e, no caso do “auxílio emergencial cultural”, ir além do incentivo à produção artística, garantir que se mantenha um certo poder de subsistência de todos: trabalhadores que também vivem da arte, artesanato, entre

²⁰ Renomeada para Lei de Incentivo à Cultura, mas continuaremos a chamá-la aqui de Lei Rouanet.

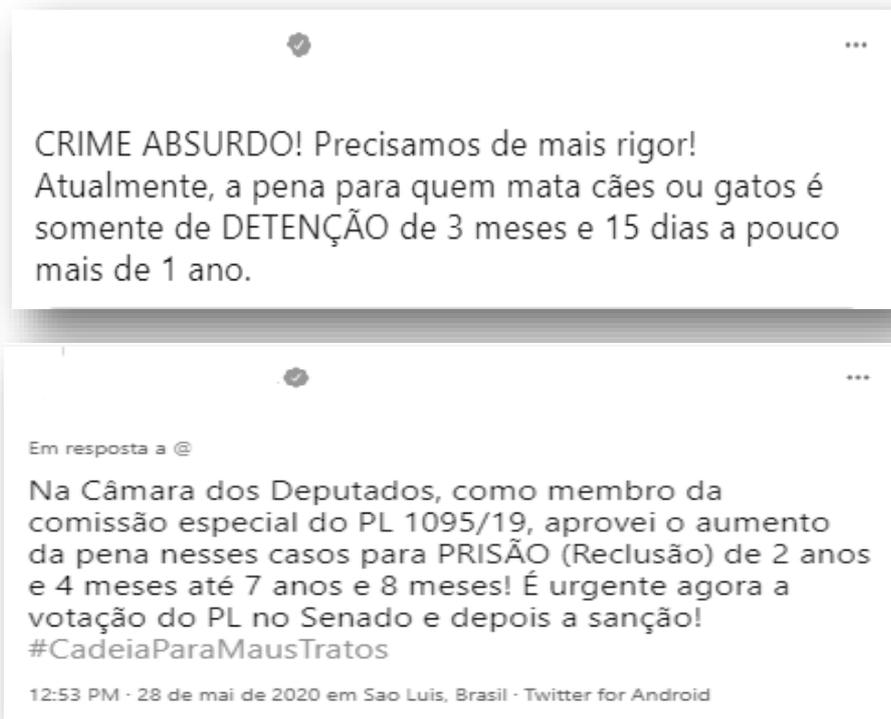
²¹ Disponível em: <http://leideincentivoacultura.cultura.gov.br/>. Último acesso em: 03/02/2021 as 23:14.

outros, e que estão em situação de vulnerabilidade por não poderem sair para vender pelas ruas, calçadas, lojinhas etc.

Diante das possibilidades discursivas demarcadas pelas condições de produção, bem como pelas marcas linguísticas presentes na materialidade discursiva, observou-se a presença do discurso de defesa da economia velado sob o aspecto discursivo de defesa da cultura maranhense, uma vez que a presença de elementos como operadores argumentativos apontam para uma suposta credulidade da importância da cultura para que ao fim prevaleça o aspecto econômico, sendo, pois, o termo “riqueza”, linha 1, significado para valor material, capital, e não num sentido subjetivo (importância cultural).

Encerradas as análises da publicação 02, apresentaremos a seguir a terceira publicação do parlamentar a ser analisada.

Publicação 03



Fonte: Screenshot (captura de tela) do *Twitter*, 28 de maio de 2020.

A publicação 03 trata do caso da chacina de gatos ocorrida em São Luís, capital maranhense, no dia 27 de maio de 2020. Segundo o *Jornal Pequeno*, em matéria online²², pelo

²² <https://jornalpequeno.com.br/2020/05/29/felinos-sao-achados-mortos-com-sinais-de-envenenamento-no-sitio-dos-gatos-em-sao-luis/> último acesso em 04/02/2021 as 00: 10.

menos seis gatos foram encontrados mortos com sinais de envenenamento num local denominado “Sitio dos gatos” que fica localizado nas imediações do Rio Bacanga, na Avenida Vitorino Freire, na Areinha, região central de São Luís. Na matéria, o jornal esclarece que essa não é a primeira chacina e que nos últimos dez anos pelo menos 700 gatos já foram assassinados e nenhuma providência foi tomada até aquela data.

O texto da publicação vem acompanhado de um vídeo narrado por um cuidador de animais de rua que em prantos mostra os felinos mortos pelo chão. Abaixo segue a transcrição da narração do vídeo e em seguida a transcrição da publicação.

Gente, oh qui (sic)! Eu já tô (sic) cansado de fazer vídeo com animais mortos aqui. Porque todo dia esse demônio vem matar os animais que a gente cuida. Um trabalho em vão porque a gente alimenta e quando chega eles estão mortos. Infelizmente a gente não têm o apoio de autoridades porque já tô (sic) cansado de fazer esses vídeos e ninguém dar importância. Os animais tão bonitos e gordo que eu alimento, aí eles vem e mata todo dia. (*Twitter*, 2020)
(Transcrição do autor).

Publicação 03 – Parlamentar 03

1 CRIME ABSURDO! Precisamos de mais rigor! Atualmente, a pena para quem
2 mata cães ou gatos é somente de DETENÇÃO de 3 meses e 15 dias a pouco mais
3 de 1 ano.
4 Na Câmara dos Deputados, como membro da comissão especial do PL 1095/19,
5 aprovei o aumento da pena nesses casos para PRISÃO (Reclusão) de 2 anos e 4
6 meses até 7 anos e 8 meses! É urgente agora a votação do PL no Senado e depois a
7 sanção! #CadeiaParaMausTratos

Fonte: *Twitter*, 28 de maio de 2020.

No texto da publicação 03, nota-se a presença de sintagmas que marcam a presença do discurso jurídico de forma mais incisiva na materialidade discursiva tais como: “pena”, “detenção” e “prisão”, entre outros.

O termo “pena” presente na linha 1, trata das consequências sofridas por quem comete um crime, ou seja, uma condenação, um castigo. A presença desse e de outros sintagmas do campo jurídico marcam a presença de uma FD jurídica do sujeito. No caso do sintagma “pena”, seu uso introduz no período um sentido de insatisfação em relação à lei vigente (naquele momento)²³ para quem comete o crime de maus-tratos a animais.

²³ O PL referido na publicação já foi sancionado pelo Presidente da República e se tornou a Lei nº 14.064 de 29 de setembro de 2020.

O sentido de insatisfação inferido em relação ao rigor da lei em vigência é corroborado pela presença do adverbio “somente”, linha 2, que introduz a pena prevista: “DETENÇÃO de 3 meses e 15 dias a pouco mais de um ano”. Não obstante, o período destacado, faz uma retomada ao texto jurídico em vigor naquelas condições de produção, ao art. 32 da Lei 9.605 de 1998.

A referida lei rege a penalidade para crimes contra animais, especificamente, no artigo 32 que dispõe sobre maus-tratos de animais:

Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, **domésticos** ou **domesticados**, nativos ou exóticos: Pena - detenção, de **três meses a um ano**, e multa (BRASIL, 2014, p. 11) (Grifo nosso).

Sendo a pena regida pelos §1º e §2º que afirmam respectivamente:

§1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos;

§2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal. (BRASIL, 2014, p. 11).

Dessa forma, o projeto de Lei que trata a publicação incidiu acréscimo no parágrafo primeiro, ficando acrescido o seguinte texto:

§ 1º-A Quando se tratar de **cão** ou **gato**, a pena para as condutas descritas no **caput** deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda (BRASIL, 2020, p. 04) (Grifo nosso).

Assim, a retomada discursiva ao texto jurídico, além de marcar a presença de uma FD discursiva jurídica, marca também um discurso de defesa de animais.

Outros elementos linguísticos presentes na publicação, demarcam pessoalidade no discurso do sujeito. A expressão “como membro da comissão”, linha 4, bem como o sintagma verbal “aprovei”, linha 5, demarcam subjetividade no discurso do sujeito criando um sentido de engajamento pessoal na causa animal. Assim, pode-se dizer que a presença de elementos linguísticos do campo jurídico e de subjetividade corroboram para a concretização do discurso em baila, uma vez que nas condições de produção dada e o papel de representação que o sujeito desenvolve, seria, assim, a posição acertada nessas circunstâncias.

É possível observar na materialidade discursiva o uso do recurso de escrita caixa alta nas linhas 1, 2 e 5. O uso desse recurso marca, nessas condições, ênfase de termos no discurso

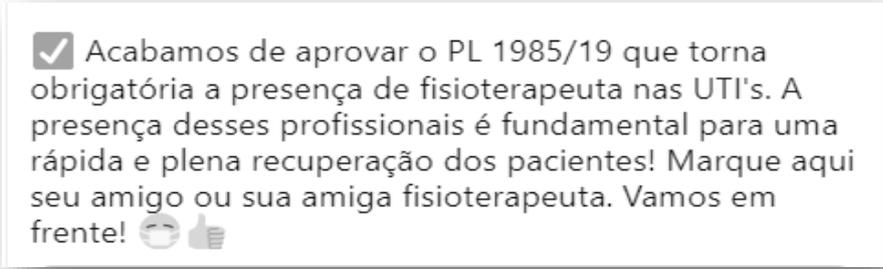
do sujeito, que por sua vez pode sugerir que o tom discursivo foi levantado como destaca Authier-Revuz (2004) e, nesses caso em particular, o uso dessa forma de heterogeneidade tem a finalidade discursiva de chamar a atenção do interlocutor para pontos específicos do discurso uma vez que a finalidade da produção discursiva é de tratar de um projeto de defesa de direitos de animais numa condição de produção específica: a chacina de gatos em praça pública.

Observou-se, nas análises dos elementos linguísticos presentes na publicação, que o sujeito se encontra numa dada posição, isto é, fala do seu lugar de parlamentar que lhe dá a autoridade, como diz Pêcheux (2014a), de dizer o que diz, ou seja, de dizer que aprovou o projeto de lei que prevê uma pena mais rigorosa para quem comete crime contra animais, principalmente cães e gatos como (confirmado pelo §1º -A da Lei 14.064/2020) descrito mais acima.

Por outro lado, pode-se notar ainda a presença da FD jurídica que, aparentemente é a FD dominante do discurso do sujeito, já que os elementos linguísticos presentes na materialidade discursiva assinalam o conhecimento jurídico do sujeito. Assim, nas condições de produção em que se inscreve a publicação, a FD jurídica que compõe o discurso do sujeito lhe garante propriedade para falar sobre leis, bem como dá certa credibilidade ao discurso, pois nessa conjuntura, o interlocutor (que lhe elegeu para representá-lo) observa-o como sujeito responsável e comprometido com as causas sociais, desenvolvendo, assim, o papel de representatividade para o qual foi eleito.

Finalizado as análises sobre a publicação 03, passaremos a apresentação e contextualização da próxima publicação.

Publicação 04



✓ Acabamos de aprovar o PL 1985/19 que torna obrigatória a presença de fisioterapeuta nas UTI's. A presença desses profissionais é fundamental para uma rápida e plena recuperação dos pacientes! Marque aqui seu amigo ou sua amiga fisioterapeuta. Vamos em frente! 🤝👍

Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 04 de junho de 2020.

A publicação 04 trata da aprovação do Projeto de Lei 1985/19 que dispõe sobre a permanência do profissional fisioterapeuta nos Centros de Terapia Intensiva - CTIS, adulto,

pediátrico e neonatal”. O PL foi aprovado na Câmara Federal e aguarda apreciação no Senado Federal. A publicação ressalta a importância do PL por permitir condições de trabalho mais consistente dos fisioterapeutas junto àqueles que necessitam do serviço, possibilitando, assim, que estes acompanhem de forma mais efetiva o quadro evolutivo dos pacientes. Em entrevista, a idealizadora do projeto justifica a importância do PL dizendo que:

a ausência de um fisioterapeuta em período de instabilidade ou intercorrência de um paciente crítico compromete a qualidade da assistência prestada. Diante da pandemia, essa situação encontra-se ainda mais necessária já que são esses profissionais que possuem a expertise para lidar com as intercorrências que a doença apresenta no sistema respiratório dos pacientes (MAGARETE COELHO, 2020, Cidadeverde.com)²⁴.

Nessas condições de produção que a publicação 04 foi realizada no *Twitter* pelo parlamentar, prosseguimos com as análises e transcrevemo-la abaixo.

Publicação 04 – parlamentar 03

- 1 Acabamos de aprovar o PL 1985/19 que torna obrigatória a presença de fisioterapeuta
- 2 nas UTI's. A presença desses profissionais é fundamental para uma rápida e plena
- 3 recuperação dos pacientes! Marque aqui seu amigo ou sua amiga fisioterapeuta. Vamos
- 4 em frente!

Fonte: *Twitter*, 04 de junho de 2020

Ao observar a publicação 04, infere-se que o propósito discursivo o é de comunicar aos interlocutores/profissionais da classe fisioterapeuta uma boa nova, isto é, uma medida que visa a permanência desses profissionais nas unidades de terapia intensivas. No entanto, é possível inferir, por meio de marcas linguísticas no texto, a presença de pelo menos dois discursos. O primeiro, aponta para a preocupação da garantia do paciente ter disponível um profissional para fazer seu acompanhamento 24 horas por dia. O segundo discurso aponta para a valorização dos profissionais fisioterapeutas que, a partir de sua presença constante nas UTIs, poderão acompanhar os pacientes de forma mais efetiva, bem como dar um certo grau de estabilidade para esses profissionais.

Na linha 1, o período “torna obrigatória a presença de fisioterapeutas nas UTI’s” traz o sintagma verbal “torna” que, conforme Koch (2018), produz um efeito de sentido de pressuposição, isto é, a presença da locução permite que o interlocutor compreenda que: (i) a

²⁴ <https://cidadeverde.com/noticias/325580/aprovado-projeto-que-exige-fisioterapeuta-em-tempo-integral-em-cti>
Último acesso em 04/02/2021 as 14:47.

presença de fisioterapeutas nas UTIs não é uma realidade constante, uma vez que o profissional cumpre um determinado horário, atende os pacientes e se ausenta, voltando, pois, em outro dia; (ii) a presença de fisioterapeutas passará a ser constante, ou seja, mesmo finalizando o período de estadia de um fisioterapeuta na UTI, outro assumirá seu lugar, uma vez que essas unidades contarão com a presença dessa classe de profissionais 24 horas por dia. Dessa forma, podemos dizer, fundamentados em Koch (2018), que o sintagma verbal “torna”, linha 1, é um marcador de pressuposição que permite que conteúdos que ficam à margem da dicursão possam ser introduzidos e trazidos para o discurso. Neste caso em específico, esse marcador de pressuposição permite ao interlocutor a inferência desses dois sentidos.

Ainda, considerando o período “Acabamos de aprovar o PL/1985/19 que torna obrigatória a presença de fisioterapeutas nas UTI’s”, linha 1, podemos observar a presença do discurso de garantia de direito ao atendimento fisioterapêutico que nessas condições de produção dada, pode salvar a vida do paciente, uma vez que, além de atender um paciente que dá entrada na UTI, está presente também para uma eventual emergência que possa ocorrer com os pacientes já presentes, ficando, assim, garantido o direito de atendimento por um profissional especializado.

A presença desse discurso é intensificada pelo uso de qualificadores como “fundamental, rápida e plena”, linha 2, que corrobora à importância da presença de fisioterapeutas para a recuperação de pacientes. Nesse sentido, esse discurso se porta como um discurso de garantia do direito à saúde regido pelo Art. 196 da CF 88.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à **redução do risco de doença e de outros agravos** e ao acesso universal e igualitário às ações e **serviços para sua promoção, proteção e recuperação** (BRASIL, 2020, p. 104) (Grifo nosso).

Assim, podemos dizer que os qualificadores destacados anteriormente na publicação fazem uma retomada discursiva. Nessas condições de produção, ao artigo 196 da CF acima destacado, de modo especial às expressões em destaque que remetem aos benefícios que se pode ter quando o direito à saúde é garantido pelo poder público.

O que apontamos aqui como o segundo discurso presente na publicação é a valorização dos profissionais da fisioterapia. A aprovação do PL faz com que o fisioterapeuta possua uma estabilidade num local de trabalho e possa acompanhar seus pacientes da forma mais eficiente possível, mesmo tendo uma limitação de horas a serem trabalhadas por semana, 30 horas como está disposto na lei nº 8.856 de 1º de março de 1994. No sentido estabelecido pelo PL, o

profissional não ficará limitado a apenas atendimento de sessões, mas a um plantão de 24 horas que faz com ele possa atender pacientes que dê entrada no hospital ou uma emergência dos que já estão ali. Não obstante, a possibilidade de tirar um plantão de 24 horas, por exemplo, evita que o profissional tenha desgaste físico para ter uma remuneração melhor, fazendo assim com que esses profissionais sejam valorizados.

Por último podemos inferir a presença das expressões “Marque aqui” e “Vamos em frente”, linhas 3 e 4, nas quais se nota o uso de verbos no modo imperativo. O uso desse elemento linguístico permite que seja inferida uma tentativa de aproximação entre o sujeito e seus interlocutores. Pode-se dizer também, nessas condições de produção, que o sujeito busca apoio da categoria no ambiente digital para que o projeto tenha visibilidade diante de seus pares. Outrossim, a expressão “vamos em frente” denota o engajamento do sujeito para a aprovação do projeto, marcando também um certo território, bem como a FD parlamentar no que diz respeito ao papel representativo que desenvolve.

De modo geral, podemos afirmar que as marcas linguísticas presentes na publicação 04 apontam para a presença do discurso de garantia de direito à saúde e defesa dos direitos trabalhistas focado pela valorização dos fisioterapeutas. Para tanto, o discurso presente na publicação é o discurso jurídico que versa sobre direitos e garantias no âmbito da saúde.

Dito isso, apresentaremos a seguir a quinta publicação do Parlamentar 03 e em seguida, prosseguiremos com sua análise.

Publicação 05



Fonte: Screenshot (captura de tela) do *Twitter*, 09 de junho de 2020.

Em 2020, o tema saúde pública foi versado com grande frequência por causa da pandemia da COVID19. Nesse sentido, sendo, o Estado como responsável pela sua manutenção, o não cumprimento das leis em vigência, bem como o desvio de verbas destinadas ao combate da pandemia é inadmissível. Nesse sendo, a publicação 05 trata da operação realizada pela Polícia Federal para investigar suspeita de fraude na compra de 320 mil máscaras. A investigação aponta para o superfaturamento na compra das máscaras pela Secretaria Municipal de Saúde de São Luís. Considerando que a aquisição se deu por um valor muito acima da média nacional (de R\$ 3,17 e foram compradas por R\$ 9,90 cada unidade) sendo um superfaturamento na casa dos R\$ 2.306.600,00 segundo os cálculos da PF²⁵.

Nesse contexto, passaremos à transcrição do texto da publicação para seguirmos com as análises pertinentes.

Publicação 05 – Parlamentar 03

- 1 É inacreditável! O que mais precisamos agora é a correta aplicação dos recursos da saúde.
- 2 Que os fatos sejam devidamente apurados e os responsáveis punidos.

Fonte: *Twitter*, 09 de junho de 2020.

Na publicação, observa-se a presença de marcas linguísticas que apontam para o discurso de defesa de direitos, especificamente o direito à saúde. Inicialmente, por meio da expressão “É inacreditável!”, linha 1, nota-se um tom de indignação do sujeito com a situação desencadeada pela operação da Polícia Federal que era o desvio de verbas públicas do combate à pandemia.

O termo “inacreditável” traz, nessas condições de produção, o sentido de incredulidade do sujeito sobre o fato ocorrido, isto é, a coragem agentes públicos têm de desviar recursos que podem salvar vidas. O sentido é reforçado pelo contexto crítico da pandemia que torna inconcebível tal atitude (mesmo nunca sendo, em momento algum).

Prosseguindo, o período “O que mais precisamos agora é a correta aplicação dos recursos da saúde”, linha 1, marca a presença da FD jurídica do sujeito, uma vez que o período possui sintagmas significativos para que se infira a defesa do direito à saúde pública de qualidade. Não obstante, pode-se dizer que o sujeito se encontra no campo discursivo político e que há a admissibilidade de que a corrupção está alastrada no meio “público-político” (por assim dizer). Nota-se, pois, uma certa ênfase para o acontecimento em plena pandemia. Dessa

²⁵ <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2020/06/09/operacao-da-policia-federal-investiga-desvio-de-verbas-publicas-da-saude-em-sao-luis-e-sao-jose-de-ribamar.ghtml> Último acesso em 04/02/21 as 16:33.

forma, a defesa da correta aplicação de recursos no combate à pandemia, cria uma expectativa no interlocutor de que o sujeito, de fato, está desempenhando o papel de representatividade para o qual foi designado. Tais sentidos inferidos ainda é corroborado pelo período “Que os fatos sejam devidamente apurados e os responsáveis punidos”, linha 2.

A imagem que acompanha o texto da publicação é uma manchete jornalística sobre a operação da PF em São Luís. O uso desse recurso, nessas condições de produção, pode ser entendido como uma referência discursiva a outras operações realizadas para combater a corrupção no Brasil como a Lava a Jato, Petrolão, Mensalão, etc. O uso da manchete possibilita ainda que a memória discursiva dos interlocutores seja ativada e traga à tona outras operações que foram realizadas pela PF para investigar desvio de dinheiro da saúde pública, a “operação Covidão” (operação que investigou desvio de verbas destinadas ao combate da COVID19), sendo, pois, essa operação da PF em São Luís, um de seus desdobramentos. Assim, diante do exposto, pode-se afirmar que o discurso presente na publicação 05 é o discurso de defesa do direito à saúde pública violado por ato de corrupção por parte daqueles que deveriam aplicar corretamente as verbas destinada ao combate do coronavírus.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No decorrer das análises, podemos identificar marcadores linguísticos importantes na produção de sentidos nas publicações do Parlamentar. Entre esses, o uso de vocativos, operadores argumentativos, marcas de subjetividade, etc., por meio dos quais podemos chegar aos discursos presentes nas publicações. Em síntese, identificamos nas publicações analisadas a presença de discursos como: discurso de garantia de direitos, à saúde pública de qualidade, discurso de defesa da economia, discurso de defesa da cultura, defesa dos animais, etc.

Ao relacionarmos as cinco publicações analisadas, é possível observar a presença de pelo menos uma regularidade discursiva, ou seja, é possível notar nas publicações a presença de um discurso comum, discurso jurídico de garantia de direito que versa sobre a assistência básica humana e/ou animal. Assim, podemos afirmar que o discurso de garantia de direitos é o discurso mais incisivo nas publicações do Parlamentar 03.

Finalizada as considerações sobre as publicações do Parlamentar 03, passaremos, a seguir, à descrição da Parlamentar 04 e suas publicações.

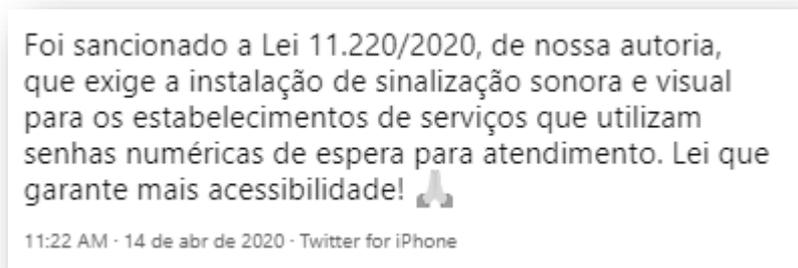
Parlamentar 04

A Parlamentar 04 possui graduação em Serviço Social que através dessa formação desenvolveu trabalhos importantes que lhe rendeu convite à disputa da cadeira do Poder Executivo da cidade de Centro do Guilherme – MA, sendo eleita em 2008 e reeleita com 82% dos votos. Em 2018 pleiteou uma vaga na câmara dos deputados do Maranhão tendo êxito como a deputada mais bem votada.

Neste trabalho, analisamos 05 publicações da Parlamentar postadas na rede social *Twitter* entre os meses de abril e junho de 2020 no contexto da Pandemia da COVID19 e pré-campanha das eleições municipais de 2020. Dessa forma, trazemos inicialmente as publicações (*screenshot/captura de tela*) do *Twitter* e, em seguida, descrevemo-las para proceder com as análises.

Descrita a parlamentar 04, passaremos a contextualização e descrição da sua primeira publicação a ser analisada.

Publicação 01



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 14 de abril de 2020.

A publicação 05 trata da sanção da Lei 11.220/2020 que possibilita a acessibilidade de pessoas com deficiência a estabelecimentos que utilizam senhas numéricas como forma de organização e espera de atendimento. A temática abordada tem sido debatida com frequência nos últimos anos no Brasil. No que diz respeito à acessibilidade, o país ainda engatinha para proporcionar aos seus cidadãos com comorbidades físicas, intelectuais e visuais condições que lhes favoreçam uma maior autonomia e independência. Mesmo já existindo leis que definem o que é uma pessoa com deficiência como a Lei Brasileira de Inclusão (LIB) (Lei 13.146 de 06 de julho de 2015) que em seu Art. 2º define

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.²⁶

Mesmo com leis de inclusão como a supracitada, é possível encontrar estabelecimentos que não garantem aos usuários portadores de deficiência um ambiente em que possam acessar sozinhos sem ajuda de terceiros. Diante do exposto, a lei 11.220/2020 tem por objetivo garantir a ampliação da acessibilidade das pessoas com deficiência auditiva e visual. A referida lei obriga estabelecimentos a dar as condições de acessibilidade necessárias às pessoas com deficiência, ou seja, implantar nos ambientes sinalização sonora e visual que permitam que as pessoas com deficiências consigam se orientar. Segundo a lei é necessário que a senha seja impressa no sistema braile, garantindo assim “mais acessibilidade”.

Para dar prosseguimento com a análise, transcrevemos abaixo o texto da publicação.

Publicação 01 – Parlamentar 04

- 1 Foi sancionado a Lei 11.220/2020, de nossa autoria, que exige a instalação de sinalização
- 2 sonora e visual para os estabelecimentos de serviços que utilizam senhas numéricas de
- 3 espera para atendimento. Lei que garante mais acessibilidade!

Fonte: *Twitter*, 14 de abril de 2020

No texto, podemos observar a presença de elementos linguísticos que marcam a presença do discurso jurídico. Na linha 1, o uso verbo “sancionado” para se referir à lei criada pelos parlamentares maranhenses obrigando estabelecimentos se adequarem à realidade dos deficientes se constitui como um elemento linguístico que marca um posicionamento do sujeito frente ao tema em questão.

Nesse contexto, podemos dizer então que, além de se apresentar como uma marca do discurso jurídico, o termo permite que se infira a FD parlamentar presente na constituição do discurso, já que é papel do político criar leis e estudar as condições sociais da população para que políticas públicas possam ser desenvolvidas, assim, a referida FD reforça a FI do sujeito, pois conforme Pêcheux ([1975]2014a), a posição que o sujeito ocupa nessa conjuntura determina um estado de luta de classe, representado neste caso como luta em favor da classe de pessoas com deficiência.

²⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm último acesso em 05/02/2021 as 23:11.

Por outro lado, o termo “sancionado”, quando posto no campo semântico, significa “obrigar”, “impor”. Nesse sentido, a força da lei será imposta para que deficientes tenham acessibilidade a estabelecimentos. Esse efeito de sentido é reforçado pela presença do verbo “exigir” que significa impor algo, ordenar. Assim, na força da lei, estabelecimentos terão que instalar sinalização sonora e visual para atender esse público em específico. Dessa forma, a FI social do sujeito fornece na sua realidade evidências e significações já experimentadas.

Observa-se ainda a presença de marca de subjetividade na materialidade discursiva em análise. Na linha 1, o pronome possessivo “nossa” se constitui como uma marca de subjetividade que cria um sentido de engajamento do sujeito-parlamentar e de seus pares na criação de mecanismos que garantam que direitos adquiridos sejam executados. Outrossim, a marca de subjetividade corrobora para a concretização do discurso em baila, garantia de direito a acessibilidade social.

Diante do exposto, pode-se observar a presença do discurso jurídico voltado para a garantia de direitos da pessoa com deficiência, marcado principalmente por sintagmas ligados ao campo jurídico como “sancionado, lei, exigir” e da marca de subjetividade por meio do pronome possessivo “nossa” demarcando o grau de engajamento do sujeito-parlamentar na causa. Ademais, podemos observar a presença de uma FD sobre acessibilidade marcada no último enunciado do *twitte* “Lei que garante mais acessibilidade”, sendo, pois, essa FD um elemento constitutivo da formação ideológica social do sujeito. E na qual é materializada pelo discurso de assistência às pessoas menos favorecidas de atendimento especial.

Para tanto, os elementos linguísticos presentes na materialidade discursiva permitem que se infira um certo grau de sensibilidade do sujeito em relação às pessoas com deficiências auditiva e visual. Não obstante, considerando Koch (2018), permite-se pressupor que o sistema de atendimento comercial como um todo é falho, sendo, pois, necessário que seja aplicada a força da lei para que direitos sejam resguardados. Daí a necessidade de se criar o referido projeto de lei.

Tendo finalizado as considerações sobre a publicação 01, a seguir, passaremos à apresentação e descrição da publicação 02, realizada em 28 de abril de 2020 pela Parlamentar 02.

Publicação 02

Quando falamos de Educação, estamos falando do futuro dos nossos filhos, da nossa sociedade e de nós mesmos. Por isso, é essencial ter o ensino de qualidade como um projeto pensado com muito carinho. É preciso equilibrar uma gestão eficiente com um olhar cuidadoso para Educação.

Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 28 de abril de 2020.

A publicação 02 trata da educação como um fator crucial para o futuro das crianças e da sociedade como um todo. Ressalta-se a importância da educação no contexto do dia Internacional da Educação, 28 de abril. Nesse contexto, a publicação 02, de 28 de abril de 2020, marca 19 anos desde que 164 países, entre eles o Brasil, comprometeram-se com o desenvolvimento da educação. O compromisso selado no Fórum Mundial de Educação em Dakar, Senegal, vai até 2030. A missão brasileira da educação é combater o analfabetismo absoluto e funcional melhorando a qualidade da alfabetização no país²⁷.

Abaixo, transcrevemo-la para prosseguirmos com as análises pertinentes.

Publicação 02 – Parlamentar 04

- 1 Quando falamos de Educação, estamos falando do futuro dos nossos filhos, da nossa
- 2 sociedade e de nós mesmos. Por isso, é essencial ter o ensino de qualidade como um
- 3 projeto pensado com muito carinho. É preciso equilibrar uma gestão eficiente com um
- 4 olhar cuidadoso para Educação.

Fonte: *Twitter*, 28 de abril de 2020

Ao observar a materialidade discursiva, podemos notar a presença de elementos linguísticos como advérbios de tempo, sintagmas verbais no gerúndio, etc., que demarcam um tom de personalidade no discurso do sujeito. Na linha 1, pode ser observada a presença da expressão “Quando falamos de Educação” que é um tipo de expressão usada frequentemente nos discursos políticos em palanques etc. para chamar a atenção do público, mas nesse caso em

²⁷ <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/47561-dia-mundial-da-educacao#:~:text=Naquele%2028%20de%20abril%20de.com%20compromissos%20firmados%20at%C3%A9%202030>. Último acesso em 06/02/21 as 15:53.

específico, o uso da expressão utilizando o advérbio de tempo “quando” remete para um discurso de seriedade à educação. O uso dessa expressão é imprescindível para a construção de sentido na produção discursiva nas condições de produção em questão.

A presença da referida expressão marca no discurso do sujeito uma concepção de educação que, por sua vez, marca uma FD ligada à família, pois as orações seguintes trazem elementos linguísticos (nossos filhos, linha 1) que acentua a posição-sujeito no âmbito familiar e não necessariamente numa FD parlamentar. Não obstante, a expressão “Quando falamos em Educação” aponta que o sujeito possui uma concepção de educação como um instrumento capaz de mudar a vida das pessoas.

No enunciado seguinte “**estamos falando** do futuro de nossos filhos”, linha 1, a locução em destaque busca, na produção discursiva, incluir o sujeito no discurso de forma que o objetivo da prática discursiva ganhe credibilidade do interlocutor. Tal inclusão, é reforçada pelo uso repetitivo do pronome possessivo “nosso”, bem como o uso da expressão “nós mesmos”, linhas 1 e 2 respectivamente. Por outro lado, tendo em vista a concepção de educação do sujeito apontada anteriormente, podemos inferir que o uso dos elementos linguísticos acima destacados aponta ainda para a presença de um discurso romantizado de que a educação é uma coisa fundamental para que a sociedade seja melhor e deve ser priorizada na vida das crianças e merece ser pensada com carinho.

Prosseguindo, podemos inferir, por meio do período “futuro de nossos filhos, da nossa sociedade, e de nós mesmos” linhas 1 e 2, a presença de um interdiscurso, ou seja, um discurso que atravessa e põe em conexão entre si elementos discursivos constituídos de uma FD dada (PÊCHEUX, [1975]2014a). A FD familiar, isto é, o sujeito na modalidade do “como se” coloca no momento discursivo no lugar de quem escuta (idem), neste contexto, de milhares de pais de família que sonham com uma educação de qualidade para seus filhos. Daí, pode-se dizer que temos a presença de interdiscurso do período destacado acima como o dito popular “As crianças são o futuro da nação”.

É válido ressaltar que o dito popular pode se configurar como argumento na produção discursiva do sujeito, uma vez que no contexto escolar é usado para encorajar os alunos a seguirem os estudos. Assim, nessas condições de produção, o foco dado à importância da educação esteja presente para convencer a todos que a educação é o meio mais eficiente para se ter um futuro bom para todos.

Outra marca linguística presente na publicação são os operadores argumentativos. Observamos na linha 2, a presença do operador argumentativo “por isso” com a finalidade de adicionar um argumento essencial para sustentar o seu discurso. Considerando os pressupostos

de Koch (2018), o operador argumentativo, nesse contexto, cria um sentido de consequência caso não se tenha um ensino de qualidade e planejado, ficando, pois, o futuro das crianças, da sociedade e nosso, comprometido.

Outro elemento linguístico que surge nas condições de produção em baila é o operador argumentativo “é preciso”, linha 3, usado para levar o interlocutor à conclusão de que a educação deve ser tratada com seriedade, bem como esta deva ser um pilar central para uma gestão pública eficiente. Outrossim, o operador permite que o sujeito leve, segundo Koch (2018), para uma conclusão já esperada desde o início, a importância de educação, validando, assim, o discurso de defesa da educação dentro de uma campanha eleitoral como um sinônimo de prosperidade e mudança de vida e da sociedade.

Ainda no último período, reafirma-se a presença da FD ligada à família pela qual se nota a concepção de eficiência da educação no desenvolvimento das crianças e jovens para o mercado de trabalho e dos negócios, por exemplo. E da FD parlamentar na qual pauta a qualidade da educação como um mecanismo capaz de mudar a realidade da sociedade.

Destarte, podemos afirmar que o discurso que se verifica na publicação 02 é o discurso de defesa da educação como uma via de saída para aqueles mais desvalidos que fazem uso da educação pública e assim se sobressair do modo de vida que leva e futuramente mudá-la e ser uma pessoa bem-sucedida.

Diante do exposto, e tendo finalizado as considerações sobre a publicação 02, passaremos, a seguir, a apresentação da publicação 03.

A defesa de direito à educação é uma bandeira válida e se torna mais preciosa quando se trata de ter a Mulher na escola. Nos últimos anos, temos visto estourar movimentos de mulheres para ter acesso à escola pelo mundo. Um exemplo é a garota Malala Yousafzai que se tornou símbolo de resistência e apoio às mulheres que querem ter acesso à educação. Contudo, não somente a educação tem sido um desafio, mas ingressar nos diversos setores da sociedade. Segundo o Instituto UP date, na política, somente 15% das mulheres ocupam cargos de tomada de decisão no Brasil, uma média bem abaixo da mundial que é de apenas 24%.²⁸.

²⁸ https://www.institutoupdate.org.br/2020/12/09/eleitas-mulheres-na-politica/?gclid=Cj0KCOiAmfmABhCHARIsACwPRAD-yK62gQCj_sJnxZxIgaPAb-Wgx1wRyBIYxHdIpdJjBNBS8YcPBSkaAjEBEALw_wcB. Último acesso em 06/02/2021 as 19:58.

Publicação 03

Exemplo de trabalho na Europa, Angela Merkel se destaca muito no combate ao coronavírus em uma região tão afetada no início da pandemia. Logo no princípio da crise causada pela covid-19, demonstrou força e rapidez, além de falar com clareza para população.

#AForçaDoCoração

Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 20 de maio de 2020.

O texto da publicação 03 é tratado a exaltação da figura da mulher na política, principalmente nas tomadas de decisões, representada nesta publicação pela chanceler alemã Angela Merkel, exemplificada pela sua atuação como líder frente à pandemia da COVID19 na Alemanha. A chanceler foi eleita em 2017 pela revista FORBS²⁹ como a 1ª mulher mais poderosa do mundo. Em 2020 a Merkel se destacou pelas decisões que tomou para proteger o seu povo na pandemia. Dito isso, passaremos à transcrição da publicação para prosseguirmos com as análises.

Publicação 03 – Parlamentar 04

- 1 Exemplo de trabalho na Europa, Angela Merkel se destaca muito no combate ao
- 2 coronavírus em uma região tão afetada no início da pandemia. Logo no princípio da crise
- 3 causada pela covid 19, demonstrou força e rapidez, além de falar com clareza para
- 4 população. #AForçaDoCoração

Fonte: *Twitter*, 20 de maio de 2020

Pode-se observar na materialidade discursiva a presença de elementos linguísticos importantes na construção do discurso do sujeito. Como já contextualizado, podemos dizer, *a priori*, que é possível demarcar a presença do discurso de defesa da mulher por meio do enaltecimento da chanceler alemã. No entanto, prosseguiremos às análises para confirmarmos ou não esse discurso por meio das marcas linguísticas presentes na publicação.

Primeiramente, podemos observar a presença de sintagmas verbais seguido de intensificadores como na expressão “se destaca **muito**”, linha 1, e de advérbio como na expressão “uma região **tão** afetada”, linha 2. A presença desses elementos linguísticos apontam

²⁹ <https://forbes.com.br/listas/2017/11/25-mulheres-mais-poderosas-da-politica-em-2017/>. Último acesso em 06/02/2021 as 20:08

para o enaltecimento do papel desenvolvido por Merkel no combate à pandemia. Não obstante, considerando Pêcheux ([1975]2014b), no que diz respeito às condições de produção do discurso, a presença desses elementos linguísticos reforça a defesa da participação da Mulher na política, uma vez que em pesquisas recentes mostram que as mulheres podem ser mais eficientes em cargos de líder do que os homens. Segundo a BBC³⁰, os países liderados pelas mulheres tiveram mais sucesso em estratégias de combate à pandemia do que os países liderados por homens. Apesar de serem poucas, nas eleições que ocorreram em 154 países no ano de 2018, apenas 10 mulheres foram eleitas. Elas mostraram capacidade de governar em meio ao caos gerado pela pandemia.

Prosseguindo, podemos observar o uso dos qualificadores “força e rapidez” para caracterizar a gestão da chanceler, bem como a honestidade (tratar os acontecimentos com clareza) que Merkel teve com a nação alemã. Dessa forma, é válido afirmar que o sujeito numa FD parlamentar é interpelada ideologicamente na luta de classe, isto é, a luta da mulher para ocupar cargos que majoritariamente são ocupados por homens, assim, o sujeito se mostra dominado pela FD social que é a FD que o constitui como sujeito do discurso.

Na baila do enaltecimento da figura de Angela Merkel, observa-se na linha 2, o uso do substantivo “princípio” que significa “primeiro, antes de outro”, que destaca a ação da chanceler na atuação de combate à COVID19, uma ação tomada pela maioria das governantes mulheres do mundo. A presença desse elemento linguístico possibilita ainda o entendimento de que Merkel tomou decisões rápidas diante de uma crise iminente. Tal efeito de sentido é corroborado no período “demonstrou força e rapidez”, linha 3, sustentando, pois o discurso de que a mulher é capaz e que pode dividir o mesmo espaço que os homens.

Outro elemento linguístico importante para a construção do sentido na publicação é o operador argumentativo “além de” que, segundo Koch (2018, p. 33), soma um argumento a favor de uma mesma conclusão, assim, podemos dizer que a presença desse operador leva o interlocutor à conclusão de que a Mulher tem grande capacidade de comando e, neste caso em particular, o operador introduz o argumento de que Angela Merkel foi eficiente no gerenciamento da pandemia em seu país sem a necessidade de esconder informações.

Ademais, o operador além de trazer a ideia de adição, introduz um argumento pautado no qualificador “clareza”, linha 3, que nestas condições de produção é muito importante, uma vez que muitos governantes do sexo masculino não fizeram ou não conseguiram ser. Dessa

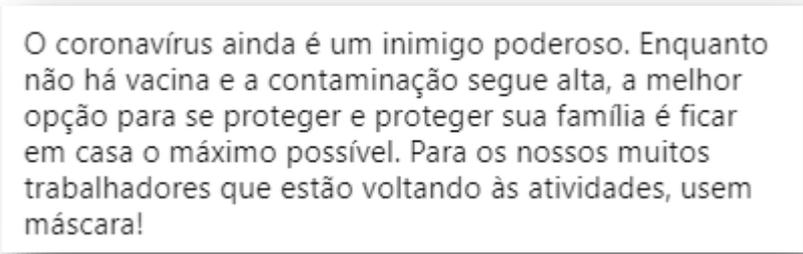
³⁰ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52376867>. Último acesso em 06/02/2021 as 23:11

forma, é seguro dizer que o discurso presente na publicação 03, trata-se do discurso de defesa do direito da mulher na política.

Finalizada as análises da publicação 03, passaremos à apresentação da próxima publicação da Parlamentar 04 a ser analisada.

No Brasil, especificamente no Maranhão, a situação acometida pela pandemia foi bastante crítica. Sendo o primeiro estado no país a decretar lockdown, o Maranhão passou pelo menos 12 dias com medidas restritivas rígidas. As medidas foram mais severas nas cidades que fazem parte da Grande Ilha (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa). A medida tinha como objetivo de controlar o avanço do vírus. Nesse contexto, a Parlamentar 04 tuita a seguinte publicação em 26 de maio de 2021.

Publicação 04



O coronavírus ainda é um inimigo poderoso. Enquanto não há vacina e a contaminação segue alta, a melhor opção para se proteger e proteger sua família é ficar em casa o máximo possível. Para os nossos muitos trabalhadores que estão voltando às atividades, usem máscara!

Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 26 de maio de 2020.

A publicação trata do fim do período de lockdown na capital maranhense ressaltando a letalidade do vírus; advertindo a inexistência de vacina e ainda frisando que a taxa de contaminação pelo vírus ainda é crescente. No bojo da publicação, também é ressaltado a retomada das atividades por aqueles que não têm como se manter, aconselhando-se ainda a tomada de medidas de segurança necessárias como o uso de máscara, álcool, etc. A publicação se dá num momento de preocupação com novos casos de COVID19, pois no dia precedente à publicação, 26 de maio de 2020, foram registrados 1867 novos casos em 24 horas.

Para darmos seguimento as análises, transcrevemos abaixo a publicação.

Publicação 04 – Parlamentar 04

- 1 O coronavírus ainda é um inimigo poderoso. Enquanto não há vacina e a contaminação
- 2 segue alta, a melhor opção para se proteger e proteger sua família é ficar em casa o
- 3 máximo possível. Para os nossos muitos trabalhadores que estão voltando às atividades,
- 4 usem máscara!

Fonte: *Twitter*, 26 de maio de 2020

No contexto de pandemia, ainda “recente” a chegada do coronavírus ao Maranhão, logo após o lockdown, houve uma certa preocupação com as pessoas que precisavam voltar ao trabalho. Assim, podemos observar a presença de elementos linguísticos que marcam o discurso do sujeito na publicação.

Na linha 1, a presença do advérbio de tempo “ainda” cria o sentido de que o vírus é novo e diferente de muitos outros vírus, como o da gripe. Não se tem uma vacina para imunizar as pessoas para que elas possam circular normalmente. O uso do advérbio, de certa forma, busca transmitir um sentimento de esperança, uma vez que ao considerar que o vírus seja novo, dar-se a entender que com o tempo a solução será encontrada, isto é, um imunizante que consiga deter o vírus.

A presença da conjunção “enquanto”, linha 1, produz um efeito de sentido de tempo que levará entre o momento atual e a criação de uma vacina aconselhando as pessoas a não relaxarem com as medidas sanitárias em vigor, pois o lockdown em si evita a propagação, mas as pessoas é que são as reais responsáveis em conter o vírus, ou seja, manter as medidas sanitárias, evitar sair, etc. tudo isso ajudará no enfrentamento do vírus. Considerando ainda a presença da conjunção, é válido acrescentar o sentido causado pelo seu uso no período “Enquanto não há vacina”, linha 1, pode-se inferir que o sujeito assume uma posição favorável ao uso de vacinas para o combate de doenças, ou seja, um discurso pró-vacinas.

Considerando o período seguinte “e a contaminação segue alta” como um argumento para que os cuidados necessários sejam tomados, pode-se observar a presença do operador argumentativo “a melhor”, linha 2, que conforme Koch (2018), introduz uma alternativa como correta, isto é, a melhor decisão a ser tomada frente a pandemia “ficar em casa”, assim, podemos dizer que o sujeito considera o isolamento social a medida mais eficiente, uma vez que não se tem vacinas para imunizar a população.

Observamos, ainda, a presença de marcas linguísticas que corroboram a presença do discurso de combate à pandemia. Nas linhas 2 e 4, nota-se a presença das expressões “fique em casa e use máscara”, que se tornaram frequentes no discurso de combate à pandemia da COVID19. O uso dessas expressões trazem ainda um efeito de sentido voltado para o temor do desconhecido, uma vez que ficar em casa e usar máscara pode ser compreendido como uma forma de se esconder de uma ameaça.

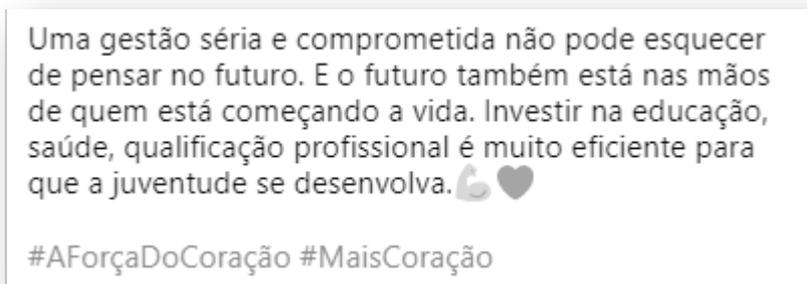
Retomando a linha, 3, observa-se a presença de uma marca de subjetividade discursiva por meio da presença do pronome possessivo “nossos” que provoca um sentido de tomada de aproximação entre o sujeito e os interlocutores, já que nesse período se pode observar um aconselhamento para que quem realmente precisa trabalhar use máscara. Outrossim, a presença

dessa marca linguística marca no discurso do sujeito um grau de comprometimento e até mesmo um posicionamento de assistência, pois parece se mostrar preocupado com o bem-estar daqueles que representa, em especial daqueles que necessitam trabalhar.

Diante da análise realizada, podemos dizer que o discurso presente na publicação 04 está voltado para a assistência, isto é, orientação do interlocutor para sobressaírem-se diante das inconveniências causadas pela COVID19.

Tendo, pois, finalizado as considerações sobre a publicação 04, passaremos, a seguir, à apresentação da quinta publicação da Parlamentar 04, realizada em 01 de junho de 2020.

Publicação 05



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 01 de junho de 2020.

Tuitada em 01 de junho de 2020, a publicação 05 se dar no contexto da pré-campanha das eleições municipais e trata de como uma gestão pública deve ser. Assim, é destacado no texto qualidades que devem ser prezadas numa gestão, por exemplo, ter visão de futuro, séria, fazer investimentos, etc. Além disso, é importante sintetizar que tal acontecimento discursivo se dá no período da pandemia, tornando assim, os dizeres mais significativos. Dito isso, abaixo segue a transcrição da publicação 05.

Publicação 05 – Parlamentar 04

- 1 Uma gestão séria e comprometida não pode esquecer de pensar no futuro. E o futuro
- 2 também está nas mãos de quem está começando a vida. Investir na educação, saúde,
- 3 qualificação profissional é muito eficiente para que a juventude se desenvolva.
- 4 #AForçaDoCoração #MaisCoração

Fonte: *Twitter*, 01 de junho de 2020

Por se tratar de um período ligado à campanha eleitoral, percebemos que a forma de se pronunciar muda em relação a outras publicações do sujeito-parlamentar anteriormente analisadas que envolvem outras condições de produção. Contudo, tal acontecimento não compromete o olhar sobre as marcas discursivas do sujeito. Assim, tendo como ponto inicial de nossa análise as condições de produção que envolve a publicação, passaremos a destacar os elementos linguísticos presentes na materialidade discursiva que, por sua vez podem demarcar o discurso do sujeito.

Primeiro, é preciso considerar que o sujeito se encontra no campo discursivo político, que como considera Maingueneau (1997), é um jogo de equilíbrio instável constituído por um conjunto de FD, assim, pode-se notar que mesmo numa FD parlamentar o sujeito é interpelado por uma FI social que, nestas condições de produção, caracteriza o discurso de campanha eleitoral. Assim, podemos observar a presença de elementos linguísticos que visam influenciar, convencer o público, ou seja, trazem evidências de promessas de campanha, mesmo que de maneira não explícita. Ademais, a linearidade de ideias corrobora na construção dos efeitos de sentido da produção discursiva do sujeito que busca persuadir seus alocutários.

Prosseguindo, podemos notar o uso dos qualificadores “séria e comprometida”, linha 1, para se referir ao que o sujeito considera que deva ser uma gestão. Contudo, tal efeito de sentido provocado pelos qualificadores, bem como as condições de produção em voga, é possível inferir, conforme pressupõe Koch (2018), que o sujeito pressupõe que a atual gestão não preza por essas qualidades na gestão pública, assim, como uma forma de argumentar diante dos seus interlocutores/eleitores, o sujeito-parlamentar busca mostrar que é responsável e que tem um projeto de gestão a ser executado, sendo, pois, esse argumento corroborado pela expressão “pensar no futuro”, linha 1.

Na publicação ainda é possível notar uma retomada ao texto da publicação 02, aqui analisado, que trata da educação como futuro. Essa retomada é realizada por meio da expressão “pensar no futuro”, linha 1, e pelo enunciado “Investir em educação, saúde, qualificação profissional”, linhas 2 e 3. Dessa forma, podemos dizer que o discurso em baila é marcado pela visão democrática de gestão pública baseada nos pilares saúde, educação e qualificação profissional.

Outro elemento linguístico presente na publicação 05 é o uso da *hashtag*, que como pontua Paveau (2013), é uma forma de construção linguística essencialmente virtual e social que permite que se agrupe postagens do mesmo tema. Nesse sentido, o uso das *hashtags* #AForçaDoCoração e #MaisCoração” configura-se como uma ferramenta tecnodiscursiva de

agregar publicações do período eleitoral sob esse lema de campanha. Assim, a presença da *hashtag* permite que os interlocutores consigam localizar as publicações com mais facilidade.

Conforme o exposto, podemos dizer que o discurso presente na publicação trata-se do discurso político eleitoral de gestão democrática que é baseada, principalmente, nos pilares Educação e Saúde que são direitos básicos para que se tenha um mínimo de dignidade social. Outrossim, tal estratégia discursiva, enquanto fio condutor do discurso, suscitam a atenção dos interlocutores/eleitores, visto que o acesso à saúde e à educação de qualidade ainda não é uma realidade de muitos maranhenses e, em especial, de muitos ludovicenses.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Tomando, pois, como universo discursivo a pandemia da COVID19 e mais especificamente, a pré-campanha política municipal de 2020 como campo discursivo, podemos observar no decorrer das análises das publicações do sujeito-parlamentar a presença do discurso de garantia de direitos, ou seja, defesa de direitos como: acessibilidade à locais diversos para pessoas deficientes; defesa do direito à educação de qualidade; defesa do direito da mulher fazer parte da política. Assim, considerando as especificidades discursivas, bem como os pressupostos de Foucault ([1968]2008), podemos dizer que o apresentado se configura como uma regularidade discursiva.

Outra forma recorrente na produção discursiva observada é o uso de operadores argumentativos que visam agregar efeitos de sentido de uma possível preocupação do sujeito com os interlocutores, o que aponta para a ligação de uma FI social do sujeito.

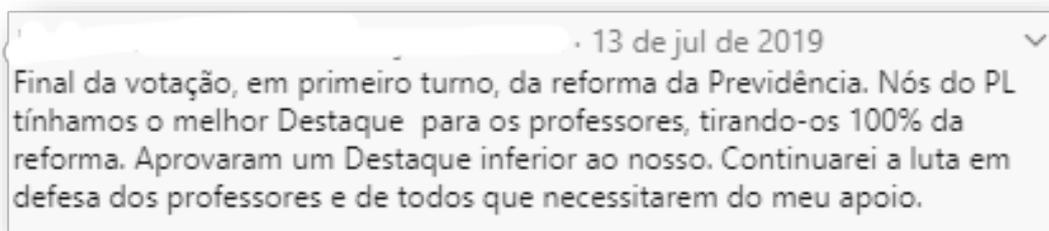
Finalizada as análises das publicações da Parlamentar 04, passaremos, a seguir, a descrição do Parlamentar 05.

Parlamentar 05

O Parlamentar 05 é um empresário do interior do Maranhão que deu início a vida política quando foi eleito prefeito de Maranhãozinho – MA em 2004, sendo reeleito em 2008. Como prosseguimento da vida pública, em 2014 foi eleito Deputado Estadual do Maranhão e em 2018 foi eleito Deputado Federal pelo mesmo estado com pleito até 2023. Serão analisadas cinco publicações do parlamentar sendo a primeira de julho de 2019 e as demais de 2020.

A primeira publicação a ser analisada, foi publicada em 13 de julho de 2019 e trata da reforma da previdência social. Passemos então a publicação e em seguida sua contextualização.

Publicação 01



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 13 de julho de 2019.

Um dos temas mais comentado nas eleições de 2018 foi economia. Assim, quando eleito, o Presidente da República precisava pôr em andamento essa pauta. A reforma da previdência foi bastante discutida no Congresso Nacional por ser uma reforma que atinge diretamente o cidadão, então, discutir ponto a ponto era uma necessidade.

A publicação 01 trata do fim da votação do primeiro turno da reforma da Previdência que discutiu, entre outras, as regras de aposentadoria para os profissionais da educação que foi bem acirrada, haja vista que a idade e o tempo de contribuição colocado na reforma é de pelo menos 25 anos para mulher e 30 para homens sendo que para se aposentar precisam ter a idade mínima de 55 anos para homens e 52 para mulheres, isso que eles chamaram de “regras de transição mais suaves”. Sendo esse o contexto da publicação, transcrevemo-la abaixo para prosseguirmos com as análises.

Publicação 01 – Parlamentar 05

- 1 Final da votação, em primeiro turno, da reforma da Previdência. Nós do PL tínhamos o
- 2 melhor Destaque para os professores, tirando-os 100% da reforma. Aprovaram um
- 3 Destaque inferior ao nosso. Continuarei a luta em defesa dos professores e de todos que
- 4 necessitarem do meu apoio.

Fonte: *Twitter*, 13 de julho 2019

A Reforma da Previdência foi um tema amplamente discutido no Congresso Nacional e gerou divisões de ideias, principalmente, nas regras de aposentadoria para as classes trabalhistas. Assim, passaremos a observar as marcas linguísticas presentes na publicação que podem demarcar a posição do sujeito-parlamentar em relação a esse acontecimento discursivo, a votação em primeiro turno da reforma da previdência social no tocante à categoria dos profissionais da educação.

Observando a materialidade discursiva, podemos observar a presença de marcas de subjetividade que são responsáveis em agregar efeitos de sentido na produção discursiva. Nota-se a presença de pronomes pessoais e possessivos, bem como de verbos em primeira pessoa na publicação.

Na linha 1, observa-se o primeiro elemento linguístico, o uso do pronome pessoal “nós” para falar dos membros do seu partido que defendiam a melhor opção aos professores na reforma. O uso do pronome pode ser entendido nesse contexto como uma estratégia para a apresentação da ideia central de sua atuação parlamentar, bem como demarca uma FD parlamentar do sujeito, haja vista a posição que ocupa no momento discursivo, tal como considera Pêcheux ([1975]2014a). A presença do pronome e da especificação, isto é, da definição de quem são o “nós” (os integrantes do PL), abre-se margem para pressupor que outros parlamentares e/ou partidos tinham ideias que também ajudavam os professores, contudo, a do PL (o seu partido) era a melhor opção para os professores, já que a proposta previa que os professores não fossem inclusos na reforma, portanto, não seriam afetados de modo algum. Esse efeito de sentido é ratificado pelo uso do qualificador “melhor” no período “tínhamos o melhor destaque”, linhas 1 e 2.

Na linha 2, observa-se o uso do verbo “aprovar” em terceira pessoa do plural para afirmar que o plenário aprovou o destaque que não era do seu partido, caracterizando-o como “inferior”, já que o destaque que o congresso aprovou não beneficia os professores como o que eles [seu partido] propuseram. O uso da forma verbal corrobora a presença do discurso de defesa de direitos dos trabalhadores da educação, os professores.

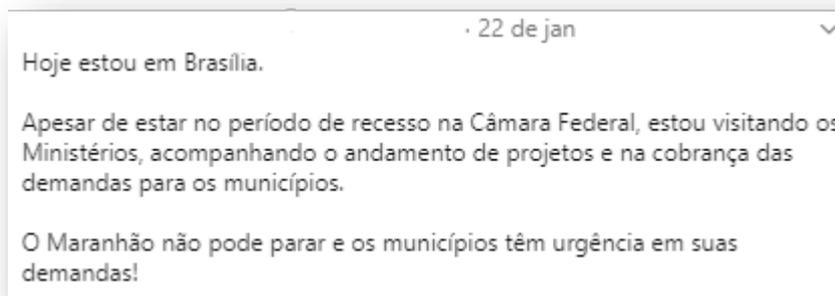
Esse discurso é marcado ainda pela presença do verbo “continuar”, linha 3, em primeira pessoa do discurso, que por sua vez cria um sentido de comprometimento do sujeito na causa dos professores. Esse sentido, anteriormente mencionado é corroborado pelo termos destacados no período “e de **todos** que **necessitarem** do **meu** apoio”, linhas 3 e 4. Dessa forma, podemos notar que o discurso de defesa dos direitos trabalhistas é estendido não somente aos profissionais da educação, mas para toda e qualquer classe trabalhista que precise de apoio. Assim, por meio do pronome possessivo “meu”, linha 4, o sujeito se coloca à disposição da classe trabalhadora para lutar por seus direitos. Não obstante, essas marcas linguísticas denotam, ainda, o papel representativo conferido ao sujeito no congresso nacional.

Diante do exposto, a seguir, passaremos à apresentação e descrição da segunda publicação do Parlamentar 05.

A garantia de direitos trabalhistas é importante, contudo, o ano de 2020 chegou com ameaças “batendo à porta”. No Oriente, o coronavírus já circulava. No Brasil, mesmo que a

classe política tenha recesso de 23 de dezembro a 18 de fevereiro do ano seguinte, neste caso de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020, os trabalhos seguiam adiante. Entretanto, não há uma paralisação total garantindo que as atividades e projetos permaneçam em andamento. Nesse contexto, o Parlamentar tuita a seguinte publicação.

Publicação 02



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 22 de janeiro de 2020.

A publicação 02 trata da presença do Parlamentar na capital federal, Brasília, no período de recesso. A publicação ressalta a ação do Parlamentar em se dispor à acompanhar os projetos em andamento em Brasília e buscar benfeitorias para os municípios maranhenses. Abaixo segue a transcrição do texto da publicação.

Publicação 02 - Parlamentar 05

- 1 Hoje estou em Brasília. Apesar de estar no período de recesso na Câmara Federal, estou
- 2 visitando os Ministérios, acompanhando o andamento de projetos e na cobrança das
- 3 demandas para os municípios. O Maranhão não pode parar e os municípios têm urgência
- 4 em suas demandas!

Fonte: *Twitter*, 22 de janeiro de 2020

Ao observar o texto podemos notar a presença de elementos linguísticos como advérbio, operadores argumentativos, verbos em primeira pessoa, entre outros, que podem marcar tanto não somente pessoalidade, mas a FD parlamentar do sujeito no discurso. Desse modo, passemos a identificação e análise desses elementos linguísticos.

Na linha 1 o uso do advérbio de tempo “hoje” demarca o momento discursivo do sujeito, constituindo-se em um elemento essencial na construção do discurso, dado que os

elementos linguísticos que vêm posteriormente são responsáveis pela construção do sentido de comprometimento do sujeito com a população que representa.

A presença do operador argumentativo “apesar de” segundo Koch (2018, p. 35), contrapõe argumentos orientados para conclusões contrárias, pois traz o argumento de que mesmo “no período de recesso na Câmara Federal” continua em Brasília cobrando e fiscalizando o andamento dos projetos destinadas aos municípios maranhenses. Dessa forma, podemos dizer o que o uso do operador insere um argumento que visa colocar o sujeito numa posição representativa denotando a FD parlamentar. Tal operador permite pressupor, nessas condições de produção, que o sujeito se considera um dos poucos ou único representante do povo a “abrir mão” de suas férias para continuar trabalhando em prol da população.

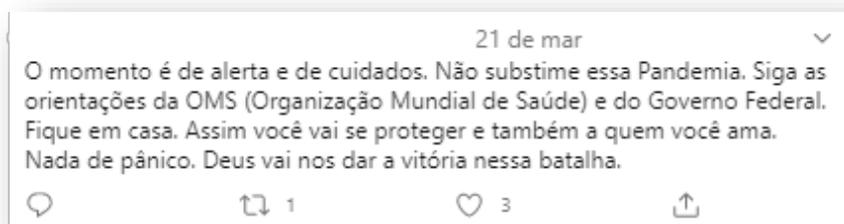
Outra marca linguística importante na construção do discurso em baila é o uso de verbos em primeira pessoa do discurso e no gerúndio. O uso desses elementos linguísticos apontam um certo grau de engajamento do sujeito-parlamentar na representatividade da população. Os verbos “estou, ‘visitando’, ‘acompanhando’” corroboram a presença desse efeito de sentido.

No último período, “o maranhão não pode parar e os municípios têm urgência em suas demandas”, pode-se observar uma possível comparação entre o congresso e as obras, onde o primeiro (o congresso) pode parar para um recesso, mas o segundo (as obras) que vão beneficiar dezenas de centenas de pessoas não podem, pois a sociedade está em constante mudança e os projetos são a certeza de que as mudanças serão para melhorar a vida das pessoas.

Dito isso, podemos afirmar que o discurso presente na publicação 02, trata-se do discurso parlamentar de representação pelo qual se mostra preocupação em relação ao andamento dos projetos que visam a melhoria dos municípios e conseqüentemente a melhoria das condições de vida da população maranhense.

Finalizando-se as considerações sobre a publicação 02, a seguir, passaremos a terceira publicação do Parlamentar 05 tuitada em 21 de março de 2020.

Publicação 03



Fonte: Screenshot (captura de tela) do *Twitter*, 21 de março de 2020.

A preocupação com bem-estar das pessoas não é representada apenas por meio da busca de projeto, mas também ao fato de demonstrar preocupação com a saúde das pessoas, principalmente quando o mundo “vira de ponta cabeça” com a pandemia da COVID19. Assim, demonstrar um sentimento humanitário e espírito cristão faz toda a diferença em momentos de turbulências como o momento da pandemia.

Nesse sentido, a publicação 03 aborda a seriedade que é a pandemia e os riscos que representa para a população mundial. Traz, ainda, conselhos e orientações de quem se deve ouvir nesse momento de crise. Assim, pede-se compreensão e um comportamento adequado da população em face da crise de saúde em andamento. Diante dessa contextualização passamos, a seguir, à transcrição da publicação.

Publicação 03 – Parlamentar 05

- 1 O momento é de alerta e de cuidados. Não substime (sic) essa Pandemia. Siga as
- 2 orientações da OMS (Organização Mundial de Saúde) e do Governo Federal. Fique
- 3 em casa. Assim você vai se proteger e também a quem você ama. Nada de pânico.
- 4 Deus vai nos dar a vitória nessa batalha.

Fonte: *Twitter*. 21 de março de 2020.

Antes de adentrarmos as especificidades linguísticas-discursivas da publicação, pode-se notar que no texto é dada uma resposta à pergunta feita, no dia 26 de fevereiro de 2020, pela revista online *Veja Saúde*: “Coronavírus: primeiro caso é confirmado no Brasil. O que fazer agora? Em que se seguia apenas protocolos de doenças respiratórias já conhecidas.

Observa-se na publicação a presença de algumas estratégias linguística-discursivas na produção do texto. Formado por enunciados que indicam: conselho “Não substime (sic) essa Pandemia”, linha 1; recomendação “Siga as orientações da OMS (Organização Mundial de Saúde) e do Governo Federal” linhas 1 e 2; faz uso também do modo imperativo “Fique em casa” linhas 2 e 3; justificativa “Assim você vai se proteger e também a quem você ama” linha 3; Pedido “Nada de pânico” linha 3; Marca de discurso religioso “Deus vai nos dar a vitória nessa batalha” linha 4.

Tendo em consideração a observação inicial, nota-se que o propósito discursivo da publicação 03 é de fazer um alerta em relação ao momento vivido. A estrutura em que foi desenvolvida traz um tom de seriedade do sujeito de modo que o leitor perceba que o momento exige cautela e prevenção, porque é necessário estar alerta aos sintomas indicados pelas autoridades sanitárias dos mais comuns (febre, tosse seca, cansaço) aos menos comuns (dor de

cabeça, conjuntivite, perda de paladar, entre outros.) e tomar os cuidados necessários, tanto para não se infectar ou infectar alguém. E, caso os sintomas apareçam, isolar-se das demais pessoas até que se averigüe a ocorrência.

Considerando as condições de produção que envolvem a publicação o enunciado, “O momento é de alerta e de cuidados”, linha 1, permite inferir uma retomada discursiva a Primeira carta de Pedro, Capítulo 5, versículo 8, que diz: “Sede sóbrios e vigilantes. O vosso adversário, o diabo, anda em derredor como um leão que ruga, procurando a quem devorar” (BÍBLIA, 1º Pedro, 5:8, p. 1499). Assim, é seguro dizer que estar alerta e tomar as preocupações pode evitar o leão (o coronavírus) que é real e não faz distinção. Ademais, a retomada discursiva ao texto bíblico pode ser entendido como uma evidência de uma FD religiosa presente no discurso do sujeito.

Prosseguindo, no período “Não substima (sic) essa Pandemia” linha 1, o sujeito reconhece a gravidade da situação e aconselha seus interlocutores a se cuidarem, em razão do vírus ser algo novo e que pouco se sabe para combatê-lo. Dessa forma, enquanto sujeito que representa a sociedade, mostra-se numa posição de vulnerabilidade dada a sua condição política, já que a instância política não detém o poder de barrar tal ameaça, restando apenas o aconselhamento.

Observa-se posteriormente uma instrução de como o interlocutor deve agir e a quem deva ouvir: seguir os protocolos das autoridades sanitárias e da OMS (higienizar as mãos, manter distanciamento social, evitar tocar os olhos, nariz e boca etc.) para que os riscos de contaminação sejam diminuídos.

Nas linhas 2 e 3, observa-se elementos linguísticos que marcam a presença do discurso de combate a pandemia. A presença do modo imperativo “fique em casa” e “Assim você vai se proteger e também a quem você ama”, nessas condições de produção, criam um efeito de sentido de apelo do sujeito a todos para que se mantenham em casa seguros, na medida do possível. Esse ato não representa apenas a autoproteção, mas a proteção da própria família e da família do próximo. O uso da expressão no modo imperativo possibilita a pressuposição de que caso não seja estabelecido e cumprido o isolamento social, quem assim não o fizer, põe em risco a si mesmo e a própria família.

No último período, linha 4, pode-se observar a presença do discurso religioso de forma explícita: “Deus vai nos dar a vitória nessa batalha”. Invocar o nome Deus sempre foi em diversas ocasiões uma forma de confortar o coração das pessoas que estão à beira do desespero.

A presença do discurso religioso na publicação cria um efeito de sentido de otimismo e confiança de que tudo se resolverá, pois segundo as sagradas escrituras Deus já deu ao

povo/humanidade inúmeras vitórias sobre seus inimigos: a batalha contra os madianitas retratado em Juízes (Cap. 6 a 8) no capítulo 7, versículo 7 em que Deus diz: “Eu vos salvarei com os 300 homens [...] entregando os madianitas em tuas mãos” (BÍBLIA, Juízes, p. 275); a batalha de Davi contra Golias em 1º Samuel, Capítulo 17, versículo 46 onde Davi diz “Hoje mesmo, o Senhor te entregará em minhas mãos, e eu te abaterei e te cortarei a cabeça, e darei o teu cadáver e os do exército dos filisteus às aves do céu e às feras da terra, para que toda a terra saiba que há um Deus em Israel” (BÍBLIA, 1º Samuel, p.321).

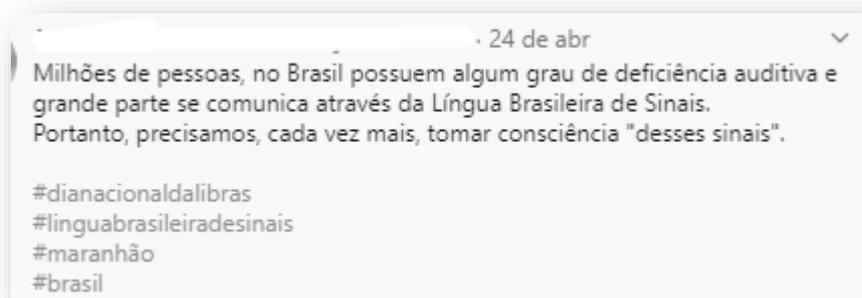
Dessa forma, é seguro dizer que a presença do discurso religioso na publicação passa um certo otimismo e encorajamento ao interlocutor uma vez que recorrer a um ser onipotente sempre foi o caminho adotado pelo homem quando se encontra desorientado e possuído pelo medo do desconhecido (a COVID19), mas certo de que Deus vai prover a vitória sobre esse inimigo assim como concedeu tantas vezes nos tempos bíblicos.

Podemos compreender a partir da presença do discurso religioso o sentido de que o homem sente sempre a necessidade de acreditar que um ser grandioso está no comando e que tomará as “rédeas” da situação e tudo será resolvido. Por outro lado, é viável a interpretação do temor que o homem tem à Deus haja vista que em diversas vezes ele foi severo com aqueles que desobedeceram Seus mandamentos. Nesse sentido, podemos correlacionar a pandemia com as grandes pragas que Deus mandou sobre o Egito antigo nos tempos de Moisés e dos Faraós. Assim, o homem crê que Deus é bom, misericordioso e, seguir as diretrizes e leis divinas é o caminho da salvação, neste caso, se salvar da COVID19.

Para tanto, pode-se afirmar que na publicação 03 há pelo menos dois discursos presentes: um discurso social em que se tem evidências de um sujeito preocupado com os rumos que a COVID19 pode dar a população e a presença do discurso religioso que cria um efeito de sentido de apaziguamento e de esperança ao povo que não tem a quem recorrer a não ser a um ser Divino que tudo pode.

Diante do exposto, passaremos, a seguir, à apresentação e descrição da quarta publicação do Parlamentar 05 tuitada em 24 de abril de 2020.

Publicação 04



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 24 de abril de 2020.

A publicação 04 trata do Dia Nacional da Libras. Nela o Parlamentar chama a atenção para o fato do Brasil possuir um número expressivo de pessoas que tem algum grau de deficiência auditiva e precisam de acessibilidade por intermédio da Libras para se socializar. Assim, a publicação do parlamentar ressalta a necessidade de lutar pela igualdade social de modo que a comunidade surda seja devidamente socializada e respeitada, bem como busca conscientizar a população para que o preconceito seja vencido.

Diante desse contexto, passamos à transcrição da publicação e posteriormente a sua análise.

Publicação 04 – Parlamentar 05

- 1 Milhões de pessoas, no Brasil possuem algum grau de deficiência auditiva e grande parte
- 2 se comunica através da Língua Brasileira de Sinais. Portanto, precisamos, cada vez mais,
- 3 tomar consciência "desses sinais". #dianacionaldalibras #linguabrasileiradesinais
- 4 #maranhão #brasil

Fonte: *Twitter*, 24 de abril de 2020.

No texto, observa-se a presença de alguns marcadores linguísticos importantes na construção do discurso do sujeito. *A priori*, observa-se a presença de numeral, pronome indefinido e adjetivo para salientar o fato de existir pessoas com necessidades especiais auditivas que necessitam de inclusão social.

Inicialmente, o uso do numeral “Milhões” para quantificar de forma imprecisa o número de pessoas com deficiência auditiva cria um sentido de intensificação no discurso do sujeito. Desse modo, o recurso linguístico-discursivo destacado auxilia na construção de um argumento para sustentar a importância da Libras como fator de inclusão social.

Prosseguindo, nota-se na expressão “grande parte”, linha 1, o uso do adjetivo “grande” para qualificar numericamente as pessoas que se comunicam pela Libras. Contudo, o uso desse adjetivo permite pressupor, conforme Koch (2018), que essa acessibilidade dada pela Libras, ainda, não é uma realidade de todos. Assim, se uma grande parte se comunica por meio da Libras, e a outra? Por que não se comunica? Como faz para se comunicar? Com base nesses pressupostos podemos dizer que a presença do discurso de defesa social surge na publicação.

No tocante a questão da acessibilidade à língua de sinais é válido ressaltar que o direito ao acesso à educação bilíngue (língua portuguesa/libras) está previsto no Decreto nº 9.665/2019, que definiu as funções da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos. Outro direito adquirido é o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais em 2002 pela Lei 10.436 que reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão. Essa lei foi regulamentada pelo Decreto 5.626 possibilitando que a Libras fosse inserida como disciplina nos cursos de formação superior³¹. Contudo, a realidade é que a maioria das escolas públicas, principalmente, do interior do Maranhão, não dispõe do ensino de Libras e isso faz com que milhares de pessoas com deficiência não tenham acesso à educação regular de qualidade por causa de suas limitações.

A presença do operador argumentativo “Portanto”, linha 2, sugere, conforme Koch (2018, p. 34) uma conclusão relativa à argumentos já apresentados em enunciados anteriores, desse modo, a presença do operador destacado leva o interlocutor a concluir que é necessário se conscientizar da importância da Libras, bem como da importância dela no processo sociocomunicativo e de inclusão social. Portanto, é preciso que as pessoas busquem (e principalmente eles enquanto parlamentares) fazer com que os deficientes auditivos tenham acesso a Libras para viverem dignamente.

Outra marca linguística presente na publicação é o uso de aspas na expressão [“desses sinais”]. Segundo Authier-Revuz (2004), as aspas representam uma marca de heterogeneidade complexa, mas seu caráter explícito torna acessível os efeitos de sentido advindos do seu uso. Neste caso, o uso desse recurso linguístico causou uma dualidade de sentidos dentro do enunciado “tomar consciência ‘desses sinais’”. O primeiro sentido é de conscientizar e saber identificar quando uma pessoa é portadora de deficiência auditiva; o segundo sentido é aprender a língua de sinais para possibilitar a comunicação entre ouvintes e não-ouvintes.

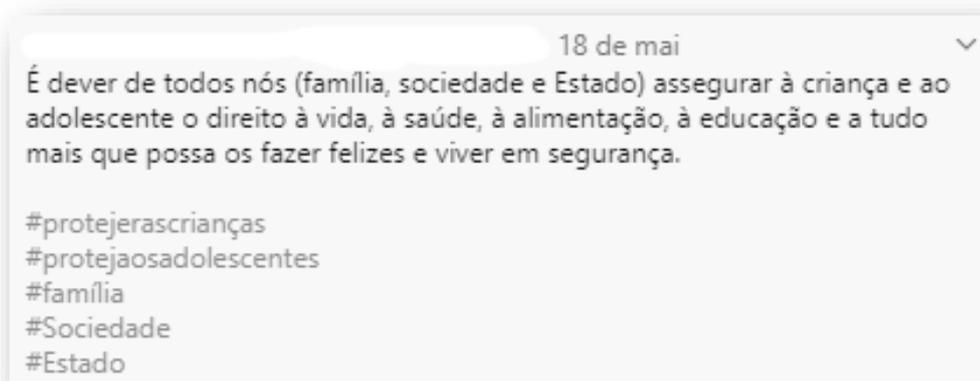
Dito isso, observou-se que os elementos linguísticos presentes na materialidade discursiva apontam a presença do discurso de defesa social, ou seja, defesa do acesso de pessoas

³¹ Informações disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/dia-nacional-da-libras> . Último acesso em 09/02/2021 as 22:44

com deficiência auditiva à instrução formal, bem como nota-se a presença de sentimento de solidariedade com a comunidade surda.

Finalizadas as considerações sobre a publicação 04, prosseguiremos com a apresentação e contextualização da quinta e última publicação do Parlamentar 05 a ser analisada neste trabalho.

Publicação 05



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 18 de maio de 2020.

A publicação 05 tuitada em 18 de maio de 2020, trata do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Esse dia foi instituído em 18 de maio de 2000 pela Lei 9.970/2000 em memória à menina Araceli Crespo de 08 anos de idade que foi sequestrada, violentada e assassinada em 18 de maio de 1973³². Assim, em 2020, completou-se 20 anos da instituição desse dia de combate à violência de natureza sexual contra crianças e adolescentes e 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nesse contexto é válido ressaltar o caráter de proximidade da publicação com o (ECA) em especial ao art. 3º que afirma:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 2017, p. 19)³³.

³² Informações disponíveis em: <https://www.sedhast.ms.gov.br/18-de-maio-dia-nacional-de-combate-ao-abuso-e-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes/> . último acesso em 20/02/2021 as 11:29.

³³ Disponível em: https://www.chegadetrabalhoainfantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf . Último acesso em 20/02/2021 as 11: 40

Diante do exposto, passaremos à transcrição da publicação e posteriormente sua análise.

Publicação 05 – Parlamentar 05

1 É dever de todos nós (família, sociedade e Estado) assegurar à criança e ao adolescente o
 2 direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação e a tudo mais que possa os fazer felizes
 3 e viver em segurança. #protejerascrianças #protejaosadolescentes #família #Sociedade
 4 #Estado

Fonte: *Twitter*, 18 de maio de 2020.

Pode-se observar, *a priori*, a presença de interdiscurso com os textos jurídicos que regem a garantia de direitos básicos da pessoa e proteção do menor, isto é, da criança e do adolescente. Nota-se, na publicação, um interdiscurso com o Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que diz o seguinte:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2017, p. 20)

Observa-se na publicação, a presença da heterogeneidade discursiva por meio do uso de paráfrase. Conforme Authier-Revuz (2004), a paráfrase ocorre na publicação por meio do discurso indireto pelo qual se nota a referência discursiva ao texto jurídico, mas como uma tradução nas palavras do autor.

Na linha 1, “É dever de todos nós”, pode-se notar uma retomada por meio de paráfrase ao artigo 4º do ECA: “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público”. O sujeito retoma o discurso jurídico de forma indireta que, nessas condições de produção, cria um efeito de sentido de coletividade e não de unidades separadas. Ademais, é seguro afirmar que a marca de subjetividade, caracterizada pelo uso do pronome pessoal “nós” na paráfrase, permite que o sujeito se faça presente no discurso criando um sentido de pertença/obrigação na proteção das crianças e adolescentes.

Por outro lado, ainda é válido ressaltar a presença de uma FD familiar presente no discurso do sujeito. Tal presença pode ser observada no primeiro período descrito por meio do parêntese “(família, sociedade e Estado)” que, de certa forma, não o situa numa FD parlamentar, mas numa FD familiar.

O processo de paráfrase segue no período “e a tudo mais que possa os fazer felizes e viver em segurança”, linhas 2 e 3, retomando de forma indireta o final do artigo 4º “ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

O uso das *hashtags* é, neste caso, conforme Paveau (2013), um recurso tecnodiscursivo importante para marcar o discurso, dado que por meio delas, proporcione-se uma *linkagem* capaz de ser encontrada por muitas pessoas ao pesquisarem pelos termos usados como chave. Nesse sentido, as *hashtags* usadas pelo parlamentar 05 fazem com que seu texto/discurso seja agrupado e encontrado com facilidade.

Dito isso, considerando as condições de produção do discurso, podemos dizer que a paráfrase e o interdiscurso ao ECA demarca a presença do discurso jurídico de defesa dos direitos da Criança e do Adolescente, uma vez que, numa FD familiar, nota-se a preocupação com o bem-estar das crianças e adolescentes, assim como a garantia dos direitos básicos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Observamos a partir dos elementos linguísticos presentes na materialidade discursiva, a presença de discursos nas publicações do Parlamentar. Notamos a presença frequente de operadores argumentativos na produção discursiva, bem como de marcas de subjetividade pelo uso de pronomes pessoais, verbos em primeira pessoa, entre outros. Dessarte, pode-se constatar a presença dos seguintes discursos nas publicações: discurso de defesa dos direitos trabalhistas; discurso parlamentar de representação; discurso religioso; discurso de combate a pandemia; discurso de defesa social e o discurso jurídico de defesa da criança e do adolescente.

Por fim, podemos dizer que os elementos linguísticos presentes na materialidade discursiva como: as marcas de subjetividade e os operadores argumentativos representam uma regularidade na produção discursiva do sujeito-parlamentar na construção de um discurso político-social de representação.

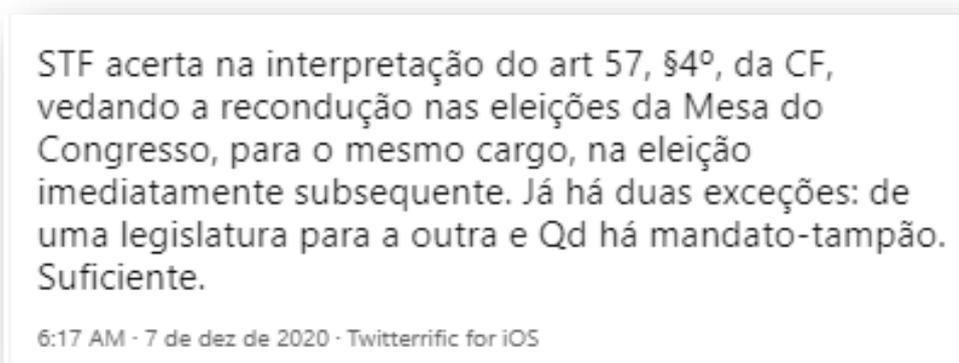
Tendo em vista as considerações sobre as publicações do Parlamentar 05, passaremos a seguir, a descrever e a apresentar o Parlamentar 6 e as publicações realizadas por ele no *Twitter*.

Parlamentar 06

O Parlamentar 06 é formado em direito pela UFMA e mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP), já desenvolveu atividades jurídicas no Tribunal de Justiça do Maranhão e deu início à carreira política em 2006 quando foi eleito Deputado Estadual do Maranhão. Em 2014, foi eleito Deputado Federal pelo mesmo Estado e reeleito em 2018.

No presente trabalho foi selecionado uma amostra de 5 publicações realizada pelo Parlamentar entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021 sobre acontecimentos no campo político nacional na rede social *Twitter*. A primeira publicação analisada foi realizada pelo Parlamentar em 07 de dezembro de 2020. Abaixo segue o *screenshot* (captura de tela) do *twitte*.

Publicação 01



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 07 de dezembro de 2020.

A publicação 01 trata dos acontecimentos que envolvem a votação para a escolha da presidência e da mesa diretora do Congresso Nacional. Segundo a CF 88 e o regimento interno do Congresso Nacional é vedada a recondução ao cargo de Presidente na mesma legislatura. Tendo sido, pois, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre presidentes no primeiro biênio da legislatura 2019-2023 não seria possível/permitida as suas candidaturas para pleitear o cargo de Presidente nas respectivas casas do Congresso Nacional. Contudo, Rodrigo Maia recorreu ao STF como uma manobra para que isso fosse permitido. A votação da ação, deu-se início no dia 04 de dezembro e finalizou-se no dia 14 do mesmo mês, mas o resultado já tinha sido definido por maioria em 07 de dezembro pela inconstitucionalidade da ação impetrada pelo requerente.

Diante do contexto apresentado, passaremos, a seguir, à transcrição da publicação e em seguida à análise.

Publicação 01 – Parlamentar 06

- 1 STF acerta na interpretação do art 57, §4º, da CF, vedando a recondução nas eleições da
- 2 Mesa do Congresso, para o mesmo cargo, na eleição imediatamente subsequente. Já há
- 3 duas exceções: de uma legislatura para a outra e Qd (sic) há mandato-tampão. Suficiente.

Fonte: *Twitter*, 07 de dezembro de 2020.

Observa-se inicialmente, um sentimento de alívio do sujeito pelo entendimento do STF em vedar a recondução dos referidos Presidentes ao cargo. Esse efeito de sentido pode ser inferido no enunciado “STF acerta na interpretação do Art. 57, §4º”, linha 1, pelo fato da decisão da corte ter sido contrária ao que propôs o requerente. Outrossim, tal efeito de sentido é corroborado por outras condições de produção nas quais o STF teve entendimentos que foram, do ponto de vista jurídico, contra o que rege a CF 88.

Partindo para a análise dos elementos linguísticos presentes na publicação, daremos início à citação do artigo 57, §4º da Constituição Federal que rege sobre o fato:

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. (BRASIL, 2020, p. 44)

A presença dos termos destacados anteriormente, permite um diálogo entre a publicação e o texto jurídico. A retomada discursiva por meio de paráfrase no período “vedando a recondução nas eleições da Mesa do Congresso”, linha 1 e 2, possibilita, nessas condições de produção, situar o interlocutor do que trata a publicação. Por meio desse período é possível notar um diálogo direto com §4º da CF 88. Dessa forma, a memória discursiva de seus interlocutores traz à tona outros acontecimentos fazendo com que o assunto tratado na publicação se torna plausível de entendimento.

Prosseguindo, pode-se observar nas linhas 2 e 3 uma retomada por meio do enunciado “Já há duas exceções: de uma legislatura para a outra e Qd (sic) há mandato-tampão”, à situação de Rodrigo Maia na presidência da Câmara Federal dos Deputados. No enunciado, o

parlamentar fala do período de Rodrigo Maia à frente da casa legislativa que: em julho de 2016 foi eleito (em eleição especial) presidente da Câmara até 1º de fevereiro de 2017. Por entendimento de que a eleição foi para cobrir uma abertura de emergência o deputado pode ser eleito para o biênio 2017/2019. Após o término desse período, o parlamentar foi eleito novamente³⁴ para o biênio 2019/2021. Nesse caso, isso foi possível pelo entendimento do referido artigo 57 e §4º da CF 88 e do que preconiza o §1º do Artigo 5º do regimento interno da casa legislativa que diz:

Art. 5º Na segunda sessão preparatória da primeira sessão legislativa de cada legislatura, no dia 1º de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da sessão anterior, realizar-se-á a eleição do Presidente, dos demais membros da Mesa e dos Suplentes dos Secretários, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. (“Caput” do artigo com redação dada pela Resolução nº 19, de 2012).
§ 1º Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas. (RESOLUÇÃO Nº17/1989)³⁵

Assim, por meio do entendimento dado a esse parágrafo, o parlamentar conseguiu comandar, por quase 3 mandatos, a câmara dos deputados federais. Nesse sentido, pode-se afirmar a presença de uma FD jurídica no discurso do sujeito, uma vez que este denota saber jurídico para argumentar diante do texto da CF 88 e do regimento da casa legislativa, pelos quais demonstra acreditar que não há precedentes de reeleição na mesma legislatura, sendo, pois, inconstitucional caso se concretizasse.

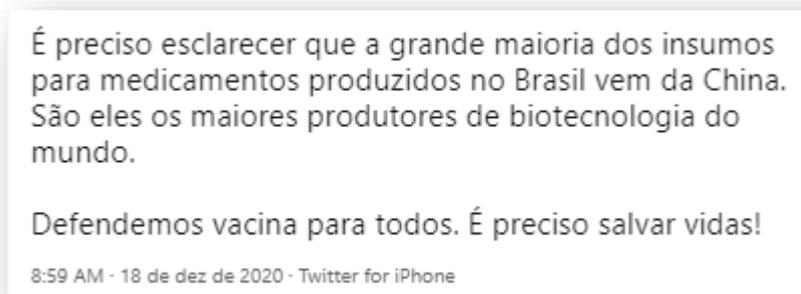
Dito isso, é seguro afirmar a presença do discurso jurídico constitucionalista na publicação 01 visto que os elementos linguísticos presentes traz uma aparente defesa dos preceitos constitucionais por parte do sujeito, bem como sua credulidade de que o não atropelo da CF 88 pelo STF se configura como uma ação em que o direito está sendo resguardado e não deturpado em detrimento de outro.

Tendo, pois, finalizado as considerações da primeira publicação do Parlamentar 06, passaremos, a seguir, à apresentação e descrição de segunda publicação a ser analisada aqui.

³⁴ Nesse contexto, a eleição para o biênio 2019/2021 de Rodrigo Maia foi considerada eleição e não uma reeleição por ocorrer em outra legislatura.

³⁵ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2012-2019%20A.pdf> Último acesso em 11/02/21 as 12:06.

Publicação 02



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 18 de dezembro de 2020.

Com o surgimento dos primeiros resultados de pesquisas das primeiras vacinas para COVID19, a CoronaVac, desenvolvida pelo Instituto Butantã de São Paulo e a farmacêutica chinesa Sinovac, surge a discussão em torno de uma possível conspiração chinesa em relação ao aparecimento misterioso do novo coronavírus como uma possível tentativa de lucrar com venda de vacinas. Assim, a população (não como um todo) começou a contestar a procedência da vacina, em razão de que foi na China que o vírus surgiu. Assim, uma vacina vinda da China só reforçaria o argumento da “tal conspiração” de uma guerra biológica.

Nesse contexto a publicação 02 busca lembrar os interlocutores de que muitos medicamentos para doenças tratadas no Brasil são frutos de pesquisas e de insumos vindos da China, não sendo, portanto, justo pôr em xeque a eficiência de uma vacina proveniente do país.

Para prosseguirmos para as análises, antes, passemos à transcrição da publicação.

Publicação 02 – Parlamentar 06

- 1 É preciso esclarecer que a grande maioria dos insumos para medicamentos produzidos no
- 2 Brasil vem da China. São eles os maiores produtores de biotecnologia do mundo.
- 3 Defendemos vacina para todos. É preciso salvar vidas!

Fonte: *Twitter*, 18 de dezembro 2020

No texto, observa-se a presença de marcas linguísticas que caracterizam o discurso do sujeito na publicação. Inicialmente, nota-se a presença da locução “É preciso esclarecer”, linha 1, que remete a ideia de avivamento de informação aos interlocutores que contestam a procedência da vacina. A presença do sintagma verbal “esclarecer” na locução abre um pressuposto de que os interlocutores que alegam uma possível conspiração chinesa

desconheçam o fato de que é da China que vem matéria-prima para a produção de medicamentos para muitas doenças conhecidas.

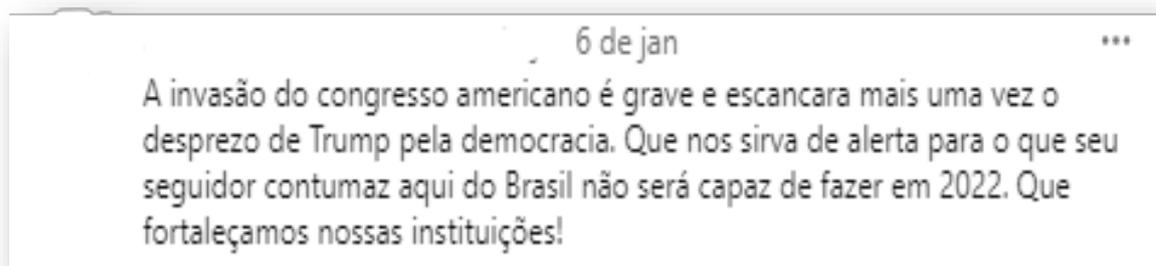
Na materialidade discursiva, observa-se a presença de elementos linguísticos como operadores argumentativos que introduzem argumentos que corroboram para a construção dos efeitos de sentido presente na publicação. Que, por sua vez, buscam desconstruir as narrativas de interlocutores sobre o possível papel de conspiração que a China vem desenvolvendo. O primeiro operador argumentativo presente na publicação é “grande maioria”, linha 1, que conforme Koch (2018) introduz um argumento que pode ser visto como plausível da importância da China no mercado farmacológico, sendo, pois, ela a fornecedora de insumos para a produção de medicamentos no Brasil.

O segundo operador, “os maiores”, linha 2, introduz outro argumento que reforça o primeiro de forma a enaltecer o papel da China enquanto pesquisadores de tecnologia biológica no mundo, abrindo-se, ainda, o pressuposto de que se tem alguém que pode desenvolver uma vacina eficaz e com rapidez, são eles, os chineses. Assim, ao dizer que os chineses são “os maiores produtores de biotecnologia do mundo” o sujeito busca argumentar no discurso para esclarecer ao interlocutor de que não se trata de uma conspiração chinesa de criar uma doença e depois vender uma cura, mas trata-se de ser um país com estrutura tecnológica de alto nível que sai na frente por sua capacidade.

Outro elemento presente na materialidade discursiva, importante na construção dos sentidos aqui presente é o uso do sintagma verbal “Defendemos”, linha 3, em primeira pessoa do plural. A presença desse sintagma permite que se note a presença de uma FD parlamentar de esquerda, uma vez que os interlocutores que acreditam numa possível conspiração chinesa são de direita, assim, pode-se afirmar que numa conjuntura dada (pandemia), numa determinada posição (Parlamentar), determinando uma luta (luta pela vida, pela sobrevivência, principalmente daqueles desprovidos de condições sociais de subsistência), há pelo menos dois discursos presentes na publicação: o discurso pró-vacina e o discurso de defesa do direito a saúde.

Finalizada às considerações sobre a publicação 02, passaremos, a seguir, a apresentação e descrição da próxima publicação do Parlamentar 06.

Publicação 03



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 06 de janeiro de 2021.

A publicação 03 trata dos atos de violência causadas por protestos em decorrência das eleições americanas de 2020. Para que se compreenda a publicação é necessário, primeiro, conhecer esse acontecimento.

No cenário de eleições americanas ocorreu a invasão dos apoiadores do Presidente Donald Trump ao Capitólio, em 06 de janeiro de 2021, enquanto ocorria a contagem de votos do colégio eleitoral que deu a vitória à Joe Biden como novo Presidente dos Estados Unidos. O protesto foi marcado pela instigação de Trump nas mídias sociais dizendo que não aceitaria os resultados da eleição, pois a considerava fraudulenta. O episódio marcou uma instigação de desordem por parte de uma autoridade máxima da nação e a censura do presidente nas redes sociais. *A priori*, Trump teve seus *twittes* removidos e sua conta bloqueada por 12 horas.

Nesse contexto, o Parlamentar 06 publicou o *twitte* acima, fazendo um contraste prévio do acontecimento americano (invasão ao capitólio) em 2021 com o que virá em 2022 nas eleições presidenciais do Brasil, haja vista que o Presidente Bolsonaro é considerado o “Trump” brasileiro. Diante do exposto passemos à transcrição do *twitte* e, em seguida, à sua análise.

Publicação 03 – Parlamentar 06

- 1 A invasão do congresso americano é grave e escancara mais uma vez o desprezo de
- 2 Trump pela democracia. Que nos sirva de alerta para o que seu seguidor contumaz aqui
- 3 do Brasil não será capaz de fazer em 2022. Que fortaleçamos nossas instituições!

Fonte: *Twitter*, 06 de janeiro 2021.

Observando a materialidade linguística, pode-se observar a presença de elementos linguísticos que marcam o discurso do sujeito. Na linha 1, a presença dos qualificadores “grave e escancarada” caracterizam a invasão do congresso americano. A presença dos qualificadores corroboram o sentimento de insatisfação do sujeito com o acontecimento, pois o ato traz um indício de instabilidade à democracia instituída e garantida. Dessa forma, pode-se notar a presença de uma FD jurídica na qual o sujeito defende um Estado democrático e independente.

Esse efeito de sentido, proveniente da FD do sujeito é corroborado pelas condições de produção em voga, bem como de outras advindas do meio político norte-americano de direita, já que Donald Trump demonstrou em diversas ocasiões desprezo pela democracia, embora deseje ganhar as eleições a qualquer custo. Isso pode ser exemplificado com a candidatura de Trump na primeira eleição, quando foi de encontro a vontade de seu partido.

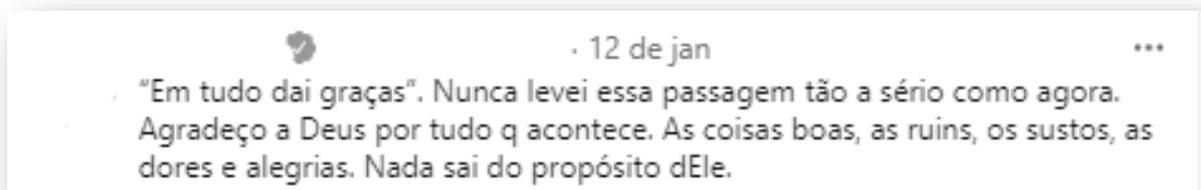
Em seguida, podemos tomar como introdução de um alerta a conjunção integrante “Que” acompanhada pelo pronome pessoal oblíquo de primeira pessoa do plural “nos” para levar a situação para a realidade brasileira, em razão de que em 2018 Jair Bolsonaro também dizia não aceitar um resultado negativo nas urnas. No entanto, o enunciado no qual leva as duas nomenclaturas “Que nos sirva de alerta” remete ao fato anteriormente mencionado, no caso de Trump e para o que está por vir, as eleições brasileiras em 2022, dado que Bolsonaro compartilha desse pensamento de Trump. A ideia de medo de que aconteça no Brasil o mesmo que nos Estados Unidos é corroborada pela expressão “seu seguidor contumaz”, na linha 2, que faz uma referência ao presidente Jair Bolsonaro que compartilha dos ideais de Trump.

No último período, “Que fortaleçamos nossas instituições!”, linha 3, observa-se um possível sentimento de preocupação do sujeito com a garantia da democracia nacional brasileira. Assim, a presença de sintagmas como “fortalecer e instituições” marcam a presença de temor do sujeito numa possível ocasião de instabilidade entre os Poderes deslanchada pelo Presidente da República, de forma que, o que se passou em 1964 seja revivido em 2022 com os resultados das eleições. Tal acontecimento dar-se-á frente ao possível resultado das eleições em 2022 em desfavor de Bolsonaro ocasionando numa tentativa de Golpe de Estado por ele. Assim, chamar a atenção para o fortalecimento das instituições, abre-se o pressuposto de uma possível instabilidade na democracia brasileira.

Considerando o exposto, podemos dizer que o discurso presente na publicação 03, trata-se do discurso de defesa da democracia e, por conseguinte, da garantia dos direitos institucionais que constituem a República do Brasil para que não haja, em momento algum, deterioração ou um ataque à democracia brasileira.

Finalizando as considerações da publicação 03, passaremos, a seguir, à apresentação e contextualização do próximo *twitte* (publicação) a ser analisado aqui.

Publicação 04



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 12 de janeiro de 2021.

O *twitte* publicado em 12 de janeiro de 2021, dar-se após o período da campanha municipal ocorrida no fim do ano de 2020, neste caso, especificamente, à prefeitura de São Luís. O texto retrata uma espécie de alívio do Parlamentar 06 pelo fim da campanha eleitoral. Isso se dar, pois durante a campanha, como é de costume os opositores promoverem discursos “mais fervorosos” um em relação ao outro.

Durante a campanha o parlamentar sofreu ataques de um dos candidatos adversários. Ataques que tinham como alvo o pai do Parlamentar 06 que se encontrava hospitalizado em decorrência de COVID-19. O Parlamentar 06 recebeu o corrido como um ataque pessoal dado que colocou seu pai na discussão, que naquele momento estava hospitalizado e não tinha possibilidade de se defender. Nesse contexto, após todo o período eleitoral o Parlamentar 06 tuitou o texto transcrito abaixo.

Publicação 04 – Parlamentar 06

- 1 “Em tudo dai graças”. Nunca levei essa passagem tão a sério como agora. Agradeço a
- 2 Deus por tudo q (sic) acontece. As coisas boas, as ruins, os sustos, as dores e alegrias.
- 3 Nada sai do propósito dEle.

Fonte: *Twitter*, 12 de janeiro 2021.

Na publicação enquanto agradece aos acontecimentos que lhe sucederam durante a campanha à prefeitura de São Luís, o sujeito-parlamentar deixa marcas linguísticas que apontam a presença do discurso religioso. A primeira, é a citação direta ao texto bíblico na linha 1, “Em tudo dai graças” retirado do Capítulo 5, versículo 18 da Primeira Carta de São Paulo aos

Tessalonicenses. A retomada direta ao texto bíblico mostra que o discurso não é produzido por um sujeito homogêneo, mas por um sujeito que divide o espaço discursivo com outro. Assim, é possível notar a presença de heterogeneidade no discurso do sujeito manifestada na materialidade discursiva. Conforme Authier-Revuz (2004), o discurso direto usado pelo sujeito, ao trazer a citação bíblica, desdobra a figura de parlamentar para outra figura – de um sujeito comum, temente a Deus etc. – que observa a Palavra. Desse modo, o sujeito do discurso é um guardador das Sagradas Escrituras.

No período seguinte à citação, observa-se a presença da subjetividade marcada pela presença do advérbio de tempo “Nunca” e pelo sintagma verbal “levar” em primeira pessoa que oculta o sujeito enunciador “eu”. No período o sujeito assumindo um posicionamento de reflexão afirma “Nunca levei essa passagem tão a sério como agora”. O que isso quer dizer? Que sentido o sujeito deseja que seja interpretado dessa afirmação? Para a primeira indagação, diz que já acreditava nas providências divinas, mas não com tanta intensidade quanto agora; para a segunda indagação, é possível interpretar que o sujeito do discurso procura tocar o outro (os seus leitores/eleitores) de que está conformado com os resultados obtidos na eleição, ou seja, conformado em ter perdido. Todavia, a partir desses efeitos de sentido é possível depreender, ainda, que o referido período faz uma retomada ao dito religioso “sou igual Tomé, só acredito vendo”, em razão da necessidade de uma série de acontecimentos tivesse que ocorrer para que de fato acreditasse nas providências divinas.

Por meio da reformulação, conforme Authier-Revuz (2004), o sujeito se comporta como tradutor de um discurso Outro fazendo uso das próprias palavras. O sujeito-parlamentar nas linhas 1 e 2 afirma “Agradeço a Deus por tudo q (sic) acontece” reformulando o discurso religioso de 1º Tessalonicense para dar início a descrição sintética desse “tudo” que aconteceu com ele no decorrer da campanha. No período seguinte, “As coisas boas, as ruins, os sustos, as dores e alegrias”, linha 2, pode-se observar a descrição desse “tudo” mencionado anteriormente que para o sujeito deve-se agradecer a Deus.

Por outro lado, observa-se também que o sujeito-parlamentar enquanto posicionando numa FD religiosa conta com a memória discursiva dos seus interlocutores para se referir aos acontecimentos que lhe sucederam na campanha eleitoral de 2020. Por exemplo, os ataques dirigidos ao seu pai por parte de seu adversário; o fato de seu pai está internado no hospital com COVID-19 correndo risco de vida; ter que fazer revezamento entre a campanha e passar um tempo acompanhando o pai no hospital, entre outros. Ao fazer isso, o sujeito procura que seus interlocutores vejam a imagem de alguém que trabalhava num projeto político, mas que em momento algum deixou o sentimento familiar ser sobreposto pelo político. Dessa forma,

conforme Pêcheux ([1975]2014b) o discurso do parlamentar conta com a noção de formação imaginária relacionando os lugares ocupados por ele [enquanto político e membro familiar] e por seus eleitores [pais, mães de família etc.] para criar uma imagem de si, uma espécie de antecipação da representação dos seus interlocutores, podendo, pois, fundar estratégias de discurso, neste caso, o religioso, sustentado a partir de uma FD religiosa.

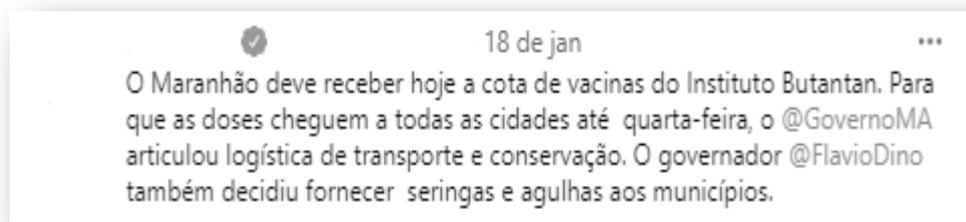
No último período, observa-se uma retomada ao discurso religioso por meio da referência discursiva à Primeira Carta de São Paulo aos Coríntios em que diz “E Deus é fiel; Ele não permitirá que vocês sejam tentados além do que podem suportar. Mas, quando forem tentados, Ele lhes providenciará um escape para que possas suportar” (BÍBLIA, 1º Coríntios, 10:13). Assim no período “Nada sai do propósito dEle” na linha 3, o sujeito ratifica sua imagem junto aos interlocutores de que é um cristão temente e obediente. Não obstante, podemos afirmar que o período anteriormente destacado, faz uma retomada por meio da memória discursiva ao dito popular “Deus não dá um fardo maior do que você possa carregar” advindo do versículo destacado anteriormente da Primeira carta de São Paulo aos Coríntios.

Dessa forma, a retomada a ditos de cunho religioso e o uso de termos que vêm das Sagradas Escrituras, como o discurso direto, linha 1, a palavra “Deus”, linha 2 e o uso do pronome pessoal “Ele”, linha 3, como correferente de “Deus”, leva-nos a depreender ao sentido que concretiza o discurso religioso presente na publicação, pois o discurso do sujeito, por meio de posições assumidas expõe seu conformismo por tudo que aconteceu na campanha e busca mostrar que não guarda magoas do adversário passando ao público que os acontecimentos foram instrumentos divino para seu crescimento pessoal, ou seja, um teste de forças mandado por Deus, pois se ele crê não cairá, não sucumbirá as trapaças do inimigo.

Ainda sobre o discurso religioso na publicação, podemos observar uma singularidade que pode contribuir significativamente para os sentidos presentes na publicação produzidos pela presença desse discurso. A observação se trata de uma regularidade discursiva caracterizada pela recorrência aos textos religiosos do Apóstolo Paulo. A primeira, pela citação do discurso direto na linha 1 de 1º Tessalonicense (5:18) e a segunda, no último período que faz uma retomada discursiva a 1º Coríntios (10:13). Conforme Foucault (2008) esse acontecimento pode ser observado como uma regularidade discursiva uma vez que se recorreu a textos [livros] diferentes, mas de um mesmo autor bíblico ajuda na consolidação do objetivo discursivo da publicação.

Tendo finalizado as análises sobre a Publicação 04, passaremos, a seguir, à apresentação da quinta e última publicação do Parlamentar 06 a ser analisada neste trabalho.

Publicação 05



Fonte: *Screenshot* (captura de tela) do *Twitter*, 18 de janeiro de 2021.

A publicação 05 tuitada em 18 de janeiro de 2021 trata do início da distribuição da primeira vacina desenvolvida para COVID19. No texto, o Parlamentar fala sobre a chegada da remessa de vacina no Maranhão, que segundo o SUS, pode dar início a campanha de vacinação às 17 horas nos Estados pelas secretarias de saúde (tanto estadual, quanto municipal). O Maranhão como estratégia logística fez uso de aeronaves e escolta policial para garantir a segurança da vacina até chegarem nos destinos. Em entrevista o Secretário de Segurança Pública do Maranhão Jefferson Portela disse: “Além de acompanhar o deslocamento, vamos garantir em todas as cidades a proteção até o momento da aplicação em todas as pessoas que aguardam esse momento histórico, pois o que importa é salvar vidas e garantir que a vacina chegue aos maranhenses”³⁶. Assim, além de relatar a chegada da vacina a publicação traça elogios ao governo do estado pela ação do plano de vacinação. Diante desse contexto, passemos a transcrição do texto e em seguida a sua análise.

Publicação 05 – Parlamentar 06

- 1 O Maranhão deve receber hoje a cota de vacinas do Instituto Butantan. Para que as doses
- 2 cheguem a todas as cidades até quarta-feira, o @GovernoMA articulou logística de
- 3 transporte e conservação. O governador @FlavioDino também decidiu fornecer seringas
- 4 e agulhas aos municípios.

Fonte: *Twitter*, 18 de janeiro 2021.

Pode-se, inicialmente, observar a presença de marcadores linguísticos que, conforme Koch (2018) são responsáveis pela construção dos efeitos de sentido do discurso em baila. Na linha 1, observa-se a presença do indicador modal “deve receber” que cria um sentido de tempo

³⁶ Transcrição disponível em: <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=293888>. Último acesso em 16/02/2021.

a presença de um discurso pró-vacina como forma de proteger e defender a saúde do povo maranhense. Não obstante, observa-se a presença de uma FD parlamentar de esquerda no discurso do sujeito, já que busca enaltecer as ações do Governo do Maranhão (de esquerda) em detrimento das ações do Governo Federal (de direita).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Levando em consideração as análises das cinco publicações do Parlamentar 06, pode-se observar a presença dos seguintes discursos: discurso jurídico constitucionalista; discurso pró-vacina; discurso de defesa do direito à saúde; discurso de defesa da democracia e discurso religioso. Partindo para as particularidades, observou-se que o sujeito faz uso frequente do discurso jurídico tanto para a defesa de direitos já garantidos como a saúde quanto para defender preceitos constitucionais como o Estado Democrático e o seguimento da liturgia da CF 88. Acrescenta-se como um discurso regular do sujeito, o discurso pró-vacina uma vez que numa FD parlamentar de esquerda situa-se a favor das vacinas tendo em vista as posições contrárias de interlocutores considerados de direita que acreditam numa conspiração mundial.

Observou-se na produção discursiva do sujeito a presença de recursos linguísticos importantes na construção dos sentidos presentes na publicação. Entre os marcadores linguísticos, observou-se a presença de qualificadores, paráfrase e heterogeneidade discursiva pelo uso do discurso indireto. Ademais, o uso de operadores argumentativos que possibilitaram a introdução de argumento numa prática discursiva para desmistificar uma posição de direita de uma conspiração mundial da China, ou seja, desmitificar uma possível guerra biológica.

4.1 As regularidades discursivas no discurso político maranhense

No decorrer da análise do *corpus*, deparamo-nos com a presença de uma variedade de discursos nos *twittes* publicados pelos parlamentares maranhenses. Cada discurso presente é efeito de sentido das condições de produção daquela publicação, bem como do momento histórico que a envolve, assim, sua presença pode ser vista como uma necessidade de atender aos propósitos discursivos em voga. Por outro lado, ao tomarmos o *corpus* como um todo, podemos notar pontos de intersecção discursiva, ou seja, discursos que são comuns entre os parlamentares que fazem parte da amostra do *corpus*.

Em cada conjunto de *twittes* analisados, percebemos a presença de discursos recorrentes. Esses discursos emergiram na produção discursiva parlamentar diante das condições de produção, do campo discursivo e do momento histórico vivido. Enquanto isso, as FD dos sujeitos parlamentares emergem por vias de recursos linguísticos trazendo à baila os discursos ali presentes possibilitando sua identificação.

Como mencionado acima, observou-se que no leque de discursos presentes nos *twittes* analisados há recorrências, mesmo dentro do mesmo conjunto de publicações, isto é, em um único parlamentar (cinco publicações), podemos constatar que um mesmo discurso se repete. Por exemplo, nas publicações do Parlamentar 01, constatou-se a presença do discurso jurídico em 04 das 05 publicações analisadas (cf. Quadro 01). Dessa forma, tendo em vista os pressupostos de Foucault ([1969]2008) podemos afirmar que há a presença de uma regularidade no discurso do parlamentar uma vez que este discurso se repete de forma incisiva em suas publicações.

Outros discursos como defesa econômica, direito à saúde, defesa da saúde pública são frequentes na produção discursiva parlamentar maranhense nos *twittes*. Esses discursos emergem pelo momento histórico no qual as publicações são realizadas, a Pandemia Mundial da COVID19. Outrossim, a posição-sujeito do parlamentar demarcada pelas condições sócio-históricas vividas proporciona uma visão das FD que dominam estes sujeitos, que nos encaminha à sua FI, pois como pontua Pêcheux ([1975]2014a) “é a ideologia que fornece as evidências [...] que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’”, assim, é seguro afirmar que os sujeitos-parlamentar, na sua produção discursiva, são interpelados ideologicamente uma vez que a FD que os dominam em dada condição produção são essenciais na construção dos efeitos de sentido no discurso em voga.

Retomando a questão da regularidade no discurso parlamentar maranhense no *Twitter*, constatamos a recorrência dos discursos acima citados. Dentre estes, constatamos que os seguintes discursos se constituem como regularidades discursivas: discurso jurídico, discurso de defesa do direito à saúde e o discurso pró-vacina. Entretanto, chegamos a um discurso regular entre os 06 parlamentares que fazem parte desse estudo. Esse discurso regular, ao qual estamos nos referindo, trata-se do discurso jurídico, visto que, observou-se a sua presença em 12 das 30 publicações analisadas, sendo, assim, o discurso mais recorrente entre os apontados pelas análises categorizados e ilustrados no (Quadro 01) e no (Gráfico 01) respectivamente. Dessa forma, podemos afirmar que o discurso jurídico se constitui como um discurso regular dos parlamentares maranhenses no *Twitter*.

Finalizada essas considerações, a seguir, passaremos às considerações finais deste trabalho sobre o discurso político maranhense na rede social digital *Twitter*.

Considerações finais

No presente trabalho buscamos estudar o discurso de parlamentares maranhenses nas redes sociais, especialmente, na rede social digital *Twitter*, de forma a compreender como o discurso político maranhense se constitui. Dessa forma, tivemos como questão norteadora nesse trabalho a seguinte indagação: como os marcadores linguísticos presentes em publicações na rede social digital *Twitter* refletem a formação discursiva do político maranhense?

Para respondê-la, traçamos como objetivo geral analisar a representação discursiva do uso de recursos linguísticos na constituição do discurso político regional no *Twitter*. E mais especificamente, propomo-nos identificar os marcadores linguísticos presentes nos textos publicados na rede social; verificar os sentidos refletidos pelo modo de uso dos elementos linguísticos e analisar as regularidades discursivas que constituem o discurso político maranhense.

Buscamos edificar a base teórica nos trabalhos dos estudiosos da AD, bem como da Linguística Textual, uma vez que essa investigação científica demandava tais conhecimentos. Dentro do universo teórico da AD, refletimos sobre os conceitos de FD, FI, CP, formações imaginárias e interdiscurso. Ademais, discutimos sobre discurso político nas mídias por considerar tal aspecto indispensável para o desenvolvimento da pesquisa, já que nossa investigação parte de um suporte tecnológico digital, o *Twitter*. No universo teórico da Linguística Textual, buscamos refletir sobre os elementos linguísticos presentes nas publicações analisadas que por sua vez nos auxiliou no percurso do estudo do discurso político maranhense na referida rede social.

Por intermédio do nosso primeiro objetivo específico, identificar os marcadores linguísticos, foi possível observar a diversidade de elementos linguísticos que se fazem presente na produção discursiva dos parlamentares maranhenses nas publicações realizadas no *Twitter*. Enquanto, a identificação desses marcadores linguísticos nas publicações nos auxiliou na busca dos discursos nelas presente, de modo que se pudesse vir a compreender como o discurso político maranhense é constituído.

A presença dos marcadores linguísticos, mostraram-se responsáveis pela demarcação de discursos, de FD, de formações imaginárias, etc., assim, é seguro afirmar que a presença desses marcadores linguísticos se constitui como um elemento indispensável no discurso político maranhense no *Twitter*.

O modo de uso desses marcadores linguísticos é outro fator de peso na construção do discurso político maranhense, uma vez que a presença desse recurso auxilia o sujeito-

parlamentar na construção de discurso numa determinada condição de produção que, naquele momento discursivo, exige que se recorra a determinado marcador linguístico para que determinados efeitos de sentidos sejam criados. Dessa forma, pode-se observar que os marcadores linguísticos presentes nas publicações refletem sentidos conforme as necessidades discursivas advindas de cada acontecimento discursivo e das condições de produção que os envolvem.

No tocante ao processo da construção discursiva parlamentar, os marcadores linguísticos se constituem como recurso indispensável desse processo visto que estes são responsáveis pela construção de sentidos nas publicações, sendo, esses, ainda, elementos que demarcam a presença de FD no discurso do sujeito que estão imersos numa luta, num embate, nas causas sociopolíticas. Dessa forma, os marcadores linguísticos usados num dado acontecimento discursivo permite que se observe a posição-sujeito a partir de determinada FD, seja ela religiosa, jurídica, etc.

Após, identificar os marcadores linguísticos e os sentidos que refletem, pode-se então analisar as regularidades discursivas presentes nas publicações dos parlamentares maranhenses. Por meio deste caminho, pode-se chegar então a uma proposição comum na produção discursiva parlamentar maranhense, isto é, chegar ao discurso regular de políticos maranhenses no *Twitter*. Assim, consideramos que esse objetivo foi essencial para se chegar à resposta da inquietação que nos motivou para o desenvolvimento desta pesquisa.

No decorrer das análises, tendo os objetivos específicos como caminho a ser percorrido, identificamos os discursos presentes nas publicações dos parlamentares maranhenses (cf. Quadro 01) de modo que foi possível mostrar a presença de regularidades discursivas em cada conjunto de postagens analisada que, ao final, tal resultado nos possibilitou chegar ao discurso mais recorrente em todo o *corpus* (cf. Gráfico 01).

Pode-se observar que os discursos mais recorrentes no *corpus* foram:

- Discurso pró-vacina;
- Discurso de defesa do direito à saúde
- Discurso jurídico.

Os discursos acima são os que mais emergiram na produção discursiva dos parlamentares maranhenses no *Twitter*. O discurso pró-vacina e o discurso de defesa do direito à saúde surgem, dentre os citados, como os menos frequentes, mas no universo do *corpus* pode ser visto como discursos regulares. Já o discurso jurídico possui uma grande recorrência entre

todos os discursos, sendo, pois, num universo de 30 (trinta) publicações analisadas o mais recorrente emergindo 12 (doze) vezes.

Podemos concluir, portanto, nesta pesquisa, que o discurso parlamentar maranhense no *Twitter* se constitui de um emaranhado de discursos advindos de condições de produção específicas que emergem a cada acontecimento discursivo por meio dos marcadores linguísticos que, além de serem capazes de caracterizar certos discursos, demarcam a posição do sujeito-parlamentar naquele contexto. Assim, considerando o exposto, podemos afirmar que o discurso jurídico se configura como o discurso parlamentar maranhense na rede social digital *Twitter* uma vez que esse, entre todos os identificados, é o discurso mais regular.

Por fim, observando nosso objetivo geral, sobre a representação discursiva do uso de elementos linguístico na constituição do discurso parlamentar maranhense no *Twitter*, consideramos que esse tenha sido alcançado, pois as análises mostraram que o uso de recursos linguísticos é feito com regularidade para atender a propósitos discursivos nas publicações realizadas pelos parlamentares maranhenses em dadas condições de produção. Outrossim, tais recursos linguísticos se constituem como elementos discursivos essenciais na produção do discurso parlamentar maranhense, dado que os marcadores linguísticos são em grande parte responsáveis por criar e manter determinados efeitos de sentido no discurso parlamentar, sendo, pois, usados para argumentar, posicionar e até mesmo para demarcar posições subjetivas do sujeito-parlamentar no discurso permitindo, por exemplo, que efeitos de sentido como aproximação do público/eleitor na condição de representante eleito pelo povo se façam presentes na produção discursiva.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1970.
- AQUINO, Z. G. O. O léxico no discurso político. In: PRETTI, Dino (Org.). *Léxico na língua oral e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 257p.
- BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp; Pontes, 1991.
- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BÍBLIA, N. T. 1º Pedro. In: BÍBLIA. Português. *Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos*. Tradução CNBB. 8ª ed. São Paulo: Editora Canção Nova, 2008. p. 1494-1499.
- BÍBLIA, V. T. 1º Juízes. In: BÍBLIA. Português. *Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos*. Tradução CNBB. 8ª ed. São Paulo: Editora Canção Nova, 2008. p. 266-293.
- BÍBLIA, V. T. 1º Samuel. In: BÍBLIA. Português. *Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos*. Tradução CNBB. 8ª ed. São Paulo: Editora Canção Nova, 2008. p. 300-336.
- BÍBLIA, N. T. 1º Coríntios. In: BÍBLIA. Português. *Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos*. Tradução CNBB. 8ª ed. São Paulo: Editora Canção Nova, 2008. p. 1399-1416.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 2020.
- BRASIL. (ECA). *Estatuto da criança e do adolescente*. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. tradução Angela M. S. (Corrêa. 2. ed., 2a reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Denilson Ferreira da Cruz. 2. ed. 4ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2018.
- COURTINE, J.J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EduFSCar, 2014.

- FOUCAULT, M. (1970). *A ordem do Discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, M. (1969). *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Beata Neves, 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HAROCHE, C; HENRY, P.; PÊCHEUX, M, “*La sémantique et la coupure saussuriense: langage, langage, discours*”, *Langages*, nº 24. Paris: Didier-Larousse, 1971, pp. 93-106.
- KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- KOCH, I. G. V. *A inter-ação pela linguagem*. 11. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018
- KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed., 6ª reimpressão. - São Paulo: Cortez, 2020.
- LOPES, M. S. *O “ser” percebido na contemporaneidade: relações de ódio no comportamento social em redes sociais*. Dissertação de mestrado. UFMA. São Luís, 2018. 137p.
- LUQUES, S. U. *Metáfora e argumentação: uma análise crítica do discurso político*. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo, 2010. 172f.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas – SP: Pontes: 3ª ed. 1997.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. - 1ª. ed. – São Paulo: parábola Editorial, 2015. 192p.
- MARANHÃO (Estado). Lei nº 11.263, de 25 de maio de 2020. Estabelece os critérios para aplicação de multa aos bancos que inobservarem as normas estaduais destinadas à prevenção e contenção da COVID-19 e violarem os direitos básicos do consumidor de proteção à vida, saúde e segurança. *In: Diário Oficial do Estado do Maranhão*. 27 de maio de 2020, p. 66. Disponível em: <https://www.diariooficial.ma.gov.br/public/index.xhtml>. Último acesso em 08/03/2020.
- PAVEAU, M-A. Technodiscursivités natives sur Twitter. Une écologie du discours numérique », dans Liénard, F. (2013, coord.). *In: Culture, identity and digital writing, Epistémè 9*, Revue internationale de sciences humaines et sociales appliquées, Séoul: Université Korea. 2013, p. 1-19.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. /Tradução tradução Bethrhanian S. Mariani [et al.] – 5º ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a.
- PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso (AAD-69)*. *In: Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. (Org) Françoise Gadet; Tony Hak: tradução Bethrhanian S. Mariani [et al.] – 5º ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b.

PÊCHEUX, M. Análise de discurso: três épocas. (1983) *In*: PÊCHEUX, M. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. (Org) Françoise Gadet; Tony Hak: tradução Bethania S. Mariani [et al.] – 5º ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014c.

PIRES, L. M. F. *O funcionamento do discurso político: o Twitter na campanha presidencial de 2010*. Dissertação de mestrado. UFSCar, São Carlos, 2013. 129f.

SILVA, T. S. *Discurso dirigido aos cristãos: sentidos, história e memória no discurso político-eleitoral de Flávio Dino MA/2014*. Dissertação de mestrado. UFMA. São Luís, 2017. 84f.

SILVEIRA, J. da. *Rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags do discurso político ordinário no twitter*. Tese de doutorado.– Maringá, 2015. 210 f.

VIEIRA, J. A. *Escrita, representação e concepção de ciência do pesquisador*. Tese de doutorado. UFRN. Natal, 2018.

SBARAI, R. “Hashtag é a fogueira da era digital”, diz executivo do Twitter. *In: Veja.com: Vida Digital*. São Paulo, 10 maio 2013. p. 1-1. Disponível em: [“Hashtag é a fogueira da era digital”, diz executivo do Twitter | VEJA \(abril.com.br\)](#). Último acesso em: 22 jun. 2021.